

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**MILENA ALESSANDRA DA COSTA SILVA**

**A ARTICULAÇÃO DA NOVA DIREITA EM BUSCA DE HEGEMONIA:  
UM ESTUDO DO CARÁTER EDUCATIVO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE  
(MBL)**

SÃO CARLOS

2025

Milena Alessandra da Costa Silva

**A ARTICULAÇÃO DA NOVA DIREITA EM BUSCA DE HEGEMONIA:  
UM ESTUDO DO CARÁTER EDUCATIVO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE  
(MBL)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Educação, na linha: Estado, Política e Formação Humana.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Rothen

SÃO CARLOS – SP

2025

## **Folha de Aprovação**

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Milena Alessandra da Costa Silva, realizada em 06/01/2025.

### **Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. José Carlos Rothen (UFSCar)

Prof. Dr. Thiago de Jesus Esteves (CEFET/RJ)

Prof. Dr. Ivan dos Santos Oliveira (UFPI)

Agradecimento com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento  
de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Estamos contentes de perceber em nós a possibilidade de sentir a beleza onde quer que ela esteja, de nos sentirmos livres dos antigos preconceitos escolares que nos faziam medir a poesia em metros cúbicos e quilogramas de papel impresso (Gramsci, 2012, p. 133).

## AGRADECIMENTOS

Antes do ato de agradecer houve um vasto espaço de desconfiança, autocobrança, infortúnios mentais e, sobretudo, solidão - a qual advém do próprio ofício do pesquisador. Agradecer é importante, mas cabe também nesse espaço demonstrar um ato de resistência. A pequena liberdade que há na escrita, neste momento, requer um último suspiro de luta.

A história de vida que trago comigo me uniu à sabedoria de Gramsci, o qual demonstra com perspicácias dizer aquilo que muitos “escondem”. Diante disso, apagamos, constantemente, o adoecimento do docente no Brasil e, ainda mais, do ser pesquisador. Não há aplausos, não há o devido reconhecimento e nem vastas estruturas para tal labor. É atuar e continuar por crenças ideológicas.

Ainda que vivemos outros contextos, a pós graduação - sonho de muitos - se torna amálgama de sofrimento pelo processo de apagamento do ser humano, que por trás de tudo isso vive. Logo, este momento é para reconhecer e enaltecer nosso ato de resistir, que nós pesquisadores nos propomos a realizar. Infelizmente, o nosso conhecimento é barrado por prazos, datas, alta produtividade e medidas autoritárias como “medir a poesia em metros cúbicos” (Gramsci, 2012, p. 133) tornando para a classe trabalhadora e pesquisadora algo à beira do caos. Ainda que muito se transformou do contexto gramsciano, o vento da modernidade trouxe consigo o ar do capital e a exacerbação do “cumprir meta”.

Portanto, dessa forma, enalteço aos meus familiares, amigos e companheiro de vida por me acolher como ser humano, em momentos que a pós não permitia. São vocês que me resgataram do desatino mental que me abraçava, rigidamente, por autocobrança. Obrigada por me enxergarem quando não conseguia me olhar. Eu tenho uma imensidão de palavras e discurso para, humildemente, retribuir o vasto acolhimento que me proporcionaram. E nós conseguimos, Sandra, Jonas e Bruno. Houve fé, reconstruções, paciência, diálogos e resistência, contudo nós conseguimos.

Também agradeço a receptividade do meu orientador, José Carlos Rothen, por ser racional nas escolhas, que muitas vezes, não a enxergava. Agradeço por escolher o meu projeto - desde os primórdios e, contribuído por proporcionar um espaço de formação cercado pela autonomia e sem oprimir os momentos que foram necessários mais prazos. Em razão disso, agradeço pela paciência e diálogos sinceros sobre o que era preciso para encerrar esse projeto. Ademais, agradeço ao Ivan e Thiago por fomentar, ainda mais, as ideias propostas na

pesquisa. Obrigada por contribuírem com debates que ofereceram luz a racionalidade dos anseios propostos.

Minha formação deve muito, sem dúvidas, à vivência histórica e política do meu pai, Jonas Silva, que me serve como inspiração e aliada da vida. Sou grata pelo amor e resistência herdada de minha mãe, Sandra Silva e avós, Antônia Costa e Dalva Silva, que me ensinaram e promoveram a construção do ser Mulher. E mais uma vez, agradeço o companheirismo e apoio empático que meu parceiro de vida, Bruno Victoretti, teve nesse processo. E enalteço os meus amigos Beatriz Castro e João Rosalin, companheiros de luta na jornada de lecionar e grandes apoiadores dessa pesquisa, os quais me ouviram todas as vezes, que me perdi e me retornei. Vocês foram as bases de todo meu trabalho.

Acrescento esse novo parágrafo, algo que preferia não ter que escrever, em homenagem a minha sogrinha, faço a minha última despedida em sua memória, a qual sempre teve orgulho de ter uma nora professora. Para sempre estará em nossos corações. Com saudades e lágrimas, agradeço por ter compartilhado esses 7 anos juntas.

## RESUMO

Este estudo é fruto de uma indagação central que é sintetizada a seguir: Como o Movimento Brasil Livre (MBL) articula-se para promover um caráter político e educativo em prol da construção de consenso? Para tal exímio, amparamos em um enquadramento teórico percorrido pelo conceito de Hegemonia, através de Gramsci (1989; 2017); bem como realizamos reflexões acerca dos desdobramentos do termo Nova Direita, por meio de Casimiro (2018), Gallego (2018; 2019) e Rocha (2018; 2019). Tendo em vista, o objetivo do estudo de analisar os conteúdos disseminados na página oficial do Movimento Brasil Livre (MBL) no Instagram, entre o ano de 2019 e 2020, buscando promover uma prática educativa e formação de base alinhado ao consenso das novas direitas. Adotamos um rigor metodológico oferecido pelo conceito de Ciberativismo (Maia, 2016; Resende, 2019; Ferreira, 2017) e utilizamos uma sistematização de análise de conteúdo debatida por Bardin (2011) e Reiff (2022) para determinação das 12 publicações da página MBLivre. Esse percurso trilhado ofereceu uma investigação analítica que evidencia o MBL como líderes militantes da Nova Direita que atuam sob mecanismos educativos nas redes promovendo a construção de um consenso alinhado à classe burguesa.

**Palavras-chave:** Nova Direita Brasileira. Hegemonia. Movimento Brasil Livre (MBL). Redes sociais digitais.

## ABSTRACT

This study is the result of a central question that is summarized below: How does the Movimento Brasil Livre (MBL) articulate itself to promote a political and educational character in favor of building consensus? To achieve this, we rely on a theoretical framework covered by the concept of Hegemony, through Gramsci (1989; 2017), we reflect on the developments of the term New Right, through Casimiro (2018), Gallego (2018; 2019) and Rocha (2018; 2019). Considering the objective of the study to analyze the content disseminated on the official page of Movimento Brasil Livre (MBL) on Instagram, between 2019 and 2020, they seek to promote an educational practice and basic training aligned with the consensus of the new rights. We adopted a methodological rigor offered by the concept of Cyberactivism (Maia, 2016; Resende, 2019; Ferreira, 2017) and used a systematization of content analysis discussed by Bardin (2011) and Reiff (2022) to determine the 12 publications on the MBLivre page. This path followed an analytical investigation that highlights the MBL as militant leaders of the New Right who operate under educational mechanisms in the networks, promoting the construction of a consensus aligned with the bourgeois class.

**Keywords:** Brazilian New Right. Hegemony. Free Brazil Movement (MBL). Social Media.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1-</b> Conteúdo pertencente ao site do Congresso Nacional do MBL.....	80.
<b>Figura 2-</b> Participante(Palestrante do Congresso Nacional do MBL).....	81
<b>Figura 3-</b> Página oficial do MBL, o MBLlivre .....	87
<b>Figura 4-</b> Postagem de número 01 da página MBLivre .....	90
<b>Figura 5-</b> Postagem de número 02 da página MBLivre .....	90
<b>Figura 6-</b> Postagem de número 02 da página MBLivre .....	91
<b>Figura 7-</b> Postagem de número 04 da página MBLivre .....	91
<b>Figura 8-</b> Postagem de número 05 da página MBLivre .....	92
<b>Figura 9 -</b> Postagem de número 06 da página MBLivre .....	92
<b>Figura 10-</b> Postagem de número 07 da página MBLivre .....	93
<b>Figura 11-</b> Postagem de número 08 da página MBLivre .....	93
<b>Figura 12-</b> Postagem de número 09 da página MBLivre .....	94
<b>Figura 13-</b> Postagem de número 10 da página MBLivre .....	94
<b>Figura 14-</b> Postagem de número 11 da página MBLivre.....	95
<b>Figura 15-</b> Postagem de número 12 da página MBLivre.....	95

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
1.1 Considerações sobre o conceito de Hegemonia, em Gramsci.....	14
1.2 A Releitura de Gramsci sobre a Hegemonia.....	17
1.3 Uma “cadeia de conceitos”: a Hegemonia em discussão.....	21
1.4 O espaço de formação dos sujeitos: a diligência dos Intelectuais.....	26
1.4.1 Sujeito ideológico em disputa: educar, lapidar e instruir.....	31
1.4.2 O “Despertar” da consciência: o Partido Político em questão.....	34
1.4.3 Um campo de batalha: as duas faces do Aparelho Estatal.....	37
<b>2 AS DIREITAS : O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO EM DISPUTA.....</b>	<b>39</b>
2.1 Fundamentação do conceito de direita brasileira: a Ideologia em foco.....	42
2.2 Um “novo” cenário para as Direitas brasileiras: a atualização das estratégias políticas.....	45
2.2.1 Os pilares estruturantes das Direitas: o que as unem?.....	47
2.2.2 Formação dos Novos Atores à Direita: aliança entre o “novo” e “antigo”.....	52
2.3 Estruturas acerca da caracterização do fenômeno Nova Direita.....	54
2.4 O espaço de atuação da Nova Direita: um debate sobre as mídias digitais.....	61
<b>3 A COMUNICAÇÃO EM REDE COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL).....</b>	<b>69</b>
3.1 Um terreno fértil para a criação de entidades hegemônicas: a contextualização da origem do Movimento Brasil Livre (MBL).....	73
3.2 Uma análise do Movimento Brasil Livre: as mídias digitais como espaço de atuação	78
3.3 Percurso metodológico: uma análise do MBL em sua página oficial do Instagram.....	82
3.3.1 Caminhos traçados para a investigação da análise do MBLivre.....	83
3.3.2 Categorias e análise das publicações do MBLivre.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

A singela contribuição que tento registrar com esse estudo advém das vivências percorridas, no transcorrer dos meus 27 anos. O meu lar sempre foi de diálogo e conversas reais. Meus pais sempre me deram a autonomia de me construir, ainda criança, talvez, não percebia, mas já assimilava. Espaços que trilhei na juventude - dentro de uma escola elitizada, mas sendo bolsista me deram “socos” de realismo que, naquele momento, poderia ser sofrido, mas é nesse espaço de formação que tive acesso a uma educação emancipatória. Infelizmente, vivemos em um país que o acesso ao saber, muitas vezes, é negado como projeto de exclusão e mesquinha. Contudo, trilhei meus passos para me encontrar como historiadora, professora e pesquisadora.

A classe social e o ser mulher são motores que construíram a minha subjetividade, criticidade e oportunizou alcançar saberes e conhecimentos inimagináveis. Logo, acredito que a educação emancipa, mas com ela precisamos enriquecer de acesso à cultura, a leitura política e fomentar uma consciência coletiva. Diante dessa síntese, que adquiri experimentando a vida, reconheci que sem consciência política, não há educação. Sem identidade, não reconhecemos a importância da educação. Escasso acesso à cultura, não há transformação pela educação. O que acredito é que não há consciência de quem somos, da classe a que pertencemos, o mundo que me cerca se reduzirmos a educação do país, só a critérios quantitativos, avaliativos e metas a serem alcançadas. A educação precisa de consciência para ser livre em seu universo. E é nesse horizonte de vivências com os estudos e experiências individuais que me trouxe a refletir, nas sábias palavras, do filósofo sardo, Antonio Gramsci.

Gramsci (1989; 2017) é a base teórica que assegurou a investigação proposta neste estudo, que estruturou-se em torno de um questionamento central: “Como o Movimento Brasil Livre (MBL) articula-se para promover um caráter político e educativo em prol da construção de consenso?”. Essa indagação origina o interesse em compreender algumas mudanças contemporâneas, na sociedade brasileira, referindo, na ascensão das ideologias das direitas em nosso cotidiano. Discursos e comportamentos alinhados à defesa da tradição era algo que não percebia [explicitamente], contudo com a crescente polarização na política (Gallego; Ortellado, 2018) as transformações tornaram mais evidente. Nesse sentido, o enquadramento teórico buscou em conceitos gramscianos, sendo: Hegemonia, Consenso, Intelectuais e Partido um respaldo para compreender o fenômeno mundial da Nova Direita.

Para a análise do fenômeno citado utilizamos um referencial teórico proposto por Casimiro (2018) acerca de organismos privados hegemônicos, oferecendo um respaldo sobre a contextualização da origem do objeto de pesquisa, o Movimento Brasil Livre (MBL). Ademais, destacamos a necessidade de compreendermos a novidade das direitas brasileiras, o qual está sendo referenciado de diversas formas, como: *all right*, *direita radicalizada*, *onda neoconservadora*, *populismo de direita*, *contrapúblico ultraliberal*, *bolsonarismo*, *nova direita* e, entre outros (Solano, 2018; Rocha, 2018). Ainda que as definições sejam múltiplas na literatura acadêmica, adotamos, nesta averiguação, o conceito de *nova direita* brasileira como fenômeno de capilaridade preponderante em nosso país.

O debate acerca da temática Nova Direita revelou alguns condicionantes que expressam a sua capilaridade e “regresso” hegemônico, em nosso país. Em outros termos, debruçamos frente a ascensão das redes sociais digitais como instrumento que favoreceu uma nova forma de interação, o mundo digital. Para construir essas reflexões utilizamos Recuero (2009), Almeida (2011) e Silveira (2015) para adentrar no debate sobre Internet e mídias digitais e para enriquecer o debate trabalhamos sob a ótica de ciberativismo (Reiff, 2022) para referenciar a militância e interações contidas no ciberespaço.

Para um aprofundamento mais palpável e convergente ao horizonte histórico do país, objetivamos investigar o Movimento Brasil Livre (MBL) como objeto central, deste estudo, visto que a formação de grupo [em 2014] oferece um amplo material sobre a atuação, formação e pautas ideológicas das direitas. Diante dessa incumbência, a análise objetivou analisar os conteúdos disseminados na página oficial do Movimento Brasil Livre (MBL) no Instagram, entre o ano de 2019 e 2020, como estratégia de promover uma prática educativa e formação de base alinhado ao consenso das novas direitas.

A preferência pelo movimento, em questão, se fez diante da alta popularidade que atingiu no ano de fundação, o qual influenciou o suscitar do ativismo político alinhado às direitas, no ano de 2014. Em razão disso, investigamos o MBL como reflexo dessa nova direita atuante nas ruas e nas redes, o qual transforma e aproxima os debates públicos a ala conservadora do país, primordialmente, com a ascensão das mídias sociais (Ferreira, 2017; Cêpeda, 2018; Rocha, 2018; Resende, 2019).

O percurso metodológico seguiu as contribuições de Bardin (2011) sobre Análise de Conteúdo. Tomamos por base a discussão que ela faz sobre o estudo de temáticas, denominado neste estudo como eixos-temáticos centrais. Em um primeiro momento,

selecionamos diversas publicações da página do Instagram, do MBLivre, entre o ano de 2019 e 2020. Esse recorte temporal sucedeu diante da própria problematização central, a qual ambicionamos compreender um contexto, em que as direitas retornaram ao cargo executivo do país. Na segunda etapa exploramos o material coletado e selecionamos publicações que demonstraram padrões de temática, revelando assim, 3 eixos-temáticos: (I) “Não foi Golpe”; (II) Divulgação das ideologias do movimento e (III) Divulgação dos opositores políticos. Percurso esse, que resultou na seleção de 12 postagens, sendo 2 para cada eixo, tanto no ano de 2019, como em 2020.

Por fim, o tratamento dos dados nos ofereceu uma investigação dos conteúdos norteados pelos eixos, a qual possibilitou adentrar em debates sobre engajamentos, estratégias discursivas e formas que o MBL se estrutura para atrair a mobilização das pessoas, como também influenciar opinião sobre assuntos públicos. Sendo assim, a pesquisa se dividiu em dois momentos centrais de investigação, um embasamento teórico de conceitos alinhados com os pensamentos gramscianos utilizando como base para construir uma argumentação acerca das direitas e suas atualizações no cenário brasileiro. E no último momento, utiliza uma sistematização metodológica para identificar e analisar elementos padrões no conteúdo disperso pelas mídias digitais do MBL. Essa abordagem contribuiu para verificar as estratégias que o movimento utiliza para formar e dispersar os seus conteúdos, bem como a intenção dessa atuação nas redes.



## 1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Para o embasamento teórico deste trabalho, assim como, para o exercício da investigação aprofundada sobre a reestruturação das direitas brasileiras - no sentido, inclusive, de uma concepção pautada nos moldes de “nova direita” – tomaremos como fundamentos os conceitos gramscianos, tangendo-se, neste primeiro momento, para as reflexões acerca da hegemonia.

Importante ressaltar que, esse conceito norteará o enquadramento teórico delineando os caminhos a serem percorridos, nesta análise. Contudo, o hermetismo que o cerca faz necessário pleitear interlocuções com outras conceituações desenvolvidas por Gramsci (2017), as quais foram elaboradas permeando e visando uma configuração da luta de classe. Tendo em vista, que as suas ideias proporcionam um debate rico - de viés teórico e prático - e, ainda, extremamente pertinente às sociedades atuais.

Diante disso, esses conceitos teóricos dialogam, intrinsecamente, com o próprio método do domínio hegemônico, visto como bases para a compreensão histórica e social acerca do pensamento de Gramsci (Coutinho, 2014), as quais serão ponderadas e discutidas, nessa etapa da investigação.

### 1.1 Considerações sobre o conceito de Hegemonia, em Gramsci

A trajetória deste estudo estará, constantemente, dialogando com o conceito de hegemonia, à vista disso seguiremos as concepções elaboradas por Gramsci (2017) em suas notas organizadas no *Caderno de Cárcere*, referimos ao volume 3<sup>1</sup> e a coletânea<sup>2</sup> dedicada às reflexões sobre os intelectuais, pertencente ao volume 2.

Em contrapartida, visando um respaldo para o leitor ante a compreensão desse termo, como também para a própria teorização realizada por Antonio Gramsci, executaremos um retrospecto, ainda que breve, sobre as influências na reformulação acerca do termo hegemonia realizadas pelo autor. Em simetria a isso, indica Gruppi (1978):

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

<sup>2</sup> GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

Antonio Gramsci, sem nenhuma dúvida, foi o teórico marxista que mais insistiu sobre o conceito de hegemonia; e o fez reclamando-se particularmente de Lenin. Aliás, diria mesmo que, se quer ver o ponto de contato mais constante, mais enraizado, de Gramsci com Lenin, esse me parece ser o conceito de hegemonia. A hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lênin (Gruppi, 1978, p. 1).

É possível considerar que as primeiras formulações sobre o termo hegemonia já haviam sido retratadas por outros autores, antes mesmo da assimilação realizada por Gramsci, bem como o processo seguinte à sua reformulação. É nessa dimensão, que aprofundamos na percepção do intelectual italiano sob a base leniniana<sup>3</sup>. Para além do que foi dito, acrescenta que a relação entre os revolucionários - Gramsci e Lênin - concretiza-se frente a uma dinâmica, não só de fundamentação daquele para esse, mas também como uma representação da transição das formulações gramscianas para a maturidade (Coutinho, 2014, p. 63). Movimento esse, que contribuiu para um desenvolvimento específico ao redor do conceito de hegemonia, como também expressou a renovação do marxismo.

Coutinho (2014) argumenta que, essa renovação delineou-se diante da elaboração dos “conceitos básicos” por Gramsci, os quais simbolizam o seu caráter atemporal, tangendo-se a uma relação dialética - *superação/conservação* - dos seus escritos, pois foram regidos no período anterior ao cárcere, como também no contexto de prisioneiro. Portanto, as reflexões carcerárias em torno do conceito de hegemonia “permite a Gramsci, nos *Cadernos*, atingir um equilíbrio quase perfeito (...) do método dialético histórico-materialista em suas mais lúcidas formulações” (p. 81-82).

Reiteramos, que essa renovação do conceito de hegemonia foi fruto do aprendizado intelectual e político de Gramsci perante a assimilação das reflexões lenianas. Essas que foram concebidas pelo chefe de Estado Russo, Vladimir Lênin, em um cenário que carecia de observações direcionadas “a dificuldade de conquista do poder nas sociedades capitalistas avançadas” (Coutinho, 2014, p. 63).

Esse contexto remonta, em Lênin, as suas observações sobre a necessidade de uma organização do proletariado direcionada a uma ruptura com a tradição marxista de

---

<sup>3</sup> Termo referido ao revolucionário russo, Vladimir Ilitch Ulianov (1870-1924), reconhecido pelo seu pseudônimo Lênin, o qual utilizou em sua primeira publicação, em sua obra “Que fazer?”, em 1902. Foi um dos líderes da revolução russa em busca da derrubada do período Czarista. Ademais, “a maior herança de Lênin foi o conjunto de políticas suficientemente coerentes que formaram a teoria leninista” (López, 2020).

“interpretação positivista-economicista”, - pertencente, sobretudo a Segunda Internacional operária -. em prol do resgate da ação prática e teórica consistente e reformulada ao novo momento histórico (Coutinho, 2014). Em outros termos, surgia a face de um capitalismo mais persuasivo e efetivo, necessitando, ainda mais, da recuperação do “marxismo autêntico” em detrimento da estagnação “da tradição economicista” (p. 44).

Esse impasse foi percebido e desenvolvido por Lênin, delineando um caminho efetivo para superar essa dificuldade do acesso ao poder, por meio do diálogo entre a história e a filosofia. Tal relação deriva de uma perspectiva, em que a filosofia está associada à ação do sujeito, e enquanto tal, contida na própria história e expressa através do ato (Gruppi, 1978). Em outros termos, é a teoria que se efetiva na prática por meio da ação política.

Diante desse respaldo, objetivamos delinear um horizonte que oferece bases para a interpretação acerca da atualização hegemônica, a qual corrobora com a concepção de filosofia apreendida por Lênin. Isto é, uma relação que se realiza por meio do sujeito em ação com a própria realidade.

Interpretar a filosofia dessa maneira é **interpretá-la como atividade não neutra**: é aposta de que a situação possa ser diferente, por isso aparece como possibilidade; o que a filosofia consegue propor é uma teoria como possibilidade, e nunca como necessidade; é aposta inovadora porque procura a difusão da filosofia entre as massas e na idéia de que essa difusão sempre ocorre de alguma maneira ao longo da história (Mendes, 2006, p. 50-51, grifo nosso).

É nesta perspectiva, que norteamos a relação entre filosofia e história; o indivíduo relacionando-se com a natureza ativamente, o indivíduo que concebe a atividade de filósofo - dentro da realidade a qual pertence, - e o indivíduo com potencialidades para agir e transformar. Assim, a filosofia não é dada naturalmente e absoluta, mas sim como resultado do próprio sujeito interagindo com o terreno que habita, desencadeando e revelando as contradições desse espaço.

Aprofundando nessa ponderação, argumenta Mendes (2006), que Gramsci concretiza uma concepção superior de vida, essa que reside no terreno da autonomia do sujeito, desvencilhando, assim, de uma filosofia como atividade técnica e restrita a uma “classe” de intelectuais/filósofos. Visão essa, que delimita o ser ao primitivo - “do senso comum, na subalternidade e heteronomia” (p. 57). Portanto, a filosofia é inerente ao sujeito, que interpreta o mundo, mas também atua revelando contradições e, construindo mediante ela, um

projeto de sociedade. Por tudo isso, acreditamos que a articulação do conceito de hegemonia em Gramsci se expressa no próprio desenvolvimento histórico, em estreito diálogo, com a visão leniniana sobre filosofia.

Desse modo, enfatizamos, reiteradamente, que a filosofia/teoria possibilita a manifestação da existência de classes antagônicas, uma vez que são reveladas frente às “contradições filosóficas, que são, no nível da ideologia” (Gruppi, 1978, p. 2) e, enquanto tal, superadas na realidade prática “por via revolucionária” (p. 2).

Em razão disso, mergulhar na complexidade da disputa de poder na sociedade contemporânea, significa adentrar a uma luta não apenas de projetos políticos, mas também ao universo das ideologias, do pensamento e da consciência “operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (Gramsci, 2017, p. 15). Mecanismo esse, que se concretiza com o sujeito consciente e substancial em suas tomadas de decisões políticas.

## 1.2 A Releitura de Gramsci sobre a Hegemonia

Por um lado, os maximalistas limitavam-se a espera passivamente a Hora-H, “grande dia”, que chegariam trazidos “naturalmente” pela evolução do capitalismo; enquanto isso tratava-se de evitar qualquer compromisso com a ordem vigente [...] o resultado dessa posição era uma mistura de radicalismo verbal e de impotência prática (Coutinho, 2014, p. 14).

Conforme já apontado, o campo de assimilação da concepção de hegemonia em Gramsci estrutura-se em diálogo com as reflexões do revolucionário russo, Vladimir Lênin; o qual notabilizou a necessidade da reorganização da classe operária pela disputa do poder, diante à nova conjuntura - evolução do capitalismo<sup>4</sup>. Ademais, desdobrava-se um novo contexto de “aperfeiçoamento” do capital, das disparidades e amplificação das contradições entre as classes.

---

<sup>4</sup> Para a compreensão dessa conjuntura, reverbera que os desdobramentos, desse período, facultam o entendimento em torno da teorização do conceito de hegemonia, visto que Gramsci desenvolveu a sua crítica frente aos impactos desse contexto, isto é, opondo-se a passividade dos teóricos marxistas, em meados de 1912 (Coutinho, 2014). Dado que, presenciava “o abismo entre a tática e a estratégia - a incapacidade de articular o objetivo final com a luta concreta [...] refletia-se no falso dilema ‘reforma ou revolução’” (p. 15).

Embora haja esse nexos norteador, é imprescindível, reiterarmos, que a releitura realizada por Gramsci o torna atemporal, pelo fato, de não se limitar ao processo “assimilação”, efetuando, desse modo, a configuração do termo diante da elaboração dos “conceitos básicos”<sup>5</sup> (Coutinho, 2014). Enfatizamos que esse processo, não significou o abandono das ideias do revolucionário russo, porém expressou um distanciamento da ação imediatista - referindo as estratégias de incursão. Porquanto, nesse processo, direcionou para o fortalecimento de “uma *práxis* mais vasta, mais universal” (p. 82) aprofundando e renovando o método da dialética histórica.

Movimento esse, que contribui para analisarmos os projetos das sociedades e práticas políticas atuais, para além das determinações econômicas. Dado que, esse nível pormenorizado provoca a repensar a noção do sujeito, visto que essa dialoga com questões orgânicas amparadas no caráter histórico. Nesse sentido, enalteçemos a importância de perceber a autonomia dos sujeitos nessa sociedade. Associando-os a uma concepção, segundo “a qual [...] é a *práxis* humana, a vontade subjetiva, o verdadeiro motor da história” (Coutinho, 2014, p. 16). Logo, uma nova trajetória era desenhada pelo método dialético, o qual não exclui a objetividade/natureza, mas inclui a subjetividade/história produzida pelo sujeito em ação.

Em decorrência a esse ímpeto, Gramsci atualiza a concepção de hegemonia, isto é, reformula os meios para a classe subalterna alcançar o poder, desvencilhando, dessa maneira, do determinismo econômico (Moraes, 2010; Coutinho, 2014) e do imediatismo em voga entre os marxistas - como já citados na análise precedente -, em prol de um indivíduo crível de consciência em detrimento da noção de passível.

Enfatiza Gruppi (1978), que a posição de Gramsci é clara nessa reelaboração sobre o processo de domínio hegemônico, demonstrando que a política e a filosofia devem estar alinhadas em um processo de atuação. Isto significa, que ambas viabilizam uma forma do indivíduo agir ante as contradições pertencentes à estrutura, referindo-se:

Há uma relação entre estrutura-superestrutura ideológica. A estrutura determina a superestrutura e disso deriva a estreita conexão entre política e filosofia. A filosofia

---

<sup>5</sup> Esses conceitos refere-se ao momento da maturidade das reflexões gramscianas, o qual assimila as idéias básicas de Lênin - contudo, vai além; abandonando, de alguma forma, as “vitórias imediatas” em prol de uma luta longa e mais concreta na disputa pelo poder (Coutinho, 2014). Essa transição repercutiu no socialista sardo, de uma maneira, que o fez distanciar da concepção acerca do proletariado idealizada na “mentalidade corporativista [...] deixando de defender interesses imediatos, grupais, convertendo-se assim em *classe nacional*” (p. 63).

está na política. **Momento máximo da política é a revolução, a criação de um novo Estado**, de um novo poder e de uma nova sociedade. [...] Essa estreita identidade de política e filosofia faz com que **o momento culminante da filosofia seja a política transformadora, e que o filósofo seja o homem político** como transformador (Gruppi, 1978, p. 4-5, grifo nosso).

A maturidade de Gramsci revela-se, genuinamente, nessa ponderação retratada por Gruppi (1978), o qual sintetiza os meios imprescindíveis para uma transformação profunda da realidade. Apresentando, dessa maneira, a base metodológica - estrutura/superestrutura - a qual é realçada nos pensamentos gramscianos e compreendida como uma díade dialética, denominada *bloco histórico*<sup>6</sup> (Coutinho, 2014), forças necessárias para a manutenção do poder nos Estados modernos. Isto remete, portanto, a percepção de um campo de forças “contrárias”, contudo necessárias para o domínio e a consolidação do poder hegemônico.

Pode-se acrescentar, neste processo de atualização em torno da hegemonia, o desenvolvimento das democracias modernas, essas provocadas pelo acontecimento histórico: a socialização da participação do povo no cenário político - contexto vivenciado por Gramsci. Ademais, esse advento histórico de inserção/atuação dos sujeitos na arena política contribuiu para as emergências das organizações privadas, a título de exemplo: os grandes sindicatos, a imprensa, os partidos políticos, os movimentos sociais e entre outros (Coutinho, 2014, p. 125). Resultando assim, nas emergências de instituições presentes nas *sociedades capitalistas avançadas*.

O acesso ao poder “popularizou” não restringindo-se apenas a uma elite e/ou classe política, despertando, assim, novas figuras nesta disputa - com a formação e a inserção, no espaço referido - dos *aparelhos privados*. Em síntese, a incumbência sob o materialismo histórico dialético apoiava-se ante um novo formato da noção de poder, de sociedade e da política. Assim, Gramsci defronta com essa estrutura hodierna de organização das sociedades modernas, que sublinha Coutinho (2014),

---

<sup>6</sup> Para auxiliar a compreensão deste conceito, versado por Gramsci, sobretudo em sua obra dos *Cadernos do Cárcere*, faz necessário uma breve explicação. Desse modo, sintetiza que os níveis de superestrutura e estrutura formam um bloco fundamental para o funcionamento da sociedade, espaço esse, que possibilita a chegada ao poder, mas que implica êxito na direção econômica/política e ideológica/cultural. Assim, esse campo de forças antagônicas são para Gramsci (2017) “ondas” expressas no “conceito de ‘bloco histórico’, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (p. 26) com “diferente oscilação que permite reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura, por um lado, e, por outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura. Assim, pode-se dizer que a mediação dialética entre os dois princípios metodológico” (p. 37).

Marx, portanto, não pôde conhecer - ou não pôde levar na devida conta - os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem, etc. Não pôde, em suma, captar plenamente uma dimensão essencial **das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida: precisamente aquela “trama privada” a que Gramsci se refere, que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelho privados de hegemonia”** (Coutinho, 2014, p. 125, grifo nosso).

Permeava, nesse período, uma nova postura diante do domínio do poder, conseqüentemente, carecia de uma teoria política que possibilitasse os meios de alcançá-lo. Pois, entrava em cena uma “autonomia material”, a qual encontrou no âmbito privado sua força tangível para se proliferar - materializada no seio da organização civil - através das alianças entre grupos. Cabe ressaltar que, o privado suscitou organizações mais conscientes e fortalecidas em seus anseios e diligências.

Essa constatação viabilizada por Gramsci (2017), o fez perceber que o contexto histórico vigente, naquela época, havia se transformado. Outrora, ele já anunciava que, “como em cada Estado o conjunto das relações sociais era diferente, diferentes deviam ser os métodos políticos de emprego da força e a combinação das forças legais e ilegais” (p. 244); exteriorizando as diferenças entre sociedades. Sublinhamos que, essas organizam conforme as forças em disputa, no campo estatal, o qual almeja a conquista do poder hegemônico.

Em razão disso, engendra-se uma sociedade complexa e consciente, a qual organiza-se em prol das suas demandas, demonstrando, que somente as ferramentas do Estado - de coerção - não são eficazes para o controle dessas instituições privadas, pertencentes à sociedade civil. Em virtude a isso, constata que essas relações de forças - *estrutura e superestrutura* - não são meros empecilhos, pelo contrário:

**O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo**, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e **a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis** (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (Gramsci, 2017, p. 42, grifo nosso).

A noção de Estado é concebida sob novos parâmetros, na medida que Gramsci refuta a ideia de um aparato estatal sob os moldes coercitivo, ou melhor, recusa a ideia que o restringe aos aspectos relacionados a administração burocrática e o controle dos aparelhos de repressão (Coutinho, 2014). Referimos, nesse caso, ao termo denominado pelo filósofo marxista, o *Estado no sentido Estrito*, o qual é concebido como o poder/atuação do Estado oriundo da força “violenta”.

É nesse ditame, que entra em cena a reelaboração da hegemonia, isto é, ante o novo debate sobre Estado - atualizado em meados do século XX. Na prática, isso significou uma percepção ainda nos moldes da coerção, contudo outros aspectos foram acrescentados - amparados, assim, em contornos mais robustos. Nessa perspectiva, o Estado nos termos gramscianos, foi potencializado e endossado ante uma “dominação ideológica de uma classe sobre a outra, sem que haja o uso da força, de regime ditatorial ou de imposição” (Maia, 2016, p. 39).

Como conclusão, o pensador sardo amplifica a noção do aparelho estatal, para além do determinismo econômico expandindo-o para a presença de uma nova força, manifestada no campo das ideias.

### **1.3 Uma “cadeia de conceitos”: a Hegemonia em discussão**

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas, perante uma nova ideia de aparelho estatal, foi o motor para Gramsci direcionar as suas observações, em relação às forças constituintes desse espaço. Assim, a sua aspiração e elaboração sobre a concepção de hegemonia manifesta-se na atualização acerca de um Estado, para além da dimensão coercitiva.

Destaca-se como premissa para a compreensão do Estado no sentido marxista gramsciano que o Estado burguês tem uma determinação intrínseca caracterizada por sua face repressiva [...] mas que com desenvolvimento histórico vai ganhando novas configurações através das relações estabelecidas entre os diferentes estratos sociais na produção e reprodução da vida social. O caráter coercitivo do Estado como “única” determinação vai cedendo espaço para novas formas de articulação política, pelo entrelaçamento de mecanismos de coerção e consenso, dominação e hegemonia, configurando o que Gramsci cunhou de Estado ampliado, na primeira metade do século XX (Adams; Pfeifer, 2006, p. 241).

A fundamentação gramsciana, diante dessa nova perspectiva acerca do Estado moderno, não exclui a opressão. Embora, tenha observado, e proposto novas formas e/ou mecanismos, que insere os indivíduos nas condições de subalternidade no convívio social. Isto é, as ferramentas de opressão transmutam, para além das ações autoritárias, realizando um *modus operandi* direcionado a condução dos valores comportamentais, culturais e morais.

Temos aqui, um terreno palpável sobre a concepção de Estado, em Gramsci. Ou seja, uma combustão passível de constatação ao inseri-lo no desenvolvimento histórico, visto que o “Estado já forte e enraizado” modifica-se na sua estrutura e ação. Portanto, “não é o momento da força que interessa [...] mas o do consenso” (Gramsci, 2017, p. 31). Logo, o Estado coercitivo transforma a sua capacidade de gerir e controlar, revelando, desse modo, a sua outra face, o domínio sob as crenças e percepções dos sujeitos.

Em suma, Gramsci (2017) demonstra a “dupla perspectiva” vigente no Estado burguês do século XX - denominado por ele: *Estado Ampliado*. Essas que se materializam em um nexos dialético, o qual não desempenham somente funções “imediatistas” e opressivas, como também, constroem ações estratégicas em busca do domínio ideológico, entendido como os “mais elevados valores da civilização e da humanidade” (p. 34). Em razão disso, o Estado moderno visa atuar sobre: o ser racional e ferino, a moral e o controle, a hegemonia e a imposição; objetivando, assim, equilibrar as forças antagônicas do mundo contemporâneo em prol da subordinação de uma classe a outra. Movimento esse, que beneficia e assegura o poder dos grupos dominantes.

Contudo, é preciso primar, que essas forças antagônicas - os meios de produção e a subjetividade/princípios dos indivíduos - não desaparecem, apenas se interpelam em um “equilíbrio” instável, onde a classe que as dominam necessita, constantemente, oferecer concessões àqueles que almejam subordinar, uma vez que esse “contraste é insolúvel historicamente” (Gramsci 2017, p. 83). Em razão disso, o poder hegemônico torna-se crucial nessa noção de Estado amplo. Nessa perspectiva, é possível visualizar a mudança em sua elaboração, essa que distancia de uma ação de embate, de autoridade e/ou imposição das ideias.

Antes de Gramsci, em Lênin, a hegemonia era definida como supremacia de um povo sobre outros, em questões culturais ou até militares. **Gramsci reconstrói o conceito de hegemonia com base na dominação ideológica de uma classe sobre a outra, sem que haja uso da força**, de regime ditatorial ou de imposição. O pensamento advém entre burguesia e proletariado (Maia, 2016, p. 45, grifo nosso).

Em Gramsci, a hegemonia assume o papel de direcionamento crítico perante as demandas da “*vontade coletiva*”<sup>7</sup>. Buscando, dessa forma, suscitar a aceitação ideológica que se propõem a instaurar; uma vez que exerce a função de manusear os entrecosques e as contradições presentes no campo de disputa pelo poder - alusão essa, existente em *sociedades complexas*.

Outrora, se porventura, a hegemonia era entendida e interpretada como liderança, proveniente do domínio pela força opressiva, de uma classe a outra; em Gramsci, ela assume a possibilidade de oferecer o seu domínio, por meio da manifestação no campo das ideias (Maia, 2016, p. 59). É nesse contexto, de provocação da consciência dos sujeitos que, o conceito adquire dimensões de vasta notoriedade.

Diante disso, é possível perceber essa novidade, quando Gramsci reverbera sobre as “trincheiras” do Estado Moderno, evidenciando, um terreno de camadas e redutos solidificados através de alianças entre grupos e/ou órgãos privados (Coutinho, 2014; Casimiro, 2018). Esses que buscam a manutenção e domínio, para além do político-econômico, mas também do âmbito cultural.

Pode-se acrescentar que, esse processo de luta pela hegemonia desenrola-se através de um campo de batalha de contradições políticas e econômicas, que é assinalado por Gramsci (2017):

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica (Gramsci, 2017, p. 46).

Gramsci acrescenta aqui, o seu ponto de vista claro sobre a complexidade que se insere a ideia de hegemonia. Essa que não pressupõe que a obtenção dela resultará em uma condução de poder duradouro e estável, visto que a natureza que a cerca, se constitui sob uma

---

<sup>7</sup> O termo “*vontade coletiva*” é um conceito delineado por Gramsci (2017), diante da releitura da obra “O Príncipe”, de Maquiavel (1532). Inspirado nessa obra, classifica-a como um “livro vivo” (p. 13), isto é, como um exemplo de ideologia política com vasta potencialidade de condensar o “povo disperso” (p. 13). Desse modo, essa representação ideológica possibilita o “despertar [...] da vontade coletiva” (p. 14). Em suma, ela expressa a materialidade da auto reflexão dos sujeitos em um âmbito sobre deveres, qualidades e critérios que necessitam na esfera social, os quais organizam nesses coletivos para propor estratégias políticas que resultarão na atuação prática no seu território.

extensão tênue entre o equilíbrio e o instável, a fúria e a impassibilidade, a coerção e o consenso, a resistência e a complacência.

Assim, para o filósofo sardo, para se constituir como classe dominante não basta apenas dominar, mas deter e adquirir, à princípio, a sagacidade de dirigir/guiar. Pois, o caráter hegemônico está na capacidade de se colocar como protagonista para as demandas de diversos estratos sociais, “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (Gruppi, 1978, p. 3).

A teoria da hegemonia de Gramsci, revela a organicidade inerente a ela, uma natureza que acontece diante das sucessivas batalhas entre grupos, um conflito que se desenrola em um longo processo de luta. Isto é, um espaço de forças armadas e burocráticas, mas também um espaço de atuação das instituições sociais, denominado *aparelhos privados de hegemonia*, que desempenham a direção intelectual, dos hábitos e dos valores.

Gramsci emprega os termos “aparelho” e “hegemonia” num contexto teórico novo: ele fala em “hegemonia no aparelho político”, em aparelho “hegemônico político e cultural das classes dominantes”, em aparelho “privado de hegemonia ou sociedade civil”. **O aparelho de hegemonia não está ao alcance apenas da classe dominante que exerce a hegemonia, como também das classes subalternas que a ela inspiram** (Moraes, 2010, p. 59-60, grifo nosso).

Esses aparelhos são a materialização da autonomia material da hegemonia, entendidas por Gramsci como organismos pertencentes à esfera social, que atuam difundindo ideologias e crenças, sem o uso da repressão. É nesse espaço, como portadora da hegemonia, que a *sociedade civil* obtém a sua notabilidade em relação a sua atuação “como esfera de mediação entre a estrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (Adams; Pfeifer, 2006, p. 242).

O exercício, dessa portadora material da hegemonia, é endossado pela participação voluntária, resultante, do próprio desenvolvimento histórico das sociedades através de instituições, como: a escola, a igreja, os partidos políticos, os movimentos sociais, os meios de comunicação e, entre outros (Moraes, 2010; Coutinho, 2014); pertencentes à *sociedade civil*, e não as instâncias e/ou órgãos do aparelho estatal. Nesse viés, *a sociedade civil*, está entrelaçada no seio social exercendo um papel, para além de mediação, como também atuando como estrutura ideológica construtiva e formadora de um território (Gramsci, 1989). É fundamental interpretá-la, como: um espaço de construção, dispersão e manutenção dos valores organizados pelos grupos que almejam ser dirigentes.

Indica Gramsci (1989) em suas observações, que o conceito de *sociedade civil*, deve estar em evidência nos estudos sobre a historicidade da construção de uma nação, pois:

No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico: aliás, deve-se dizer que não existe desenvolvimento no terreno econômico sem estes outros desenvolvimentos paralelos (Gramsci, 1989, p. 49).

É possível identificar nessa ideia do autor, a sua percepção sobre a importância da *sociedade civil* como portadora de hegemonia, visto que um grupo economicamente dominante não simboliza, de fato, um controle hegemônico. Na perspectiva gramsciana, não basta apenas o controle das forças produtivas, é preciso fortalecer e assumir o ambiente ideológico, que surge como resistência, como aporte material de nível cultural.

Nesse momento, cabe ressaltar, que essas reflexões possibilitaram a Gramsci aprofundar a teoria marxista sobre o aparelho estatal, em razão de identificar a formação organismos coletivos, que atuam e compõem essa *sociedade civil* (Adams; Pfeifer, 2006). São agentes autônomos, mas também educadores das massas, por meio da difusão de ideias e uma ética moral. Essas que, atendem os interesses de uma classe única, contudo propagadas como demandas coletivas.

Em outros termos, Gramsci (2017), encontra na elaboração do conceito de *sociedade civil*, um organismo que propõe o controle das subjetividades em prol de interesses de classe. Assim, “a classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a o seu nível cultural e econômico” (p. 250), uma vez que apenas um Estado coercitivo não impõe e é insuficiente para realizar a direção das sociedades modernas. Outros moldes se impõem a ele: “o Estado torna-se ‘educador’” (p. 250).

Afinal, Gramsci (2017) reconhece que a sociedade moderna coloca em voga novas forças em disputas, no qual mais precisamente, “o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (p. 18). Com isso, o processo dialético é atualizado. Os determinantes econômicos, ainda são estruturantes, mas a existência desses aparelhos privados de hegemonia revelam as contradições desse âmbito. Mostrando, que, a repressão não é capaz de assegurar o domínio do aparelho estatal somente pelo econômico, jurídico e/ou estrutura governamental.

Para enriquecer o debate, sublinhamos que, “em Marx o conceito de sociedade civil está na infraestrutura, o local das necessidades e da produção econômica. Gramsci já aloca a sociedade civil na superestrutura, ambiente da construção de ideologias e do embate pela hegemonia” (Adams; Pfeifer, 2006, p. 242). Assim, a direção de uma sociedade está, para além da dimensão do controle dos meios de produção.

Gramsci revela que o porte material da hegemonia, no caso, esses *aparelhos privados de hegemonia*, são forças presente do Estado Moderno e, enquanto tal, as classes dominantes necessitam direcionar e/ou universalizar uma concepção moral apta a dissipar as resistências dentro desse organismo civil.

Assim, para que exista a hegemonia é preciso formação. Essa formação ocorre através dos intelectuais, que trabalham com o povo, que são a base do partido. Somente quando esse povo, base adquire a formação é que se torna possível passar as ideias para a população. Podemos, pois, dizer que a hegemonia começa na formação dos líderes (Maia, 2016, p. 60).

Nesse tocante, a hegemonia está intimamente ligada às concepção de mundo, pensamentos e ideias dos sujeitos. Logo, esse conceito em Gramsci, se coloca como um desafio aos grupos que almejam o seu controle em uma determinada sociedade, onde não há mais espaço apenas para imposição. Hoje, a conquista do poder se faz pela capacidade de construir uma consciência crítica capaz de formar e guiar as massas.

#### **1.4 O espaço de formação dos sujeitos: a diligência dos Intelectuais**

Tendo em vista, os caminhos até aqui percorridos, em torno do conceito de hegemonia e a complexidade que a cerca, pleiteia integramos nesta pesquisa, uma discussão

orientada ao exercício dos intelectuais. Demonstrando, assim, a sua proeminência na disputa pelo poder hegemônico.

Diante desse desígnio, refutamos, “Como realizar o papel de guiar a sociedade civil?” e “Como estruturar os ditames para serem aceitos, legitimados e almejados?”. Essas indagações sustentaram, esta análise, em consonância às inquietações acerca do papel do intelectual dentro da lógica gramsciana. Meio esse, que implica no próprio conceito de hegemonia, ou seja, uma demanda fundamentada em uma ação que busca liderar e conduzir a sociedade, para além da coerção simples e pura (Moraes, 2010).

Assinalamos que, a função de guiar e educar as massas em torno de um “imaginário social” se faz diante de saberes e modos de representação, os quais são pilares para transformar hábitos, “moralidades” e/ou convenções de uma classe como modelo “universal”, frente a uma determinada sociedade. Em outros termos, ambicionam naturalizar as contradições existentes no contexto histórico para dominá-lo. Nesse espaço, Gramsci (1989) sistematiza o exercício dos intelectuais, sendo:

**Os intelectuais são os "comissários" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (Gramsci, 1989, p. 11, grifo nosso).**

É neste seio, que alocamos a relação entre guiar/dirigir como eixo para a conquista do poder hegemônico. Isto é, há uma necessidade do discurso como artifício para o convencimento dos grupos subalternos. Contudo, não há somente isso, uma vez que esse “elitismo” social advém de um ensejo substanciado por uma “reputação” desejável e historicamente construída (Gramsci 1989). Assim, a classe dirigente, não só guia, mas é admirada em seus valores, os quais são notórios e pujantes para influenciar.

Em Gramsci, existem articulações complexas acerca do poder, que, genuinamente, sintetizamos sob duas esferas: a burocracia, referindo-se ao *aparato de coerção* - pertencente ao aparelho estatal. Enquanto a outra esfera, a social, é compreendida por uma busca do consenso, exercício realizado pela *sociedade civil*. Essa que, atua em função de “elevar a

grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes” (Adams; Pfeifer, 2006, p. 263).

Os Estados Modernos, desenvolvem-se diante de um pressuposto de individualidades e liberdades, e enquanto tal, os mecanismos de dominação requerem novos meios e/ou papéis nesse cenário. Diante disso, Gramsci (1989) identifica nessas novas forças um organismo civil com as suas próprias demandas e, para tal feito, essa organicidade desempenha as suas práticas “em uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, [...] uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função” (p. 3).

Em suma, origina-se um novo intelectual, não só técnico, pois assume um ofício intrínseco ao desenvolvimento de uma consciência social e política. Desse modo, a discussão elaborada por Gramsci, não preocupa-se com uma metodologia em torno da diferenciação entre os dinamismo da atividade intelectual, uma vez que consiste, meramente, em um equívoco (Gramsci, 1989). Assim, a novidade do papel do intelectual coloca-se diante do “conjunto de sistemas das relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais” (p. 7).

Concluimos, que segundo o filósofo sardo, para compreender o conceito de intelectual, é necessário um empenho ao redor do contexto e grupo social que este pertence. É nesse debruçar que percebemos a percepção gramsciana acerca da existência e proeminência do intelectual, posto que são as relações sociais que determinam o seu labor. Logo, não é a estrutura do trabalho que nos interessa, e sim a origem das suas relações sociais e como os seus interesses de classe compõem o seu caráter orgânico.

Com isso, acredita Gramsci (1989), que,

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro — e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; **da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica**, sem a qual se permanece "especialista" e não se chega a "dirigente" (especialista mais político) (p. 8, grifo nosso).

O intelectual, nessa perspectiva, é aquele que irá expandir e desenvolver na sociedade civil, a estrutura a qual pertence e o interessa. Em outros termos, uma categoria

crucial que atua em uma manutenção ideológica do seu grupo. Assim, a sua prática não é simplista, imediata e impulsiva, pois o novo intelectual adquire uma dimensão de *categoria especializada*<sup>8</sup>, enquanto tal, demanda uma organização posta na historicidade, bem como, pleiteia uma formação científica e de excelência.

Outrora, se porventura, o intelectual era definido ante a uma especialização sistemática, isto é, uma competência que restringia a *técnica-trabalho*<sup>9</sup> - uma aptidão limitada à mão de obra para a lógica do capital e subordinada ao senso comum. Em Gramsci (1989), este adquire novos e vastos contornos, visto que:

**Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo,** possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (Gramsci 1989, p. 7-8, grifo nosso).

Com isso, acredita Gramsci, que a questão acerca do intelectual não limita-se ao espaço do conhecimento técnico, tampouco, ao saber adquirido na profissionalização. Em sua visão, o novo intelectual estabelece-se como um construtor de uma “ética” do grupo que pertence, um organizador dos hábitos que se propõem a dispersar e, em suma, um concretizador consciente da sua função, buscando, assim, promover a sua classe. “Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual” (Gramsci, 1989, p. 8). Portanto, materializa-se como um vasto e proeminente propulsor para a ascensão de uma classe.

Ressaltamos, mais uma vez, que todo ser é um intelectual diante da capacidade e/ou modo de pensar o mundo (Gramsci, 1989). Contudo, o grau da consciência histórica, social e crítica são imprescindíveis para aperfeiçoar esse ato, visto que é necessário, ir além, de concepções pedantes e imediatistas. Os seus atributos assumem, desse modo, uma atividade intelectual filosófica e, propriamente, confrontante - a realidade acrítica. Movimento, este, que pressupõem a necessidade de um pensamento que reivindica, ou melhor, reconhece a objetividade [o mundo externo] que o cerca e propõem-se a transformar. Portanto, um exercício fundamentado na práxis.

Reforça Bianchi (2018), que:

---

<sup>8</sup> Gramsci, 1989, p. 8.

<sup>9</sup> Gramsci, 1989, p. 9.

nesse momento catártico a estrutura deixaria de ser uma força exterior capaz de esmagar os indivíduos e condená-los a uma situação de passividade e passaria a ser condição da liberdade desses homens, um instrumento para a criação de novas formas ético-políticas por meio da elaboração superior da estrutura em superestrutura. A determinação desse momento catártico [...] coincidiria com o próprio movimento histórico (p. 122).

O novo desempenho assimilado pelos intelectuais não restringe-se, apenas, ao mundo das ideias, aos conceitos e ao idealismo abstrato (Semeraro, 2006). Assumem todos, dessa forma - mesmo que em graus diferentes de consciência - uma possibilidade de evoluir, fomentar e equiparar o seu exercício a uma criticidade orgânica, distanciando da neutralidade dos discursos e pensamentos. Nasce uma práxis atual do intelectual, aqueles que estão “politicamente compromissados com o próprio grupo social para fazer e escrever a história” (p. 374).

Nesse sentido caminha a fundamentação de Gramsci, sobre o conceito do intelectual, respaldando em Karl Marx e Friedrich Engels, conforme enfatizado por Semeraro (2006),

em 1845, quando Marx e Engels escreveram a Ideologia Alemã<sup>10</sup>, o mundo das ordens não existia mais. Na Europa, a intensa atividade nas fábricas e a agitação política revolucionaram as relações sociais, provando que a sociedade podia ser recriada pela iniciativa e a audácia de diferentes protagonistas. Então, em contraposição à burguesia instalada nos centros de poder, também irrompiam no cenário da história das classes organizadas de trabalhadoras que carregavam aspirações próprias e lutavam por um outro projeto de sociedade (Semeraro, 2006, p. 185).

Diante desses novos desdobramentos das estruturas sociais, verificamos que Gramsci pôde experimentar, elaborar e aprofundar uma práxis para a intelectualidade do ser, ante a teorização marxista, do século XIX. Embora em um contexto mais complexo, o filósofo sardo, presenciou uma representação simbólica do capital enraizada nas sociedades ocidentais, uma participação política das massas e uma vigente ordem mundial.

Um contexto que não era mais pertinente a um intelectual exercer ideias vibrantes e sedutoras, dado que a nova ordem demandava um exercício crítico, realista e eloquente - isto é, mobilizar - para dirigir os sujeitos. Logo, o maniqueísmo e idealismo distópicos são

---

<sup>10</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

desmantelados em prol do intelectual orgânico, aqueles que “fazem parte de um organismos vivo e em expansão” (Semeraro, 2006, p. 377), posto na própria realidade e movimento histórico.

#### 1.4.1 Sujeito ideológico em disputa: educar, lapidar e instruir

O novo intelectual, em Gramsci, ocupa uma dimensão hodierna e consonante ao contexto histórico - condições estruturantes do século XX<sup>11</sup> -, que naquele momento, era concreto e vital para estruturar uma organização das classes subalternas. Para tanto, deveriam adquirir consciência das condições [contradições] produtivas daquele período; assim como, o reflexo - social, administrativo e cultural - os quais estavam condicionados.

Para esse propósito, o papel de liderar e guiar as massas assemelha-se, para Gramsci (2017), como:

uma doutrina de guerra, que deve ser entendida com disciplina intelectual e como meio para promover formas de raciocínio não discordantes e uniformidade de linguagem, de modo a permitir que todos compreendam e se façam compreender. Se, às vezes, a unidade doutrinária ameaçou degenerar em esquematismo, a reação foi imediata, imprimindo-se à tática, também através dos progressos da técnica, uma rápida renovação. Portanto, esta regulamentação não é estática, não é tradicional, como alguns creem. A tradição é considerada apenas como força, e os regulamentos estão sempre em curso de revisão (p. 72-73).

A concepção apresentada aborda a função do intelectual, por meio da *disciplina*, meio esse, que segundo marxista italiano, demonstra ser impreterível para alcançar o *consenso*. Dado que, promove a uniformidade dos pensamentos, facultando, dessa maneira, a incumbência de dirigir e liderar as massas. Ademais, acrescentamos, que essa função demanda uma formação fundamentada na realidade histórica, bem como uma sapiência que o forma para tal. Uma vez que, todos os sujeitos expressam uma concepção de mundo - “não se pode separar o homo faber do homo sapiens” (Gramsci, 1989, p. 7). Contudo, essa atividade requer o seu desenvolvimento, por meio do processo de *catarse*<sup>12</sup>,

isto é, a potencialidade de uma passagem da esfera da manipulação imediata - da recepção passiva do mundo - para a esfera da totalidade (da modificação do real); ou, o que é um outro aspecto do mesmo processo, a passagem da consciência do

<sup>11</sup> A referência a esse contexto direciona-se ao período, em que Gramsci propunha-se captar as relações de poder estruturantes do seu tempo, assim como almejava transcender essa assimilação, por meio da elaboração de uma nova estratégia “de cunho estratégico político” (Mendes, 2006, p. 48).

<sup>12</sup> Coutinho, 2014, p. 91.

“egoístico-passional” (particularista) para a consciência universal (para a consciência de nossa participação no gênero humano) (Coutinho, 2014, p. 91-92).

Outrora, se porventura, definia o intelectual somente pela capacidade técnica, em Gramsci, adquire um contorno hodierno. A intelectualidade [*intelectual orgânico*] simboliza a ruptura com a passividade - do mundo pertencente - em prol da consciência coletiva [de classe]. Grosso modo, o cerne dos escritos de Gramsci recria a atuação do intelectual, o qual não é mais “solto no ar” e desconexo das relações e lutas sociais. Isto é, não são mais considerados de “maneira abstrata, avulsa, como casta separada dos outros” (Semeraro, 2006, p. 376).

Em linhas gerais, o suceder dessa ruptura condiciona-se frente a um processo longínquo (Bianchi, 2018), posto no desenvolvimento da própria história. Ademais, superar a passividade não é algo espontâneo, pois requer um transpor da consciência individual para um agir consciente crítico em prol da coletividade que os cerca. Isto é, “uma nova consciência, pela unidade entre teoria e prática” (p. 65). Meio esse, que Gramsci considera como um sujeito ativo. Assim retrata Bianchi (2018),

Mas o homem ativo, dizia o marxista italiano, não teria necessariamente uma clara consciência teórica de seu agir e seria possível, até mesmo, que sua consciência estivesse em contraste e oposição com sua ação. Seria possível, de certa maneira, afirmar que possuiria duas consciências, “uma implícita em seu agir que realmente o une a todos seus colaboradores na transformação prática da realidade”. Mas além desta haveria outra [...] consciência “verbal” seria, pois, aquela afirmada com palavras e a que se acreditaria seguir (Bianchi, 2018, p. 65)

Nesse sentido, o intelectual assume importância nos pensamentos gramscianos, por exercer as funções de direcionar e mobilizar as massas para a construção de uma nova sociedade, isto é, são *representantes especializados*<sup>13</sup> para a conquista do poder hegemônico, por meio do despertar da *vontade coletiva*<sup>14</sup> - crítica e militante. Visto que há no indivíduo uma vontade de agir [implicitamente], em contrapartida existe uma concepção verbalizada que o condiciona a assumir condutas superficiais “herdadas do seu passado” (Bianchi, 2018). Nesse âmbito, o papel do intelectual orgânico materializa-se em um campo que coexiste a consciência análita e senso comum.

---

<sup>13</sup> Bianchi, 2018, p. 67.

<sup>14</sup> Conceito gramsciano, que, simboliza, sucintamente, uma concepção [política] pensada por deveres e qualidades concretas de uma pessoa, ou seja, aquilo que simboliza a autorreflexão do povo, isto é, “o raciocínio sobre si mesma, a paixão transforma-se em “afeto”, febre, fanatismo de ação” (Gramsci, 2017, p. 12). Uma ação pulsante, mas não inconsciente e/ou momentânea.

Em outras palavras, a intelectualidade gramsciana transpassa por um campo de ação prático, dialético e histórico. Evidenciando, assim, questões inerentes ao ofício de mobilização das massas. Reconhecimento desse, possibilita distanciar de premissas ocasionais e/ou acidentais, demonstrando, um realismo histórico necessário para o “despertar” da consciência efetiva, prática e militante dos sujeitos. Assim, Bianchi (2018) reverbera que,

Segundo Gramsci, [...] era necessário distinguir, entretanto, as “ideologias historicamente orgânicas, isto é, necessárias a uma determinada estrutura”, e aquelas que seriam arbitrarias e voluntaristas. Enquanto estas últimas não alimentariam senão movimentos individualistas e pequenas polêmicas, **as ideologias historicamente necessárias “organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam**, adquirem consciência da própria posição, lutam, etc” (Q7, §19, p. 868). A ideologia é, desse modo, o aspecto de massa de toda concepção filosófica (Bianchi, 2018, p. 120, grifo nosso).

Nos termos de Gramsci, o sujeito que dirige as massas em prol das demandas do grupo social, - o qual pertence e atua -, realiza um movimento de educar, guiar e organizar os indivíduos frente a uma dimensão de *ideologias historicamente orgânicas* - posta na própria realidade histórica. Essas são necessárias para suscitar uma coletividade que almeja uma mobilização consciente, ativa e movida pela ação transformadora. Meio esse, que rejeita premissas momentâneas e egoístas.

Em Gramsci, o postulado ideológico adquire dimensões exímias, as quais sobreleva aspectos e/ou renovações triviais e levianas. Conferimos, dessa maneira, uma compreensão dos sujeitos por meio de um construto ideológico, que permeia um caráter intrínseco a um ímpeto “nacional”, isto é:

Pode-se, portanto, chamar de "nacional" o indivíduo que é consequência da realidade concreta nacional ou que inicia uma fase determinada da operosidade prática ou teórica nacional. Seria necessário, após isso, ressaltar o fato de que uma nova descoberta que se conserva como algo inerte não é um valor: a "originalidade" consiste tanto em "descobrir" quanto em "aprofundar", em "desenvolver" e em "socializar", isto é, em transformar em elemento de cultura universal; mas, precisamente nestes campos, manifesta-se a energia nacional, que é coletiva, que é o conjunto das relações internas de uma nação (Gramsci, 1989, p. 71)

Grosso modo, o cerne da atividade do intelectual gramsciano, exerce a incubência de organizar um projeto político, social e cultural, bem como expandi-lo em busca da transformação deste em *energia nacional*. É instigar a coletividade dos sujeitos e enfrentar o

individualismo, meio esse que torna possível por intermédio da "'catarse' pessoal e social, um processo da subjetivação ético-política que caracteriza a construção do conhecimento e a prática coletiva de ensino-aprendizagem” (Semeraro, 2006, p. 380).

Em sua totalidade, o indivíduo constrói-se frente a um dinamismo entre objetividade e subjetividade - naturezas intrínsecas e antagônicas. Uma vez que, esses condicionantes promovem uma construção do conhecimento materializada na autorreflexão das massas (Gramsci, 2017; Bianchi, 2018), e com vasta potencialidade de organização e mobilização [movimentos, manifestações e lutas sociais]. Assim, a consciência se desenvolve sob uma dimensão interna e externa, diante de experiências individuais e coletivas resultando, em síntese, uma construção ativa e histórica das suas ideologias (Semeraro, 2006). Contudo, essa objetividade tem sido reduzida e imposta a uma racionalidade de domínios, produtividade e *narcisismo privado*<sup>15</sup>.

#### 1.4.2 O “Despertar” da consciência: o Partido Político em questão

Para essa análise, utilizaremos o vocábulo “despertar”, enquanto termo utilizado para associar-se uma comunicação; em concordância, ou até mesmo, à uma referência que retoma a discussão sobre o processo de transformação da consciência -, como já trabalhado no tópico anterior, - denominado, nos pensamentos gramscianos, como *catarse*<sup>16</sup>. Recorremos ao “despertar” como uma premissa, em que o sujeito já se tornou consciente da sua existência, portanto, esse já é capaz de construir uma visão crítica em relação ao mundo que o cerca. Nesse sentido,

a filosofia da práxis busca conduzir os “simples” a uma concepção de vida superior, Gramsci salienta que a compreensão crítica de si mesmo é obtida “através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes [...] Pertencer “a uma determinada força hegemônica ('consciência política'), [...] segundo Gramsci, é condição para uma ulterior autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam, afirmando, por sua vez, que o ato da autoconsciência ou da visão unitária e coerente do mundo não é um ato mecânico, elaborado no vazio (Mendes, 2006, p. 62)

Partimos do princípio, que a consciência é um instrumento transformador e todos a

---

<sup>15</sup> Semeraro, 2006, p. 382.

<sup>16</sup> Mendes, 2006, p. 60.

possuem, embora em níveis díspares (Gramsci, 1989). Em razão disso, na perspectiva do pensador sardo, o ofício da intelectualidade - um elemento vital para as classes deter o domínio hegemônico, - torna-se um eixo basilar para o despertar da autoconsciência, como também, unificá-las [teoria e prática]<sup>17</sup>. Essa construção, se dá frente a uma nova realidade de construtos teóricos e prático, uma vez que para os intelectuais compreenderem as problemáticas estruturantes da sua realidade precisam, para tal feito, reconhecer, aprofundar e estarem sintonizados com as relações que constituem a materialidade (Semeraro, 2006, p. 374).

A recriação da atividade intelectual crítica, coletiva e destinada a propor rupturas com as contradições do seu tempo, perpassa por um espaço condicionado à reflexão e de consciência política, as quais não se realizam de forma espontânea e privada, mas sim postas no meio orgânico e histórico. Conforme Semeraro (2006), na perspectiva de Gramsci,

são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio da classe que representam (Semeraro, 2006, p. 378).

A interlocução entre a função técnica [mundo do trabalho] e as vivências sócio-culturais são substanciais para consolidar uma intelectualidade em prol da manutenção do consenso. Essa noção remonta uma organicidade vinculada à cultura, à história e à política das classes desfavorecidas que se organizam (Semeraro, 2006, p. 378) para propor um projeto que atenda às suas demandas e, até mesmo, os reconheça como sujeitos dignos de direitos. Ademais, o exercício da intelectualidade sintetiza um movimento constante de construção de si, bem como para o seu grupo; simbolizando, uma diligência que ensina, mas ao mesmo tempo, educa-se.

Em Gramsci (2017), essa concepção se aprofunda em um outro conceito, referimos ao *Partido Político*: “este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (p. 14). Seria, desse modo, o *partido político* um terreno que expressa o caráter orgânico e provocador da consciência ético-política, aquela que é ativa, solidária e desponta no espaço das contradições. Logo, o partido exprime uma forma

---

<sup>17</sup>Nessa investigação, seguimos o conceito gramsciano de hegemonia, no sentido, de representar um meio efetivo para o domínio, bem como a manutenção dele. Isto é, a sua eficiência se dá no êxito em guiar e dirigir as classes. Para esse feito, é preciso uma unidade da ação prática e teórica (Mendes, 2006, p. 63).

organizacional e assume o ofício de conduzir os seus membros para a ação teórica e prática de domínio hegemônico, transformando, aos poucos, as suas ideologias em nacional.

O partido representa a materialização da vontade coletiva (Mendes, 2006) e, por isso, deve-se partir daí para estabelecer uma ideologia orgânica, buscando trilhar e sistematizar as suas linhas práticas para o alcance da hegemonia. Visto que, a função fundamental desse organismo engloba características elementares de uma rede de organizações da sociedade moderna (Coutinho, 2014), pois o agente revolucionário transpassa o papel do indivíduo (líder) para a responsabilidade coletiva (partido político).

Traduzindo a complexidade das elaborações de Gramsci, a função fundamental do partido é movimentar os sujeitos - por meio das provocações da sua própria existência, as quais possam suscitar um dever histórico que busca a liberdade de si, mas também do seu grupo social. Portanto, esse organismo fornece um espaço para organizar uma *vontade coletiva nacional-popular*<sup>18</sup>, capaz de realizar uma iniciativa política que engloba as demandas das diversas classes sociais de uma nação (Coutinho, 2014). Garantindo, dessa forma, uma direção das relações sociais em prol do *exercício de hegemonia*<sup>19</sup>.

Gramsci (2017) já identificava a rigidez das democracias modernas, visto que as organizações da vida civil passaram a instituir relações internas duráveis e mais solidificadas (p. 24). Nesse sentido, o partido político é considerado um elemento eficaz para elaborar as ações práticas em meio a essas fortificações. Logo, a eficiência desse organismo está em sua coletividade e na capacidade de elevação política da sua classe (Coutinho, 2014); distanciando, desse modo, do ato paixão, do impulso individualista e da conduta fugaz. Em razão disso,

não se pode pensar numa “paixão” organizada e permanente: a paixão permanente é uma condição de orgasmo e de espasmo, que determina incapacidade para agir. Exclui os partidos e exclui todo “plano” de ação concertado antecipadamente. Todavia, os partidos existem e planos de ação são elaborados, aplicados e frequentemente realizados em notável medida.[...] No momento da ação o “partido” que atua não é o mesmo “partido” que existia antes; em parte, isto pode ser verdadeiro, mas, entre os dois “partidos”, as coincidências são tantas que, na realidade, pode-se dizer que se trata do mesmo organismo (Gramsci, 2017, p. 24).

É nesse sentido que o partido torna-se um organismo fundamental para condicionar os indivíduos a elevação da sua própria consciência, dado que a objetividade desse espaço

---

<sup>18</sup> Coutinho, 2014, p. 169.

<sup>19</sup> Puglia, 2018, p. 50.

revela o mundo conflitante que o ser está inserido (Mendes, 2006, p. 59). Portanto, um espaço que requer reflexão e consciência histórica, em contrapartida do pulsar “apaixonante”, uma vez que o fascínio é incapaz de construir uma ideologia orgânica [homogênea] para o grupo que se propõem alcançar a hegemonia nacional.

O domínio hegemônico e a sua manutenção demanda uma interpretação objetiva do mundo, ou seja, é preciso reconhecer as relações de forças históricas que constituem a sociedade para propor a sua transformação. Essas que serão elaboradas, categoricamente, no terreno do partido, onde os seus membros compreendidos como *inteligência coletiva*, são considerados intelectuais (Puglia, 2018, p. 51). Seria, dessa forma, o partido político a materialização orgânica e fundamental para educar, guiar e suscitar a consciência coletiva e intelectual do ser.

### **1.4.3 Um campo de batalha: as duas faces do Aparelho Estatal**

A trajetória percorrida nesta análise, até o presente momento, fez necessária para explicitar os novos contornos que Gramsci percorre, no pretexto de desenvolver e articular os mecanismos que compõem o *Estado Ampliado*. Na prática, isso simbolizou uma renovação do marxismo, visto que para além de um aparelho estatal opressivo, há também uma face ideológica (Adams; Pfeifer, 2006; Coutinho, 2014). Esse aspecto é primordial para incitar em Gramsci, os novos caminhos por ele percorridos. Logo, a concepção de hegemonia fundamenta-se perante a indigência de oferecer instrumentos para a manutenção do poder e do seu domínio.

Movimento, que contrapõe ao método leninista (Coutinho, 2014), referindo às formas de atuação pautadas em embates/ataques. Nos termos gramscianos, esse domínio exercido somente pela força é refutado, visto que para a sistematização das estratégias na disputa pelo poder deve-se incorporar “uma série de objetivos táticos [...] antes de enfrentá-lo em campo aberto” (p. 57). Ideia essa, que materializa-se no conceito de *partido político* - um espaço concreto e palpável na elaboração das estratégias políticas e ideológicas das classes subalternas.

Em outros termos, essa diferença entre Lênin e Gramsci ampara-se na própria concepção de hegemonia, que está atrelado à manutenção do poder e a capacidade de atuação, tanto da força política, como para a direção ideológica (Adams, Pfeifer, 2006). Em suma, é a capacidade do grupo dominante de exercer as ferramentas coerção e consenso - o equilíbrio entre “ondas” dialéticas.

Essas duas forças são opostas, mas que para Gramsci (2017) se interpelam, tanto na formação, como no funcionamento do Estado, demonstrando “[...] que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (p. 250). Isto implica, na própria potencialização da hegemonia, pois a coloca sob o princípio do âmbito cultural. Reverberando, desse modo, que para o seu domínio a opressão é inócua. Assim, no entender de Gramsci, a hegemonia vai para além do seu sentido<sup>20</sup> literal, ou seja, não a define apenas pelos ditames do “líder” em si, mas sim ao exercício complexo de construir - dentro das organizações civis - uma narrativa que suscita a aceitação das ideologias do grupo que dispõe sistematizar, bem como a sua capacidade de gerir/conduzir. Reforça, assertivamente Coutinho (2014),

Portanto, o Estado em sentido amplo, “com novas determinações, comporta duas esferas principais: **a sociedade política** (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), que é **formada pelo conjunto dos monopólio legal da repressão e da violência** e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e política-militar; e **a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias**, compreendendo o sistema escolas, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc (Coutinho, 2014, p. 127, grifo nosso).

Essa representação materializa o *Estado Ampliado* frente a duas dimensões: o papel ideológico, que é couraçado pelas formas de consenso (executado pelas organizações privadas/civil) referindo-se, a igreja, os sindicatos, os movimentos sociais, os meios de comunicação, os partidos, as escolas, entre outros. Enquanto, o exercício da coerção é garantido pelos órgãos/aparelhos estruturantes do próprio Estado, sobretudo por meio da repressão burocrática e militar.

---

<sup>20</sup> O termo hegemonia origina-se na Grécia Antiga, como referência à supremacia. Para a literatura política, a palavra grega *egemonia*, significa “direção suprema”, entendida como supremacia e/ou preeminência econômica, política e cultural de um Estado-nação. Dessa forma, a etimologia do termo significa, em primeira instância, a supremacia e domínio. BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Esses elementos apresentados, em Gramsci, segundo Moraes (2010) expressa assertivamente os mecanismos desempenhados dentro de um Estado, o qual é revelado por meio da própria hegemonia. Ou melhor, explicita a existência de um campo de batalhas, que “ajuda-nos a desvendar os jogos de consenso e dissenso que atravessam e condicionam a produção simbólica [...] na conformação do social” (p. 54). Logo, essa é a forma palpável de assegurar a aceitação de determinadas ideias, que privilegia os interesses daqueles que dominam. E é diante dessa realidade histórica, que Gramsci reverbera a necessidade de intervenção no próprio âmbito cultural.

Essa premissa deriva da concepção de que o “novo” Estado - *Estado Ampliado*, promove mecanismos eficazes para dirigir as consciências, sobretudo das classes subalternas (Martins; Martello, 2019). Articulação essa, que origina-se análoga ao progresso do capital, a qual promove e oportuniza a organização dos programas políticos elitistas sistematizados sob aparatos de exclusão e segregador.

## 2 AS DIREITAS : O CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO EM DISPUTA

[...] se enganam aqueles que porventura creiam que a trajetória da direita entre nós está começando agora. Como advertiu há cerca de 25 anos o professor Antonio Cândido (1990), o radicalismo é que historicamente foi a exceção entre nossos homens de ideias, sendo o conservadorismo o “maciço central” que dominaria nossa vida intelectual. Assim, a direita, ou melhor, as direitas têm no Brasil uma longa história, sem a qual a atual onda reacionária se torna incompreensível, como “um raio em céu azul” (Kaysel, 2015, p. 49)

Neste capítulo, buscaremos traçar - ainda que breve -, as raízes das direitas no campo político brasileiro, sob o ditame de caracterização e atributos dessas. Ressaltamos, que essas sempre estiveram presentes na disputa por hegemonia no país. Contudo, o movimento de redemocratização do país - a datar de 1984 -, contém ditames pujantes para a compreensão e difusão do conceito da nova direita<sup>21</sup>. Sublinhamos que esse contexto permeia componentes preambulares, uma vez que o conservadorismo foi um campo latente, durante esse processo.

Essa abordagem se faz necessária para vislumbrarmos sobre a configuração do fenômeno nova direita no Brasil. Uma vez que, não é possível mapear as suas relações, o espaço que se consolida, as bases do ideário que a estrutura, como também os intelectuais que atuam sem uma síntese das balizas ideológicas da “antiga direita” brasileira. Ademais, faz-se profícuo uma interpretação histórica mediante a complexidade desse conceito, pois:

**nesse campo tão plural e por vezes conflituoso da nova direita brasileira, alguns autores argumentam que a sociedade brasileira observa o fenômeno de depuração de outro fenômeno, da “direita envergonhada”, que teve origem com o processo de transição democrática e o advento da chamada “Nova República” (Neto, 2020, p. 122, grifo nosso).**

Nesse tocante, sublinhamos que a sociedade civil brasileira é substancial em sua atuação, no decorrer da reestruturação da Nova República, momento esse que nos interessa como um norte de reflexão para ascensão dos ideários que constitui, atualmente, o fenômeno da nova direita. Inclusive, “a dificuldade de abarcar o fenômeno passa, justamente, por suas múltiplas expressões, resultado de diversas linguagens, espaços e temporalidades” (Chaloub; Lima; Perlatto, 2018, p. 9) frente a um mundo de transformações estruturais perante à formação e o espaço de atuação dos atores políticos.

---

<sup>21</sup> Esse fenômeno é a base da investigação, mas torna-se necessário, *a priori*, analisarmos os instrumentos que possam oferecer pilares históricos próprios à nossa realidade. Isto é, “fornecer ao leitor algumas balizas ou pontos de referência de uma genealogia, [...] cuja compreensão me parece indispensável para quem deseja entender a crise contemporânea vivida pelo país” (Kaysel, 2015, p. 50).

O percurso metodológico que seguimos visa uma análise sintetizada sobre os elementos formativos das direitas brasileiras; como base para observarmos o suscitador da nova direita. Dessa forma, identificamos dois pretextos pujantes que os guiam ideologicamente, sendo: primeiramente, a ânsia pela propagação do ideário pró-mercado sobreposto ao Estado (Rocha, 2018; Santos, 2019; Tanscheit, 2019), bem como um segundo fator constata-se na exaltação do discurso revestido da “moralidade conservadora” (Rocha, 2017; Solano, 2018, Puglia, 2018). Ademais, alinhamos a investigação frente a esses ditames evitando, desse modo, leituras mecanicistas relacionadas à ascensão da nova direita no país (Neto, 2020, p. 125). Em razão de propor um debate enriquecedor pautado na historicidade do fenômeno.

Segundo Cruz; Kaysel e Codas (2015),

**por toda América Latina, assistimos ao reagrupamento de forças no campo do conservadorismo, com a emergência de novas caras, a atualização do discurso e o emprego de estratégias e táticas novas.** [...] No Brasil e na América Latina, a direita se mostra frequentemente mais afoita: ela opta pela guerra de movimento, e busca o poder a qualquer custo, mesmo que para tanto precise transformar, como no passado, em mero arremedo os princípios do Estado de direito e as normas do regime democrático ( Cruz; Kaysel; Codas, 2015, p. 8, grifo nosso).

É interessante observar na referência acima, a complexidade acerca dos ideais de Gramsci. Indubitavelmente, a noção de Estado Ampliado para o contexto brasileiro carece, constantemente, de cautela ao fundamentarmos em seus pensamentos. No caso, a leitura dos autores sobre a “guerra de movimento”, compete-se a uma interpretação que condiz às posturas e as estratégias de atuação das direitas brasileiras pelo poder. Entretanto não limitaremos - neste trabalho -, a historicidade do aparelho estatal do país a um mero modelo coercitivo, ante uma sociedade civil passiva, frívola e sem uma organização robusta<sup>22</sup> (Coutinho, 2014).

É importante ressaltar que esse recorte inicial não remontará, com profundidade, a atuação das direitas em diferentes regimes políticos brasileiros, mas sim um olhar voltado para as formas de adotarem um discurso conservador como estratégia de prática política (Gallego, 2018; Rocha, 2018). Em linhas gerais, recorre-se às décadas passadas como meio para identificar elementos que possam sustentar uma caracterização da nova direita.

<sup>22</sup> Para um aprofundamento mais vasto no campo de atuação do aparelho estatal brasileiro se faz jus uma retrospectiva histórica acerca dos regimes adotados no país. Trabalho esse, que não realizaremos, porém é sintetizado, efetivamente, por Coutinho (2014, p. 193-219). Ademais, não debruçarmos nesse mapeamento, visto que essa proposta carece de um amplo estudo direcionado ao conceito gramsciano de *ocidentalização*. Uma vez que, segundo o autor, é possível aludir “de que o Brasil é hoje uma formação social de tipo ‘ocidental’” (2014, p. 195).

Por tudo isso, assumimos um percurso de investigação, no qual não pretendemos esgotar as contribuições ao redor da temática (Rocha, 2018). Pois, o trabalho buscará “entender o que porventura existe de comum entre o que percebemos como diferentes modalidades de direita” (Cruz, 2015, p. 14). De certa maneira, não nos restringimos a uma natureza comum, contudo exploraremos os atributos que as unem em um universo heterogêneo, as quais quando necessário constroem robustas alianças entre si.

## **2.1 Fundamentação do conceito de direita brasileira: a Ideologia em foco**

Em um primeiro momento, faz indubitável esclarecer o que é uma direita brasileira. Um debate sempre latente, pois demonstra que os seus atores políticos não estagnam, pois o cenário político suscita um curso de ação pautada em “regulamentos” em movimento. Para Gramsci, esse âmbito equivale a ações de uma guerra, mas não limitando-se a uma conduta fugaz e/ou movida por paixões, mas sim agentes disciplinados perante estratégias sistematizadas.

Da disciplina de cada um depende o êxito da concepção estratégica e das operações táticas. A guerra ensinou muitas coisas, até mesmo que há uma separação profunda entre a preparação de paz e a realidade da guerra. É claro que, qualquer que seja a preparação, as operações iniciais em campo põem os beligerantes diante de problemas novos, que dão lugar a surpresas em uma e em outra parte. Mas disso não se deve extrair a conclusão de que não seja útil dispor de uma concepção a priori e de que nenhum ensinamento possa ser recolhido da guerra passada (Gramsci, 2017, p. 71).

A associação gramsciana demonstra a necessidade de esquematizar, previamente, as estratégias para encarar o conflito; meio esse que contribui para refletirmos sobre o espectro político à direita do país. Visto que, a sua existência é inerente à formação social brasileira, a qual resiste às mudanças políticas, econômicas e culturais desse espaço. É operosa, substancial e têm ferramentas notáveis na disputa ideológica e política no âmbito nacional. Portanto, estamos tratando de uma categoria que conhece as regras e os entraves de uma “guerra” para o alcance da hegemonia, sobretudo no quesito “da disputa ideológica” (Cepêda, 2018, p. 48).

A existência desse reconhecimento pelas direitas as tornam perenes na historicidade do país, que constantemente desenvolvem atributos ideológicos robustos para garantir uma *identidade coletiva* para si própria no espaço público brasileiro (Albuquerque; Araújo; Diniz;

Medeiros; Silva; Souza, 2022). Contudo, essa construção identitária das chamadas nova direita estão sendo moldadas com premissas de liberdade coletiva, mas dissimuladas para obstruir avanços sociais (Ortellado; Solano, 2016).

Em outros termos, o Brasil caracteriza-se como um espaço estridente para os discursos ideológicos, visto que há “uma luta ideológica *fora* do escopo da argumentação racional - a guerra híbrida, com o recurso à falsificação da história e [...] ideais que de fato não ocorreram” (Cepêda, 2018, p. 49). Um advento singular da nossa história com a banalidade e negação de eventos históricos. Enfatizamos isso, como componente valioso ao espectro político à direita que, constantemente, engrenam formulações contraditórias, sobretudo “neste novo sistema apoiado especialmente nas *fake news*” (p. 49).

É nesse advento de disputa por consensos que alocamos a direita brasileira, a qual fortalece, permeia e se renova no jogo de discursos ideológicos, muitas vezes, sustentadas em retóricas ilusórias e a-histórico (Cepêda, 2018). Movimento esse, que demonstra que as ideologias oferecem um construto proeminente para análise desse conceito político, o qual ecoa uma multiplicidade de definições, visto que: “como todos os conceitos políticos, direita e esquerda são atravessados por disputas em torno da sua própria definição. O confronto [...] é parte da própria luta política” (Chaloub; Lima; Perlatto, 2018, p. 10).

As múltiplas variedades de definições da categoria direita, indubitavelmente, ultrapassam os limites dessa pesquisa, mas a célebre referência de Bobbio, em sua obra *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (1995), a dispôs em um centro de debate que a faz pertencente a díade direita e esquerda, isto é, associação entre *termos antitéticos* (p. 31). Uma distinção que ainda se busca, visto que a existência de uma implica na subsistência da outra (Brugnago; Chaia, 2015).

Nessa combustão de concepções que alocam a direita é irremediável assumirmos um horizonte para deleitar, sobretudo quando olhamos para o “aparecimento” de um outro termo assimilado a ela, a noção de “nova”. Por isso, os caminhos percorridos por Rocha (2018) é rico para adentrarmos ao próprio contexto brasileiro:

**Ainda que as noções de esquerda e direita sejam categorias relacionais, estas não são completamente desprovidas de conexões com certas tradições do pensamento político.** Nesse sentido, parto da compreensão de que a caracterização de grupos e organizações como sendo de esquerda ou direita está relacionada com [...] ideologias políticas. As ideologias políticas seriam um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores que (i) possui um padrão recorrente; (ii) é sustentado por grupos relevantes; (iii) é utilizado nas disputas em torno da adoção de planos para

políticas públicas; (iiii) e que procura justificar, contestar ou mudar arranjos sociais e econômicos. Assim, **as ideologias políticas possuiriam uma relação estreita com a prática política, permeando conflitos que se dão na esfera pública** (Rocha, 2018, p. 44, grifo nosso).

Na prática isso revela que os sujeitos ao assumirem esse viés como norteador da sua concepção de mundo está aliado a um construto ideológico disposto com certa organicidade. E que implicitamente [explicitamente] se propõem assumir para influenciar, propor iniciativa e suscitar transformações da realidade. Tendo em vista que, esse ser tem uma consciência formada em contato com a realidade que o permeia, bem como noção da posição social que ocupa e, mesmo que essa condição seja exígua, as suas ideologias são racionalizadas no terreno histórico e conflitante (Bianchi, 2018, p. 120).

Em sua totalidade, isso resgata e endossa o debate sobre o percurso para tornar-se dirigente de um país, meio esse que carece da disputa pelo consenso - antes mesmo da chegada ao poder, - quando almeja a hegemonia (Gramsci, 1989; Coutinho, 2014). Uma vez que, é o conjunto de ideias e crenças aceitas, expandidas e assumidas como *cultura universal* (Gramsci, 1989, p. 71) que oferecerá os ideais de um grupo e/ou classe como determinante das relações internas da sociedade. Nesse horizonte, as direitas sob os moldes de um sistema ideológico reconhecem, se organizam e disseminam pela *sociedade civil*. Espaço esse que, “engloba as ideologias que circulam pelo real histórico” (Moraes, 2010, p. 58); um espaço que valida a potência de um grupo na arena das relações de poder.

É preciso primar, que a ideologia assumida neste trabalho está, diretamente, associada ao conceito gramsciano, a qual não é limitada a uma mera escolha involuntária, mas posta na estrutura histórica [sociedade civil]. Logo, exprime uma noção que distancia-se de qualquer ensejo anexada ao abstrato. Traduz, efetivamente, Brandão e Dias (2012) que:

para entender o que é ideologia em Gramsci é preciso, em primeiro lugar, afirmar a história. Pensar a questão da ideologia como ligada a sua época, relacionada aos movimentos das forças sociais (cujos interesses sustenta, organiza e confere materialidade), e não como um mero conjunto de idéias abstratas ou normas lógicas. Ou seja, como permite, a partir dessas forças, a construção das formas de sua intervenção na realidade (Brandão; Dias, 2012, p. 82).

Nesse viés, a direita resulta de um conjunto de elementos que condiz com (I) adoção de planos sistematizados, mas não imutáveis; (II) constructos que proponha-se como uma

*originalidade*<sup>23</sup> ao contexto que se insere; (III) disputa pela supremacia da intelectualidade inibindo concepções dissidentes e (IV) renovação do *statu quo* da moral por meio do discurso.

Essa separação, de nível metodológico, somente explicita a dimensão que inserimos a categoria da direita brasileira, visto que acreditamos que seu escopo se arranja por meio do eixo de *ideologias políticas* (Rocha, 2018). Ademais, “é por meio das ideologias políticas que o significado de certas tradições de pensamento são elaborados e reelaborados,[... ] muitas vezes ocorre por meio de misturas de argumentos racionais e não-racionais, ou, performáticos/poéticos” (Rocha, 2018, p.44). Dessa maneira, o sujeito à direita associa a um ideal que o faça se identificar com a sua consciência e assimilação sobre o mundo.

Por tudo isso, acreditamos que essa composição da noção de direita organizada por meio de *ideologias políticas*<sup>24</sup> contribui, mas não esgota os caminhos para adentrar no universo complexo, múltiplo e heterogêneo das direitas brasileiras. É um horizonte diverso e amplo que migra de uma direita liberal [posições ligadas ao liberalismo clássico] até aos modelos com variantes mais radicais [ultraliberais, neofascistas, neoconservadores, reacionários] (Cêpeda, 2018; Gallego, 2018; Rocha, 2017).

## **2.2 Um “novo” cenário para as Direitas brasileiras: a atualização das estratégias políticas**

Compreender as facetas ocultas ao redor do aparelho estatal brasileiro promove um debate enriquecedor para analisar as direitas brasileiras. Partimos do princípio, que essa esfera estatal, nos ditames gramscianos, é um aparato ampliado e, enquanto tal, simboliza uma “justa relação” entre Estado e sociedade civil” (Coutinho, 2014, p. 209). Em outros termos, há uma composição social que se movimenta sob bases relacionais consistentes em relação à ossatura estatal.

Grosso modo, o que cerne essa reflexão acerca de uma sociedade civil composta por mecanismos relacionais pode ser constatado pelo movimento encabeçado pelas direitas brasileiras na redemocratização do país. Isto é, um período de efervescência do ideário

---

<sup>23</sup> A luta pelo consenso, nos termos gramscianos, se faz como uma *doutrina de guerra*. Isto requer um processo de elaborações *a priori*, pois mesmo que haja surpresas na arena política em disputa com a oposição é preciso promover pensamentos basilares e com rigor original, que contribuirá para a densa luta pela hegemonia (Gramsci, 1989, p. 72-75). Em outros termos, é ter uma base bem formada e aliada perante a sociedade civil, as quais não discordem da linguagem dos seus ideais.

<sup>24</sup> Rocha, 2018, p. 44-48.

pró-mercado (Rocha, 2018) materializado em organismos privados desenvolvido pelas classes burguesas (Casimiro, 2018). Outrossim, esses pilares aludidos encabeçam um potencial teórico a ser seguido. Isto é, um cenário condizente com os ideais da direita - agenda econômica liberal - permeado pelo surgimento de hodiernas organizações privadas.

Com isso acreditamos, que os estudos realizados por Casimiro (2018) sobre a formação das organizações burguesas, oferecem um debate enriquecedor ante a reconfiguração do aparelho estatal, visto que o movimento de luta por garantia dos direitos e políticas públicas começou a ser uma condição alarmante aos defensores do capital, em meio a consolidação da Nova República brasileira. Assim indica-o, efetivamente, que:

É exatamente para impedir que essa miríade de lutas se unifique contra o capital que se expandiram entidades empresariais sem fins lucrativos voltadas para o convencimento direto no terreno popular. Seu início remonta às primeiras décadas do século XX, mas no Brasil sua expansão veloz ocorreu após a promulgação da Constituição de 1988. Elas convivem com as casamatas de formulação estratégica do capital (Casimiro, 2018, p. 10).

É possível dizer, que o “empresariado” une-se diante do contexto<sup>25</sup> referenciado, o qual necessitava de reelaborações das estratégias práticas para garantir-se na disputa hegemônica. Em outras palavras, continuariam em prol da defesa do capital, mas para manter-se nesse espaço de “guardiões” da agenda liberal (Rocha, 2018). Para tal função exímia, careciam de atualizações em suas formas de organização e atuação política frente a pressão da classe popular progressista. Logo, esse cenário condiz com:

“um processo de silenciamento coletivo (e uma suposta consensualidade democrática), que incluía não apenas a sociedade civil em torno desse pacto, mas também as elites e as classes dirigentes, além de alguns setores oposicionistas. É necessário ressaltar que esse processo [...] **teve implicações diretas na ossatura da chamada “Nova República” e em sua transição conservadora** (Neto, 2020, p. 126).

É indubitável reverberar que, a chamada “Nova República” brasileira apenas utilizou uma roupagem democrática. Uma vestimenta que foi “bordada” aos moldes do conservadorismo e, enquanto tal, pensada pelas elites à direita do espectro político. Ademais, uma transição que, segundo as palavras de Rocha (2018), fez com que “durante os anos 1980

---

<sup>25</sup> A conjuntura mencionada aponta para o processo da promulgação da Constituinte brasileira, em 1988. Um cenário nacional de profunda crise inflacionária e de reorganização política, em razão da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

e 1990 o ideário pró-mercado penetrasse mais em públicos dominantes formados por acadêmicos, jornalistas, empresários, políticos e burocratas” (p.109).

É no destrinchar desta nova instância, a qual demandava novos aliados frente a uma composição reorganizada do campo político e social, bem como a emergente exigência de uma nova forma de atuar politicamente, que alocamos o “suscitar” da *amalgama liberal-conservadora* (Rocha, 2018, p. 60) no país. Termo esse, que remonta e salienta a singularidade<sup>26</sup> da nossa adesão ao conservadorismo. Um termo que oferece bases para uma historicidade ligada ao próprio espaço que é assumida, assim, assumimos-o como um simbolismo congruente entre elementos ideológicos e elementos econômicos (p. 59).

Em suma, o conservadorismo brasileiro têm as suas esfinges fincadas na moral, costumes e a um *status quo* de vangloriar as tradições presentes em gerações passadas (Rocha, 2018; Messenberg, 2019). E acrescentamos, a resistência ao redor de projetos e/ou programas que propunha [propõem] uma igualdade entre os cidadãos brasileiros. Logo, a nossa sociedade civil está, constantemente, “flertando” com um liberalismo conservador sob o ditame do ideário do livre mercado.

É no seio dessa efervescência que alocamos a noção de nova direita, a qual - quando lhe cabe - estreitam as relações em uma “enorme teia de entidades empresariais, que atuam formulando consenso e despejando linguagem de convencimento” (Fontes, 2018, p. 12). Ademais, propagam um discurso e/ou narrativas revestida de moralidade que se faz eficiente para alcançarem a legitimação dos projetos “neoliberalizantes” (Rocha, 2018, p. 86), por meio de uma “essência” performática amparada nas emoções - essas por vezes apaixonante, ou amedrontadoras.

### **2.2.1 Os pilares estruturantes das Direitas: o que as unem?**

O encontro de longevas práticas políticas brasileiras com heranças das escolhas da nossa redemocratização e recentes transformações na construção de atores políticos, para o que as novas tecnologias contribuem de modo central, delineia um mundo ainda em formação. Não possível conhecer essas novas práticas recorrendo às tradicionais divisões disciplinares ou de forma restrita às fronteiras nacionais, já que

---

<sup>26</sup> Rocha (2018) realiza um debate vasto e enriquecedor em torno da utilização do termo *amalgama liberal-conservadora* em substituição do neoconservadorismo, visto que esse direciona-se a uma assimilação, muitas vezes, alinhada com os EUA, na década de 1970.

se há, por certo, marcas nacionais em cada um dos grupos que, pela direita, ganharam destaque político em todo o mundo, são evidentes os vínculos globais (Chaloub; Lima, Perlatto, 2018, p. 9).

A temática acerca das direitas brasileiras é envolta por um vasto hermetismo advindo da própria noção dos seus pilares. Visto que, muitas vezes, estão munidas da “importação” de conceitos internacionais. Outrora, enraizada por um terreno nacional conflitante e cercado de interesses diversos em seu próprio espectro político, contido em disparidades. Em razão disso, propomos uma análise cautelosa sobre o desafio de compreendê-la, por meio das indagações a seguir: “Há congruência notáveis entre as direitas brasileiras?” e “Quais elementos são atributos proeminentes para uní-las?”.

Neste universo de heterogeneidade, buscaremos identificar elementos formativos que possam ser substanciais para os estudos sobre um fenômeno internacional - a nova direita - refletido e assumido em nosso território, a qual “mostrou a sua cara. E o fez ruidosamente, mal contida em seu entusiasmo, vencidas as barreiras que a inibiram por tanto tempo” (Cruz; Velasco, 2018, p. 13). Por tudo isso, acreditamos que o conceito de novo direcionado às direitas torna-se discutível, urgente e eloquente.

Para tal investigação, o trabalho adotou a estratégia de averiguar a historicidade acerca da atuação das direitas brasileiras, visto que esse enfoque aponta para estratégias sistematizadas em um movimento que almeja o poder hegemônico, para além dos períodos das disputas eleitorais (Chaloub; Lima; Perlatto, 2018). Sublinhamos que esses eventos são, de fato, um objetivo importante para consolidar os ideários políticos, contudo é um processo que necessita, primordialmente, da “conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica” (Moraes, 2010, p. 9).

Nos moldes gramscianos, a hegemonia se faz eficiente quando constrói um *imaginário social* (Moraes, 2010) condizente a sua “imagem”. Portanto, é a aceitação das ideologias de uma classe sobre a outra. Uma tática que somente é possível pela própria política, a qual é “‘estratégia e tática’, por ‘plano’ estratégico, por propaganda e agitação, por ‘orgânica’ ou ciência da organização e da administração em política” (Gramsci, 2017, p. 19). Em outras palavras, podemos constatar que a atuação das direitas está fundamentada em um longo processo de organicidade perante uma direção ideológica do cenário brasileiro.

Em linhas gerais, o processo de construção e aceitação das ideologias à direita, no contexto brasileiro, demonstra com uma nitidez [histórica] ao recorreremos pelo caminho da

formação das instituições privadas no seio social do país, no final do século XX. É possível dizer que, o “empresariado” (Casimiro, 2018) unem - em meio às divergências dos seus ideários - em prol de táticas políticas que garantisse o acúmulo do capital. Aponta, Casimiro (2018):

[...] foi nos anos de 1990 que esse processo se intensificou e se consolidou, momento em que as bandeira burguesas da economia de mercado lançadas na década anterior, empunhadas por uma multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia, começam a ser operacionalizadas em um programa e reformas com vistas a reconfigurar o papel do Estado, ou, como afirmam seus intelectuais orgânicos, torná-lo “eficiente”, Este acesso não deve ser entendido em um sentido funcionalista, uma vez que o **Estado moderno é, por natureza, um Estado burguês; antes, compreende-se que as classes dominantes necessitam de uma permanente atualização das formas de expropriação social, e que a estrutura institucional do Estado deve ser sempre reorientada no sentido de funcionalizar a dominação de classe** (Casimiro, 2018, p. 122, grifo nosso).

Esse debate possibilita identificar, que ainda as direitas brasileiras são múltiplas e diversas entre si, mas acima de tudo buscam alinharem-se em um campo comum, a atualização do Estado burguês sob os moldes do domínio das classes subalternas. Ou seja, se organizam em prol da contenção das ideias progressistas - em voga nesse contexto -, as quais opunham-se à implementação do capitalismo monopolizado. Assumindo, desta forma, um pressuposto de “capitalismo ‘humanizado’” (Casimiro, 2018, p. 33) como tática de reformulação da dominação social.

O proeminente trabalho de investigação produzido por Casimiro (2018) demonstra uma validade orgânica sobre a ideia de produção de consenso pelas elites no país, no século XX. Entre as múltiplas entidades empresariais originadas, nesse contexto, denotamos um objetivo convergente pela busca da *expropriação social* (p. 10) da sociedade brasileira. O autor organiza [metodologicamente] esse intento em três pressupostos: *ação doutrinária, pragmática e estrutural*<sup>27</sup>. Ademais, Casimiro (2018) ressalta:

[...] que apesar das clivagens das classes dominantes (cada vez mais difíceis de identificar) e os diversos interesses em disputa no interior das frações burguesas, essas divergências e conflitos são abarcados e diluídos no conjunto dessas formas de organização, no sentido de garantia do essencial da dominação, ou seja, nos

<sup>27</sup> Casimiro (2018) aprofunda o debate entre essas diferenças, no decorrer da sua tese, mas para um conhecimento mais sintetizado é possível estabelecer que os mecanismos são: de *doutrinação*, que estrutura-se para a divulgação das pautas liberais (p.34); a *pragmática*, a qual originou para a disputa nas decisões da Constituinte de 1988 (p. 32). E por fim, a *estrutural* que realiza o papel de aparelhos privados que concentram-se em ONG'S.

mecanismos de atualização das expropriações sociais e nas estratégias de acumulação de capital (Casimiro, 2018, p. 30-31).

Poderíamos dizer, sem muitos riscos, que a multiplicidade de instituições privadas originadas têm funções diferentes de atuação, contudo o propósito das suas estratégias dispõem em assegurar pautas neoliberalizantes (Rocha, 2018). Portanto, as suas táticas convergem em resistir e desestruturar a “solidariedade interna à classe trabalhadora e [...] ascensão de percepções crescentemente individualistas” (Miguel, 2019, p. 115) almejando consolidar o ideário pró-mercado no país, uma tentativa que inicia-se em décadas anteriores<sup>28</sup>.

Rocha (2018) orienta esse irromper de fundações privadas com a expansão e consolidação do ideário pró-mercado, sintetizando, efetivamente:

dessa forma, vários dos intelectuais e empresários que participaram diretamente da articulação do golpe-civil militar em 1964, ou que o apoiaram, começaram a circular no novo circuito de *think tanks* pró-mercado que passou a ser formado a partir da metade da década de 1980 [...]. Tal dinâmica fez com que, com o passar dos anos, o ideário pró-mercado passasse a ganhar uma proeminência ideológica cada vez maior e a ser incorporado pelos intelectuais conservadores de forma mais orgânica em comparação com o que ocorreu em décadas passadas. Deste modo, os conservadores passaram então a defender de forma ativa um programa de privatizações do país (Rocha, 2018, p. 81).

Por tudo isso, acreditamos que as evidências históricas explicitam que o suscitar desses *aparelhos privados hegemônicos* no Brasil não ocorreu mecanicamente. Longe disso, originam em meio a fortificação da sociedade civil, em que a penetração do ideário pró-mercado é um fator intrínseco a condensação da burguesia empresarial. Ademais, notamos que apesar de heterogêneos em seus mecanismos de ação, ainda assim “lutam” por um ideal que, garante os seus privilégios de classe, anulando, qualquer noção de solidariedade e vangloriando o benefício da vida privada (Custódio, 2019). Assim, inaugura a promoção de um novo consenso civilizatório, uma cidadania fundamentada ao “acesso ao mercado” (p. 147).

Diante desse contexto retratado, nos interessa debruçarmos ante a ação doutrinária dessa gama de aparelhos privados, em razão da permanência em nossa sociedade. Essa que posicionamos [historicamente] o seu desabrochar na Assembleia Nacional Constituinte

---

<sup>28</sup> A noção de livre-mercado por Rocha (2018) está associada à ideologia política identificada como *modular*, isto é, o neoliberalismo. Esse ideário têm as suas raízes fincadas, inicialmente, no Brasil a partir da década de 1960 e torna-se uma “arma” para defesa dos seus interesses, sobretudo “após a redemocratização do país, quando se formou de fato um *amalgama liberal-conservador*” (p. 33).

(ANC) entre 1987-1988 (Casimiro, 2018) surgindo em contraposição aos avanços da militância progressista. Ademais, é uma ação latente para compreensão da nova direita, visto que os seus pressupostos ainda são perenes e encontram vasta capilaridade no seio civil,

Cabe lembrar que a década de 1980 foi marcada por um intenso processo de mobilização popular, em particular da classe trabalhadora, impulsionado pela redemocratização, do qual a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram dois dos frutos mais notáveis. Assim, a direita se reorganizava e se reinventava para responder à ofensiva da esquerda, em uma conjuntura na qual confluem a transição democrática e uma profunda crise econômica e social. Um dos momentos-chave desse enfrentamento se deu na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), entre 1987-1988, quando as direitas se mobilizaram, por meio da atuação de um grupo de políticos que ficou conhecido como “centrão”, para barrar as propostas de reforma social mais avançadas que vinham da esquerda (Kaysel, 2015, p. 68).

É nesse contexto, que designamos o evento convencionado a chamar de nova direita brasileira. Essa que converge sob estratégias de renovação articulando-se em suas ações políticas pautadas em jargões tradicionais. Referindo-os aos valores ligados ao conservadorismo, a difusão do ideário de mercado e o individualismo (Casimiro, 2018; Rocha, 2018; Santos; Tanscheit, 2019). Embora haja diversos conflitos inter burgueses nesses organismos, ainda assim, é notável o investimento de capital e alianças em prol de um projeto de poder e defesa dos valores dominantes (Casimiro, 2018).

A noção do novo está, diretamente, associada à atualização das direitas brasileiras em meio às transformações conjunturais [mundo globalizado] no cenário nacional, como também frente às modificações estruturais [constitucionais] (Casimiro, 2018). Em razão disso, moldaram uma articulação sob os ditames da “doutrinação liberal conservadora” (p. 34) e a formulação de um consenso sob diretrizes da ética moralista. Meio esse que, é proeminente para alcançar uma *ideologia orgânica* (Gramsci, 2017). Logo, o novo materializa a atualização do modo de atuar das direitas, essa que passa a construir, sistematizar e conduzir uma narrativa para a exaltação do mercado.

Por fim, o que está sendo convencionado a chamar de Nova Direita brasileira é uma preocupação dos estudiosos em relação aos efeitos desse fenômeno na sociedade, o qual ecoa para além dos limites eleitorais. Como também, há uma penetração nos mais diversos espaços das organizações civis, a exemplo: os meios de comunicação [sobretudo, redes sociais], nos movimentos sociais, nas escolas e em instituições religiosas (Chaloub; Lima, Perlatto, 2018, p. 9). Essa ação renovada tem se mostrado, para o campo ideológico à direita, um projeto efetivo e potente em sua transformação, pois representam “segmentos da direita

liberal-conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta na defesa de seus pressupostos” (Casimiro, 2018, p. 19) simbolizando uma organização orgânica desse campo.

### 2.2.2 Formação dos Novos Atores à Direita: aliança entre o “novo” e “antigo”

Partindo dessa concepção de direita atualizada, é possível identificar um esforço contrutivo em torno de uma retórica-discursiva, que fomenta uma identidade coletiva à eles diante de um novo cenário (Albuquerque; Araújo; Diniz; Medeiros; Silva; Souza, 2022). Uma vez que, o termo que nomeia esse novo fenômeno - das direitas brasileiras - situa-se na necessidade de distanciar das “velhas elites” à direita. Em outros termos, clientelistas, autoritários, estatistas e apego [defesa] ao regime militar.

Ao identificar o debate entre a “velha” e a “nova” direita no Brasil no início da década de 1990. A primeira, existente desde a década de 1930, seria inspirada no “paradigma estatal” iniciado por Vargas, no bojo do qual o Estado, encarnado no Poder Executivo, possuiria papel hegemônico no projeto de desenvolvimento econômico do país. **A segunda, que ascende ao cenário político com a transição para a democracia, seria marcada pela crítica ao Estado e à sua burocracia e por discurso em que o mercado assumiria o papel de pólo modernizador e de dinamização da economia no país [...]** É esta “nova” direita que se impõe com a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 e a adoção do paradigma neoliberal na administração pública. Importante ressaltar, contudo, como tal direita nunca esteve representada em apenas um único partido político (Santos; Tanscheit, 2022, p. 159, grifo nosso)

A diferenciação entre as direitas realizada por meio dos termos “velha” e “nova” assume um papel de identificação dentro de um universo tão plural. Auxiliando, dessa maneira, mapear os elementos formativos que diferem esses atores novos, em relação ao “antigo” durante o processo de democratização do país. Esse marco [histórico] realizado por Santos e Tanscheit (2019) corroboram com as reflexões de Casimiro (2018) acerca das mudanças estratégicas assumidas por um “direita moderada” após a ditadura civil-militar brasileira. É nesse ensejo que reconhecemos a atualização das *ideologias políticas* das direitas no espectro político, a qual “desloca-se” do radicalismo em prol da militância neoliberal.

Estes novos atores assumiram uma abordagem transformadora, entretanto engana-se quem acredita no romper com as velhas elites hegemônicas. As reformulações estratégicas foram lançadas para a construção ideológica frente a uma nova época, mas ainda sustentada pelas raízes conservadoras e de expropriação social (Casimiro, 2018). Propagam uma

retórica-discursiva sobre o bem-estar individual justificada em prol da emancipação e desenvolvimento social, sob as máscaras de uma militância *regressiva*<sup>29</sup>, a qual se propõem romper com direitos civis. Ressalta, efetivamente, Martins (2018) que,

todavia, nos dias atuais, considerando os avanços de uma nova direita no Brasil e no mundo, surge [...] a **cidadania regressiva. Dela resulta um tipo novo de cidadão, que participa ativamente da vida comunitária e social, de atividades políticas, de organizações de diferentes tipos, atua nas ruas em redes sociais, mas não para manter, ampliar ou conquistar direitos e bens materiais, simbólicos e sociais para todos e todas, e sim para reduzi-los**, bem como ao Estado como fiador deles, deixando os indivíduos ao sabor de seu próprio mérito e empreendedorismo pessoal no jogo do mercado, sem reconhecer as desigualdades concretas que marcam cada um e torna dessemelhante a competitividade, e nem reparar dívidas históricas que determinadas formações sociais, como a brasileira, têm com alguns grupos sociais (Martins, 2018, p. 7, grifo nosso).

A novidade desses grupos colocados à direita do espectro político, portanto, assemelha-se com as reflexões gramscianas, o qual afirma que as ideologias não são delírios abstratos, impulsivo [tampouco] inconsciente; e sim uma existência sistematizada, de acordo, com a realidade que se propõem intervir e atuar (Brandão; Dias, 2007). Em razão disso, a noção de cidadania para a nova direita é reconhecida, contudo sob o ditame das suas crenças. Isto é, alinhada ao pró-mercado e o individualismo para todos os âmbitos sociais.

A renovação das direitas sob o viés de mobilização em torno da *cidadania regressiva* aproxima a proposta discutida por Rocha (2018) sobre a expansão de novos grupos militantes alinhados a esse campo político. É discutido a utilização, inicialmente, de um espaço horizontal para as discussões da vida pública, tangendo-se ao mundo virtual. Espaço esse, que no referido contexto histórico, abordado pela autora, ainda não era consolidado:

Para compreender como se formaram estes laços entre a direita atuante até o fim da década de 1990 e a nova direita em formação, também realizo uma breve reconstrução histórica da atuação da direita brasileira desde os anos 1950 até o fim dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, tendo em vista a conexão de personagens mais antigos com os novos personagens que entraram em cena a partir da internet, pois, ainda que eu sustente a ideia de que existe uma nova direita no Brasil, não defendo que esta não possui quaisquer relações com a direita atuante anteriormente, pelo contrário. [...] originados na internet, em sua maioria estudantes universitários e profissionais liberais de classe média, começaram a circular em espaços antes reservados apenas para uma elite de empresários e acadêmicos e a se valer do apoio organizacional e financeiro destas organizações mais antigas. Ao mesmo tempo, os militantes vindos da internet traziam consigo um inédito repertório

<sup>29</sup> Essa noção de regressivo está associado a referência de Martins (2018) ao realizar um breve retrospecto histórico sobre o conceito de cidadania, a qual insere a noção de “cidadania regressiva” ao campo ideológico conservador, os quais restringe o conceito a manutenção da ótica capitalista, enquanto tal, promove um cidadão ligado ao empreendedorismo, individualismo e, sobretudo, luta por reduzir direitos tidos como coletivos (p. 56).

de ação composto pela circulação de memes, criação de comunidades em redes sociais e páginas na internet, vídeos divulgados por youtubers e organização e/ou participação em diversos protestos de rua, como a Marcha da Maconha, manifestações contra a corrupção, e claro, as revoltas de Junho de 2013, quando nasceu o Movimento Brasil Livre (MBL) (Rocha, 2018, p. 21).

É notável o reerguimento histórico amplo e complexo realizado por Rocha (2018) que transpassa a dimensão proposta neste estudo, contudo é explícito a necessidade de recorrer a um ampla historicidade temporal para identificar a origem dessa nova direita. Demonstrando, dessa maneira, que a formação e atuação desses grupos - à favor dos seus ideais -, têm sido projetada, organizada e construída associada a antigos personagens. Porém, carente de renovação frente às demandas históricas e políticas do país. Cenário esse, que para os novos atores, era “hegemonizados pelo esquerdismo” ocasionando um “sentimento de marginalização” (p. 37).

E é nesse horizonte, que materializa a união das direitas contemporâneas do país. Em outros termos, na busca de transformar os seus ideários em consenso coletivo por meio de uma militância contra a “marginalização” desses. Portanto, essa atualização é apenas o reflexo do ônus pela hegemonia. Segundo Gramsci (1989) “a geração ‘antiga’ realiza sempre a educação dos ‘jovens’; haverá conflito, discórdia, mas se trata de fenômenos superficiais, [...] de qualquer modo, permanece a subordinação real dos ‘jovens’ aos ‘velhos’ como geração” (p. 52-53). Na verdade, essa “nova” geração é fruto dos pilares antigos, os quais nunca estiveram fora da administração pública, mas defrontaram com a limitação do seu espaço de excelência na produção do consenso.

### **2.3 Estruturas acerca da caracterização do fenômeno Nova Direita**

Os caminhos percorridos, até o momento, nesta investigação objetivou corroborar para o debate sobre a formação de uma nova direita brasileira. Encarado pela literatura acadêmica como um fenômeno recente, contudo com pretensões e projetos pujantes, o qual denotamos uma convergência - entre os estudiosos científicos - acerca da ascendência [histórica] no território brasileiro, apontando-lhes, para a transição da democratização do país (Pierucci, 1987; Casimiro, 2018; Cêpeda, 2018; Chaloub; Perlatto, 2018; Puglia, 2018; Solano, 2018).

O presente trabalho não busca remontar às direitas brasileiras no processo de democratização do país, mas encontra nesse marco o ascender do fenômeno investigado, a nova direita. Pois, compreender a atuação dessas requer uma identificação com o contexto de formação. Nesse sentido, acreditamos que as pautas políticas desse grupos heterogêneos encontram-se na própria ascensão da agenda neoliberal, pontuado por Coutinho e Pereira (2019):

No fim dos anos 80, temos a ascensão de governos neoliberais nos Estados Unidos e Inglaterra, fazendo com que haja uma reconfiguração das funções do Estado. O pensamento neoliberal emerge em 1938, com Hayek e von Mises, e é posteriormente reforçado com Friedman [...] Tal pensamento buscava um acirramento da visão liberal de separação entre política e economia, no qual a política passa a ser submissa à economia, ou seja, o Estado passa a servir aos interesses do mercado. Assim, [...] o neoliberalismo implica na colonização de todas as esferas da vida, obrigando os indivíduos a terem um determinado padrão de vida capaz de sustentar este sistema, com o objetivo de que tudo possa ser convertido em lucro (Coutinho; Pereira, 2019, p. 15)

O pensamento neoliberal é um atributo colossal para a atuação da nova direita brasileira, a qual reformula a sua agenda política sob os ditames dessa lógica. Portanto, a projeção para o domínio acerca do Estado transforma-se, pois esse tem as suas funções submetidas ao lucro. Ainda que, as posições ideológicas e os discursos desses grupos não sejam tão evidentes (Messenberg, 2017) verificamos os pilares neoliberal presente em suas construções do consenso.

A fundamentação do consenso da nova direita é heterogênea, mas é perceptível uma adesão ideológica fortificada para uma militância em prol do capital. Contudo, a novidade está na naturalização dos seus interesses, como condicionantes para o desenvolvimento da sociedade. Dado que, “a arquitetura deste novo está alicerçada na construção das condições para que a nova racionalidade se instaure” (Brandão; Dias, 2007, p. 8). Condições essas que, se traduzem no distanciamento dos direitos subalternos, em razão de objetivarem somente a hegemonia do Estado, mas sem que aqueles percebam a verdadeira face do seu projeto.

Esse dismantelamento do Estado se faz efetivo, pois há um contexto de descrédito dos pilares democráticos no país. Assim, a nova direita “surfa a onda” do processo de “desdemocratização”; isto é, a fragilização e a desconfiança perante a ordem democrática (Solano, 2019). Essa degradação da política, a qual Solano (2019) relata em sua investigação - acerca de uma análise empírica sobre a nova direita brasileira -, identifica esse elemento

como determinante para o êxito desses, visto que a reorganização dos grupos conservadores e radicalizados se alinham a nova racionalidade: o neoliberalismo.

Quando falamos de novas direitas, com frequência, estamos nos referindo a duas matrizes diferenciadas: neoliberal e neoconservadora. Tradicionalmente, estas duas matrizes apresentam-se como separadas e com formas de organização que caminham em separado. Ultimamente, porém, a ética neoliberal aproxima-se da ética neoconservadora, numa convergência, ao que parece, incoerente, mas muito frutífera [...] Reformas neoliberais drásticas, cortes dramáticos do orçamento público, Estado Mínimo, restrição dos direitos trabalhistas, propostas econômicas impopulares que precisam se legitimar ou se esconder sob discursos conservadores, que deslocam o centro do debate público (Solano, 2019, p. 7).

Estamos vivendo uma nova era social, a qual tem em sua estrutura a dispersão do sentimento de desconfiança, provocando, assim, uma crise da ética coletiva, em benefício do individual. O ideal de direito humano é reduzido ao mérito, o qual é preciso “lutar” para alcançá-lo, já que o Estado não tem mais esse dever. Nesse sentido, a heterogeneidade pertencente à direita do espectro político se desvanece [quando necessário] para naturalizar essa “nova fachada democrática” (Solano, 2019), em que a democracia é apenas um acessório dentro da lógica do mercado. Em razão, do sistema neoliberal expandir para todas as entranhas de uma sociedade, e não restringindo-se apenas às questões econômicas.

A existência dessa ótica - mercado acima do sujeito - requer a construção de um consenso que reduza todos os aspectos do ser ao lucro. É nesse viés, que alocamos a *cidadania regressiva* (Martins, 2018) como pertencente à agenda política da nova direita, vista que essa possibilita a perda de direitos sociais mascarados sob o “conservadorismo moral” (Nishimura, 2013). Uma vez que, neste ditame, os direitos humanos não são garantidos a todos, bem como às políticas públicas que atende somente a grupos minoritários. Assim, nosso cenário é de uma democracia pedante, sob a “configuração de um paradoxo da experiência democrática brasileira nos últimos anos, do apoio à democracia coexistir com o conservadorismo nas relações sociais” (Nishimura, 2013, p. 13).

O antagonismo e a complexidade são latentes no campo estudado, pois a diversidade que cerca os grupos da nova direita, por muitas vezes, se interpelam. Há indivíduos que se ofendem ao colocarmos na ótica do conservadorismo, em razão de pertencer ao “novo” distanciando da herança das direitas do período ditatorial, o qual deixou uma identidade envenenada (Pierucci, 1987, p. 36). Contudo, as máscaras do conservadorismo é uma chave acessada, quando precisam unir pela luta do moralismo e dos bons costumes do país.

Pierucci (1987) indaga, efetivamente, sobre o antagonismo presente neste “novo” à direita do espectro político, pontuando que:

A nova direita prima portanto por diagnosticar a crise geral do presente como uma crise primeiramente cultural, uma crise de valores e de maneiras. Crise moral. Valores se corrompem na exata medida em que os estilos de vida vão se afrouxando no embalo indulgente da mídia, dos ídolos de massa, do *marketing* e da publicidade [...] do exibicionismo, da droga, enfim do hedonismo consumista das camadas mais ricas e intelectualizadas da sociedade. Ora, não são justamente estas (jovens) elites intelectualizadas, esnobes, as portadoras tagarelas e auto laudatórias de estilos de vida que agridem e irritam a “maioria moral”? Não são estas mesmas pessoas - profissionais da nova classe média assalariada - os respeitáveis rebeldes, incentivadores ativos dos “novos” movimentos sociais e, portanto, das demandas de liberalização dos costumes [...] E não seriam porventura, os chamados “novos” movimentos sociais exatamente o Outro da “nova” direita, o inimigo principal em relação ao qual ela se recorta, e contra o qual já se pôs em movimento? (Pierucci, 197, p. 45).

É nesse horizonte de “disputa” cultural, que encontram-se alinhados para discursar sobre si e a destreza do outro. Ou seja, os movimentos e pautas defendidas à esquerda são colocadas como o inimigo, que perpetua a imoral, ataca a tradição da família, agride os bons modos e corrompe com o “dito correto”. Isto simboliza a defesa acentuada da ordem e a hierarquia das relações sociais. Ademais, o conservadorismo torna-se elo proeminente na luta de desqualificação das pautas progressistas em um novo cenário de crise política. No qual esse contexto, de desconfiança ante os pilares democráticos, “possibilita a reorganização de um campo neoconservador, que utiliza a retórica do medo e do inimigo como instrumento mobilizador” (Solano, 2018, p. 9).

Conferimos que, ainda que haja grupos da nova direita defensores da superioridade do mercado, individualismo e lucro - como o centro da sua subjetividade e militância; quando necessário unem as matrizes conservadoras como armadura no entrave dos discursos ideológicos (Solano; Ortellado; Ribeiro, 2019). Visto que, captaram a eficiência da promoção do “conservadorismo punitivo” (Solano, 2018) em uma época de descrédito político e das instituições tradicionais. Isto é, vivemos uma crise da legitimidade política. Portanto, o discurso de autoridade moral e ordem se faz eficiente em um cenário em que os vínculos entre a sociedade e os representantes estão corrompidos.

Essa nova direita sabe aproveitar e capitalizar o descontentamento provocado pela pós-democracia, pauperização globalizada, desemprego permanente, medo, não-lugar existencial, descartabilidade das classes médias e também das classes populares, que começam a rejeitar políticas assistencialistas e a negar adesão e voto aos partidos de esquerda tradicional (Solano, 2018, p. 10).

Esse descontentamento é um elemento importante para compreender a eficiência dos pensamentos gramscianos, nesse novo antagonismo que instaura no contexto brasileiro. Em outros termos, a crise política e cultural “retoma” no país um movimento de recusa ao coletivo e solidariedade, em prol do mérito individual e ordem moral. Movimento esse, que corrobora para a existência de um *Estado Ampliado* em nosso território, demonstrando que o aparato coercitivo em si não faz eficiente. Logo, é o jogo da construção do consenso ideológico que se torna determinante, pois capitaliza o controle da sociedade civil.

Sabendo disso, grupos como MBL, de origem neoliberal, apostam em minimizar o debate público sobre suas propostas de Estado Mínimo e preferem aumentar sua visibilidade e base de apoio com a **estratégia de guerras culturais, de viés moralista e polarizante**. [...] Uma nova direita que está muito próxima de posturas neoliberais, seja por convicções ou por estratégias político-partidárias, mas que sabendo da rejeição que isto causa à população brasileira, ainda mais num momento de crise econômica, em que as medidas de ajuste fiscal propostas impactam majoritariamente os mais pobres, relega o debate econômico a um plano totalmente marginalizado. Fala-se de pedofilia, fale-se de corrupção, fala-se de “bandido bom é bandido morto”, mas não se fale de economia (Solano, 2018, p. 17, grifo nosso).

Poderíamos dizer, sem muitos riscos, que o “novo” é relativizado, em razão de assumirem premissas associadas à direita tradicional, como o moralismo. Meio esse, que para eles, é habitual por serem originados de uma base conivente à ditadura civil-militar brasileira. Contudo, a novidade desses grupos se faz presente na forma de atuarem na sociedade civil, visto que compreenderam de forma astuta o novo cenário nacional, diante da crise dos pilares democráticos e a eficiência de pautas “lacradoras” - referimos aos embates que incentivam a polarização.

Nesse sentido, a ideologia tem papel decisivo (Brandão; Dias, 2007) para a proeminência da nova direita, a qual utiliza dela para promover os seus discursos e relativizar [por vezes optar pelo esquecimento] os seus projetos e interesses concretos. Em outros termos, ativam o “conservadorismo moral” (Nishimura, 2013) nos seus discursos para desqualificar o outro, pois na busca pela hegemonia as estratégias precedentes se fazem necessárias. Estratégias essas que, constatamos na preocupação da nova direita em formar intelectuais que atuam em prol de suas pautas como tática palpável.

Casimiro (2018) pontua que o processo de formação das novas direitas trouxe consigo a necessidade de atualizar a forma de atuar, no qual os espaços fechados, habituais e comum às elites políticas à direita, não seriam mais eficientes aos novos desafios advindos do

campo de batalha após a redemocratização. Por isso, as direitas atualizaram as suas articulações em proveito do acesso ao aparelho estatal reorganizado para assegurar o *status quo* de dominação.

A classe burguesa moderna, como nos mostra o filósofo sardo Antonio Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia - isto é, através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais (eu acrescentaria a essa relação a mídia, cada vez mais sedutora, com especial destaque para a internet, que difunde sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade, constituindo-se como alicerces para a dominação de classe e para a ampliação do Estado (Casimiro, 2018, p. 259).

Essa abordagem, acerca da atualização em torno da dominação, diante à reorganização do aparelho estatal é potencializada ao direcionarmos a noção de intelectual, nos termos gramscianos. Uma vez que, a formação desses para determinado grupo se faz, conforme o contexto histórico oportuno e, determinante para a especialização de *intelectuais*. “Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos” (Gramsci, 1989, p. 10). Portanto, os intelectuais se formam, diante da camada pertencente, aspirando aquilo que o contexto inserido necessita.

É notável que a noção de “novo” pelas direitas foi adquirida uma organização repensando o acesso ao aparelho estatal - lugar esse, que nunca estiveram excluídos - em um cenário de ascensão das mídias digitais e da expansão das redes. Ademais, a própria ideologia que os estruturam [o capital] estava em transformação, sobretudo no início dos anos 1990 com a reestruturação produtiva e expansão do mundo globalizado (Casimiro, 2018). Logo, a “velha” elite integrou-se aos novos moldes constituindo uma gama de entidades que atuam “em uma espécie de organização de ‘nichos de mercado’ que, em muitos casos, acabam por dismantelar, certas conquistas populares e converter essas atividades em forma de obtenção de lucro” (p. 126).

As formas de operacionalização da nova direita se formam na indulgência de criar novas estratégias de acesso ao aparelho estatal e, encontram na formação de camadas de intelectuais esse êxito. Trabalham em prol de desmonte dos direitos conquistados pela sociedade, mas sem que essa ação seja revelada.

(...) atuam para desmontar políticas públicas com viés democrático, particularmente no âmbito da educação, bem como para criminalizar os movimentos sociais

progressistas a esquerda, visando ao fortalecimento das condições de dependência e subalternização da totalidade da vida social aos interesses e necessidades do capital e a concepções de mundo obscurantistas (Martins; Groppo; Barbosa, 2018, p. 5).

A passagem acima externaliza a proeminência da atuação dos intelectuais na esfera pública, pois esse desmonte de direitos não são revelados como um retrocesso para a camada popular. Propagam uma construção ideológica alinhadas a uma amálgama que se compõem com um estilo *cool*, discurso ético-moralista, anti-sistêmica [retórica anti petista e anticorrupção] e anti cientificismo (Silva; Souza, 2018; Solano, 2018). Isto é, assumem jargões que impactam a opinião pública, enquanto mascaram as suas reais estratégias políticas - o retrocesso em relação à garantia de direitos básicos à população.

É nesse horizonte que alocamos a nova direita e os intelectuais que para ela atuam, isto é, estruturam e disseminam um consenso preocupados com os princípios, valores e comportamentos tidos como “corretos” (Rocha, 2018; Rodrigues, 2018; Messenberg, 2019) alinhados ao pensamento conservador. Posicionamento esse, que nas últimas décadas, no quadro nacional era uma correlação de força presente, mas inviabilizados nos espaços hegemônicos e, por muitas vezes, esquecidos.

É possível afirmar que a nova direita simboliza o retorno da valorização e defesa acentuada dos valores tradicionais no âmbito nacional. Solano (2018) identifica, efetivamente, a materialização histórica desse processo alinhado a nova direita que:

estaria protegendo os valores que têm sido perdidos no Brasil, depois de tantos anos de governo de esquerda. **Família, religião, disciplina, autoridade e ética são questões que agora podem ser discutidas de novo**, mas que durante muito tempo estavam fora do debate público. As questões morais trazidas à tona pelo MBL, na sua dinâmica de guerras culturais, aparecem em várias entrevistas como exemplo de debates que deveriam ser feitos. Além de corrupto, o governo do PT é visto como um governo que provou a desmoralização progressiva do país ao se colocar contra os princípios da tradição e dos costumes (Solano, 2018, p. 24, grifo nosso).

A incumbência acerca da defesa dos princípios acima assinalados se faz pujante para a atualidade, uma vez que propostas neoliberais colocadas em práticas no país provoca a exclusão econômica e social dos cidadãos. Os condicionantes dessa política reduz todas as relações e objetivos a ótica do consumidor e lucro. Ocasionalmente, dessa forma, uma limitação ao acesso a bens de consumo e mercadorias específicas (Cavalcante, 2015), que no Brasil significou um abalo econômico, mas refletido em ataques e repulsa ideológica.

Compreendemos que esse retorno ao discurso conservador não foi uma eventualidade, mas sim um processo histórico de transformação do país frente a ascensão e penetração das políticas liberalizantes. Sendo assim, Cavalcante (2015) reverbera que essa condição no Brasil sucede como um:

impacto econômico que só pode ser avaliado por “perturbações” ideológicas e simbólicas que atingem um modo de vida de classe média. Indo além, diríamos que é o componente ideológico que parece potencializar de forma mais aguda a revolta da classe média. Essa revolta será marcada, nesse sentido, por uma reação político-ideológica particular: para sustentar o privilégio de classe média – produto da formação brasileira que resistiu à incorporação completa da ordem competitiva de classes –, recorre-se a um apego peculiar à meritocracia que se combina com uma aversão conversadora à massa “ignorante e preguiçosa”, “complacente” com a corrupção ou “comprada” pelo governo (Cavalcante, 2015, p. 184).

Na literatura acadêmica sobre o fenômeno da nova direita discute que esses ciclos de crises econômicas, no sentido de acesso aos bens materiais e públicos, são potentes para a aceitação dos ideais propagados por instituições, movimentos sociais e partidos alinhados à nova direita. Em razão de credibilizar os seus intelectuais (Rodrigues, 2018) assumindo o papel central na difusão do consenso alinhado ao campo político à direita.

No Brasil, a direita atualizada é heterogênea em suas propostas políticas, mas percebemos que em prol da hegemonia alinham-se ideologicamente acerca da difusão de valores tradicionais, bem como a manutenção de discursos “lacradores”, os quais são eficientes para o esvaziamento do debate político. De certa maneira, assumem uma agenda política e social à favor das classes dirigentes (Martins; Groppo; Barbosa, 2018). Contudo, mascaram os seus interesses por meio de uma “articulação liberal-conservador e reacionária entre grupos internacionais e nacionais” (p. 5) sob uma dinâmica de embates de moralização política. Assim, estão alcançando o protagonismo político e se fortalecendo no processo de retomada do poder hegemônico.

#### **2. 4 O espaço de atuação da Nova Direita: um debate sobre as mídias digitais**

As sociedades contemporâneas têm sido dispostas perante novas formas de sociabilidades, as quais estão postas aos próprios condicionantes da expansão das mídias digitais, que passou a ser latente em nosso cotidiano. A popularização dessas mídias já ocupam os âmbitos da vida social - algo inegável e influente para os nossos comportamentos

sociais, políticos e culturais. Assim elencamos que, a “Internet<sup>30</sup> configura-se como uma nova categoria de fontes documentais para pesquisas históricas” (Almeida, 2011, p. 1).

As evoluções tecnológicas ressonam constantes impactos no cotidiano<sup>31</sup> dos seres humanos, sobretudo por escorar as vivências sociais frente a uma cultura midiaticizada. Essa ascensão é perceptível através dos dados sobre a intensificação do uso da Internet, após a inserção deste fenômeno em escala mundial, sobretudo, nos anos de 1990<sup>32</sup>. A análise da distribuição dos usuários de internet pelo mundo (2000- 2009)<sup>33</sup> revela um crescimento exponencial do acesso a Internet mundialmente, sendo: 1.392,4% na África; 545,9% na Ásia; 297, 8% na Europa; 1.648,2% no Oriente Médio; 134,0% na América do Norte; 175,2% na Oceania/ Austrália e 890,8% na América Latina - totalizando um aumento de 380,3% no mundo.

Estamos vivendo um sistema de comunicação alicerçado nos ambientes digitais e, por isso, salientamos a importância da Internet como campo de estudos das ciências humanas e sociais em seu todo, uma vez que é nesse universo que estão contidas as *redes sociais de internet*<sup>34</sup>, as quais expressam padrões de conexões no ciberespaço (Recuero, 2009, p. 21). Em razão disso, as análises acerca das relações sociais devem assumir o meio tecnológico como

---

<sup>30</sup> Tratamos a Internet, neste trabalho, como um aparato tecnológico definido, geralmente, na historiografia consultada, como meio de acesso remoto desenvolvida para os computadores, datado na década de 1960, pelo exército dos EUA (Telles, 2016). Essa tecnologia permitiu reorganizar e inserir um novo espaço de comunicação entre as pessoas, que abarca um imenso conjunto de dispositivos (computadores, smartphones, tablets, televisores e entre outros), que ao conectarem-se à ela obtém acesso a uma ampla rede de informações.

<sup>31</sup> O termo cotidiano pauta-se nas discussões feita por Martinuzzo (2015) e Ribeiro (2015), pois entendem-se que esse traduz o espaço onde o homem se constrói e coloca em prática as suas paixões, crenças e ideologias; portanto esse é o ambiente que sucede as construções dos sentidos dos sujeitos.

<sup>32</sup> Em 1990, foi criada pelo inglês Tim Berners-Lee a World Wide Web (www, ou simplesmente web), um modelo de gerenciamento de arquivos que tornou-se padrão na Internet. A *web* possibilitou o acesso a internet de forma mais simples, sobretudo pela interatividade entre os usuários e os sites da internet. Portanto, com a *web* não era mais necessário conhecimentos técnicos sobre o sistema operacional possibilitando o acesso das massas (ALMEIDA, 2011, p. 13).

<sup>33</sup> Esta análise estatística sobre “Disparidades da distribuição de usuários de internet no mundo” pertence ao livro “Web e participação: a democracia do século XXI”, Drica Guzzi, 2010. O levantamento foi feito pelo site “Internet World Stats” denominado “Dados Estatísticos de Usuários de Internet e População Mundial (2000-2009)”. Fonte: WORLDSTATS. Internetworldstats, c2020. Página Inicial. Disponível em: <[www.internetworldstats.com/stats.htm/](http://www.internetworldstats.com/stats.htm/)>. Acesso em: 14 de jul. de 2023.

<sup>34</sup> Redes Sociais de Internet pode ser simbolizada por um conjunto de nós e arestas, as quais representam os atores sociais e as suas interações. É um conjunto dinâmico, que depende das relações sociais, ou seja, ela existe por meio do contato entre os indivíduos. Assim, uma rede está constantemente em movimento, entre a agregação e desagregação das interações ocorridas no mundo virtual. É um sistema sempre “vivo” (Recuero, 2009).

um espaço de excelência na vida dos sujeitos e da contemporaneidade, pois as interações do ambiente físico estão sendo permeadas pelo o universo das *redes*<sup>35</sup>.

O advento da Internet trouxe diversas mudanças para a sociedade. Entre essas mudanças, temos algumas fundamentais. A mais significativa, [...] é a possibilidade de expressão e sociabilização através das ferramentas de comunicação mediada pelo computador (CMC). Essas ferramentas proporcionaram, assim, que atores pudessem construir-se, interagir e comunicar com outros atores, deixando, na rede de computadores, rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros. **É o surgimento dessa possibilidade de estudo das interações e conversações através dos rastros deixados na Internet que dá novo fôlego à perspectiva de estudo de redes sociais, a partir do início da década de 90** (Recuero, 2009, p. 24, grifo nosso).

Essa perspectiva corrobora para a zona de formação das identidades na sociedade avançada (Gramsci, 1989; 2017), onde o espaço de veiculação das ideologias se propagam pelo espaço mediatizado. Assim, as subjetividades individuais, como também coletivas são constituídas entre as interações e comunicações expressas no mundo virtual, reconhecido pelos pesquisadores como uma *comunicação em rede*<sup>36</sup>. Logo, as convicções dos indivíduos e as suas identidades estão sendo orquestradas e mediadas por símbolos propagados pelas mídias digitais (Recuero, 2009; Almeida, 2011).

Poderíamos dizer, sem muitos riscos, que o processo de trocas, mediações e circulação de informações é consumida e divulgada através de aparelhos tecnológicos - computadores, celulares, televisão digital e, entre outros - sistematizando uma comunicação pautada em “um *mix* de acessos e emissões conformado a partir das intenções, desejos e necessidades do usuário” (Martinuzzo; Ribeiro, 2015, p. 125). Logo, a *comunicação em rede* materializa os anseios dos indivíduos, os quais externalizam os seus comportamentos, ideias e crenças disseminadas no mundo virtual.

O fato é que as redes sociais de internet se misturaram às tramas do cotidiano atual, que servem de território à história. Ademais, os avanços e alta influência dos *sites de redes*

---

<sup>35</sup> A referência pelo termo “redes” sintetiza a ideia de uma infraestrutura que aglomera o aparato material e informacional construído mediante as conexões dos indivíduos. Esse mecanismo permite que as pessoas interajam entre si e se relacionam através do mundo virtual. Dessa forma, a Internet possibilitou o transporte da comunicação e suas configurações entre as redes de computadores projetando uma sociabilidade no ciberespaço. “Um grafo é, assim, a representação de uma rede, constituído de nós e arestas que conectam esses nós” (Recuero, 2009, p. 20).

<sup>36</sup> MARTINUZZO, José Antônio; RIBEIRO, Renata. A opinião na rede: influência e dinâmica no facebook. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 120-144.

*sociais* (SRS)<sup>37</sup> (Recuero, 2009) proporcionaram as ampliações dos espaços de discussões políticas e mais visibilidade a essas temáticas. Por consequência, o envolvimento com as questões públicas adquirem mais considerações e pareceres da população, devido à acessibilidade quase instantânea às informações.

Uma rede não centralizada, não proprietária, aberta ao desenvolvimento de novas aplicações independente da autorização de corporações ou Estados. Essas características da internet conduziram a percepção de que a comunicação em redes digitais distribuídas trazia novos tempos para uma política radicalmente democrática e livre (Silveira, 2015, p. 213).

Os desenvolvimentos das redes sociais expandiram a visibilidade das comunicações e das notícias. Isso foi exequível por progredirem e ampararem-se nas vivências dos sujeitos, denotando a coexistência entre eles. A fusão intercorre por essas dependerem das conexões entre *atores sociais*<sup>38</sup>, as quais “identifica-se a constituição de arenas orientadas para a discussão pública de toda sorte de conteúdo (...) dos mais distintos níveis e complexidade que dizem respeito ao mundo da política” (Barros; Carreiro, 2015, p. 175).

A arena política está ocorrendo de forma efetiva nas redes sociais. Essa é a ferramenta que os atores sociais se constroem (criam perfis); evidenciam convicções por meio de comentários e, permitem exhibir-se como um ator social neste espaço de comunicação mediada por computadores. Desta maneira, a ágora política do tempo atual ocorre nos “sites de redes sociais (...) espaços utilizados para a expressão das redes sociais na Internet” (Recuero, 2009, p. 102).

É interessante pontuar que, as ações políticas do nosso tempo deslocam-se para o universo mediatizado, proporcionando, um novo recorte de tempo e espaço para a articulação de pensamentos e posicionamentos. Essa práxis foi permitida devido “a existência virtual como uma nova morada do real, o ciberespaço passou a ser visto como um terreno de grande liberdade” (Silveira, 2015, p. 213). Resultando em novas oportunidades de partilhas e espaços

---

<sup>37</sup> Site de redes sociais simboliza a ideia de um gama de sistema pertencente a rede social. Embora os termos sejam similares, denotamos que a distinção se faz sob os ditames de funcionamento, uma vez que propriamente dito, *site de rede social* é um sistema que divulga, expõe e publica (Recuero, 2009). Portanto, é a ferramenta que dá visibilidade às redes sociais.

<sup>38</sup> Esse conceito fundamenta-se na análise de Recuero (2009), a qual o caracteriza como um dos elementos que compõem a rede social digital referindo-se aos sujeitos, entidades e grupos que dialogam no ciberespaço.

de falas para a participação política, pois esse novo terreno permite viabilizar as manifestações do cotidiano dos sujeitos.

É importante ressaltar que o ciberespaço é de suma importância para o estudo das redes sociais, visto que sintetiza o ambiente digital em que as pessoas estão conectadas - diariamente<sup>39</sup> -, pela rede de computadores e *smartphones* (Almeida, 2011). Universo esse que, é alimentado pelos indivíduos, que experimentam, consomem e divulgam as vivências do mundo físico, por meio de opiniões, ideias e sentimentos reais expressas no mundo virtual. Assim o ciberespaço é uma ferramenta material que possibilita,

uma característica essencial da Internet, que acaba por modificar a visão de mundo dos seus usuários: a aparente redução das distâncias. De certa maneira, o **ciberespaço aboliu o território geográfico no âmbito das comunicações**, tornando possível a circulação praticamente instantânea de informações em escala mundial (Almeida, 2011, p.13, grifo nosso).

O poder da comunicação ganha amplitude concedendo, dessa forma, visibilidade para diversos discursos na arena política. Apoiando-se nessa disruptura social e dos novos meios de comunicação, as direitas souberam arquitetar o domínio e expansão ante o uso da informação propagada no mundo virtual, sobretudo pela “vaga possibilidade” democrática e autonomia do povo. Portanto, “a promessa da democracia deliberativa parecia bem mais palpável [...] cenas de articulação e interatividade em redes distribuídas, abrindo possibilidades para as explosões sociais e rebeliões” (Silveira, 2015, p. 215). Isso porque o advento da comunicação digital rompeu com os privilégios dos discursos políticos, possibilitando um cenário que todos opinam, debatem e expandem suas convicções, apenas por “cliques”.

O cenário transformou e esperava uma participação munida de ventos democráticos, contudo a sua configuração acelerada, autônoma e sem monopólios das instituições estatais [burocráticas] se fez sob os ditames antagônicos ao esperado. Segundo Silveira (2015):

A ideia de que a internet incentiva a participação, e que a participação é em si avançada e favorável às causas da justiça, liberdade e igualdade não se sustenta empiricamente. O que se observa nas redes é a prevalência do senso comum que muitas vezes carrega a força das ideias capitalistas e a doutrina da mercantilização

---

<sup>39</sup> Dados revelam que os brasileiros ficam em média 56% do período acordado navegando pela internet. O país ocupa o segundo lugar no ranking mundial acerca do levantamento de tempo online. Isso significa que passam 9h do dia frente às telas. Jornal Usp. Brasileiros passam em média 56% do dia em frente às telas de smartphones e computadores. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasileiros-passam-em-media-56-do-dia-em-frente-as-telas-de-smartphones-e-computadores/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

extrema. O mais importante não é essa constatação. O mais relevante é verificar que a rede também abriu espaço para diversas subculturas, inclusive para a dos hackers (Silveira, 2015, p. 218).

De certa maneira, essa ideia de democratização da participação promovida pelo mundo virtual não se sustenta e nem há elementos, de fato, que corroboram para uma mudança de postura dos indivíduos orientados para pautas de justiça social e igualdade. Em sentido oposto a isso, os estudos demonstram que tem sido um espaço efetivo para deturpar e atacar a luta, debates e políticas públicas que vogam por liberdade coletiva. Movimento esse, em que líderes e formadores de opinião conservadores e neoliberais têm se apropriado e alcançado êxito frente aos mecanismos e discursos disseminados nas redes (Gonçalves, 2017).

A realidade posta pela rapidez de divulgação e consumo das informações possibilitou o acesso a essa produção, de forma mais eficiente aos formadores e demais profissionais da comunicação, como: repórteres, comentaristas, artistas e entre outros (Maia, 2016). Nesse sentido, reiteramos que o processo de hegemonia se insere em uma nova ótica de conquista de poder, a cultura midiática. Portanto, os desafios histórico-sociais são alterados, mas ainda assim alcançar a hegemonia requer a manutenção dos seus pilares essenciais, referindo-a: construção de um domínio coletivo, gradual e organicidade das concepções ideológicas formadas pelos intelectuais (Gramsci, 1989).

A hegemonia de Gramsci está intimamente ligada ao pensamento, às ideias e à cultura. A hegemonia emergiu como um conceito que traduz a busca de uma certa autoridade cultural de uma classe ou estrato social sobre outros que lhe opõem. Assim, para que exista a hegemonia é preciso formação. Essa formação ocorre através dos intelectuais, que trabalham com o povo, que são a base do partido, adquire a formação é que se torna possível passar as ideias para a população. Podemos, pois, dizer que a hegemonia começa na formação dos líderes (Maia, 2016, p. 60).

Autores como Maia (2016) contribuem amplamente para o debate dos estudos do conceito de hegemonia, em Gramsci, para as novas sociabilidades. Em outros termos, ela enriquece a discussão do poder hegemônico ante uma cultura digital. Assim, “a fábrica da hegemonia e da soberania, que teriam sido prerrogativas do *Príncipe* de Maquiavel e do *Moderno Príncipe* de Gramsci. Agora é o *Príncipe Eletrônico* que detém a faculdade de trabalhar” (p. 60). As referências aos principados detêm uma alusão simbólica ao líder, o qual

é capaz de exprimir a vontade coletiva crítica, sendo assim um dos eixos principais no processo do domínio hegemônico.

É nesse ponto que denotamos o interesse e a preocupação das direitas com as redes sociais, pois a divulgação da informação percorre um novo espaço e, enquanto tal, a composição dos seus intelectuais e líderes estruturam-se para as realidades midiáticas, para esse exímio, o consenso debruça sobre o dom da palavra (Maia, 2016). Inclusive, há um consenso na historiografia, sobre esse suscitar no país apontando para o ano de 2013, como um marco temporal, para as movimentações e manifestações políticas nas redes.

Em 2013 permite afirmar que a internet se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização e os partidos da direita, de centro ou de esquerda tradicionais, bem como o sindicalismo tiveram muita dificuldade de disputar suas ideias e proposições nas redes digitais. E esse impasse abriu espaço para novas lideranças e novos articuladores políticos que a partir da adesão ocorrida pela internet [...] facilitou de certa forma o aparecimento da nova direita com destaque no meio de comunicação da Web que mobilizaram agências de propaganda para toda uma confecção de imagens e conteúdos para propagar as suas ideias como outdoors nas redes sociais (Gonçalves, 2017, p. 31).

Dentre essas questões de mobilização crescente no ano de 2013, onde as disputas ideológicas se avolumaram no mundo das redes, de certa forma, todas as esferas de posicionamento político tiveram que se renovar. Contudo, para pensar a proposta do nosso estudo, denotamos que a nova direita teve êxito nessas estratégias, pois as mudanças tecnológicas possibilitou um protagonismo, ante uma indústria cultural que forneceu um espaço fértil para a polarização, bem como “a emergência de uma nova retórica de debate: a supressão histórica ou a subversão factual da realidade - o uso da argumentação *fake*”(Cepêda, 2018).

Partindo dessa ideia, em tempos de tecnologias, o Príncipe Eletrônico (Maia, 2016) não é via de um único líder, mas cobiçado por diversos intelectuais que ambicionam divulgar o programa da classe a que pertence. Para Cepêda (2018), o papel do intelectual transfere para redes munido de estratégias e mecanismos, muitas vezes, forjados e manipulados, os quais foram assumidos pelos “ideólogos da nova direita como parte fundamental de uma luta contra-hegemônica de tipo gramsciano, no plano da cultura enquanto campo de disputa de narrativas [...] e influência política concreta” (p. 42).



### 3 A COMUNICAÇÃO EM REDE COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL)

O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não por meio de investigações e classificações pedantes de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de um pessoa concreta, o que põe em um movimento a fantasia artística de quem se quer convencer e dá uma forma mais concreta às paixões política (Gramsci, 2017, p. 11).

Em Gramsci resgatamos a noção de política para uma compreensão mais efetiva de líderes, partidos, coletivos e movimentos sociais que atuam, atualmente, e se propõem alcançar o domínio dessa. A necessidade de recorrer-lô, é indubitável, para nos aprofundarmos perante as linhas de ações políticas e os traços característicos do fenômeno nova direita. Um fato que ecoou em nossa sociedade e, as suas entranhas estão postas e operando efetivamente. Negá-los não farão desvanecer; em sentido oposto a isso, facilitaremos a inserção do seu *modus operandi* - promovendo uma racionalidade orgânica através dos seus porta-vozes [intelectuais].

Compreender as facetas ocultas da Nova Direita simboliza distanciar do senso comum e de narrativas paupérrimas e meras convicções simplistas, a exemplo: “a direita nunca esteve fora da arena política brasileira”. De fato, assim como apresentamos no capítulo anterior, a sua participação sempre foi ativa e contundente. Contudo, o cenário se transformou e com isso a reinvenção das direitas se desenrolou. Para Kaysel (2015) estamos “testemunhando” a emergência de uma forte corrente conservadora e reacionária, referenciado, sensatamente, como “Regressando ao regresso” (p. 49).

Isto é, engaja-se quem acredita no desaparecimento das direitas na sociedade brasileira, em que o conservadorismo sempre foi latente em nossos intelectuais, porém nos tempos pós golpe civil-militar o termo “ser de direita” (Telles, 2015; Kaysel, 2015) era algo infame. Todavia, a onda vigente se faz jus a esse regaste em seus discursos, de forma, saudosa e honrosa (Gallego, 2018). Esses comportamentos demonstram uma reconfiguração da ordem e que uma nova dimensão estratégica se coloca para as direitas brasileiras.

Talvez uma das grandes novidades do atual panorama político brasileiro seja a emergência de uma forte corrente, tanto nos meios político-partidários, como na opinião pública em geral, que se assume claramente como sendo “de direita”. Esse “orgulho direitista” recém-adquirido parece contrastar com a história de uma sociedade na qual, talvez pelos 20 anos de regime militar, a “direita” em geral assumiu uma conotação pejorativa. Daí que, segundo pesquisas de opinião conduzidas no Congresso nacional em inícios dos anos 1990, a maioria dos

parlamentares vinculados à legendas notoriamente pertencentes ao campo da “direita”, preferissem se classificar como “de centro” (Kaysel, 2015, p.49-50).

O presente trabalho discute alguns agentes e elementos que evidenciaram a atualização das estratégias políticas das direitas do espectro político, tangendo-se a uma amálgama de contexto propícios para tal exímio. As transformações sociais advindas da expansão da internet (Recuero, 2009; Gallego, 2018), a vigência da cultura mediatizada (Almeida, 2011; Maia, 2016; Gonçalves, 2017) e a capilaridade dos ideais neoliberais (Rocha, 2018; Santos, 2019; Tanscheit, 2019) são ditames motores para a aceitação e reerguimento histórico das direitas brasileiras.

Partindo dessa contextualização e para o amadurecimento do estudo, recorreremos à atuação da Nova Direita delimitada ao campo das redes sociais, visto que esse tem sido um espaço de formação identitária e ideológica dos sujeitos, no mundo vigente. Para essa diligência, direcionamos ao Movimento Brasil Livre (MBL), como espaço de construção e divulgação dos traços característicos do fenômeno estudado, visto que se originam em um contexto de mobilizações sociais no país, denominado Manifestações de Junho de 2013 (Ferreira, 2017).

Em suma, o estudo de um movimento social evidencia uma investigação de fontes de aprendizagens e novos saberes, em consonância com a luta que se propõem mobilizar, como também revela o contexto e a urgência do espaço público que está inserido (Gohn, 2016). O movimento social é formado dentro de uma sociedade civil, a qual viabiliza a conquista do consenso (Gramsci, 2017) e promove a formação de lideranças culturais e político-ideológicas (Modesto; Medeiros, 2018). Ademais, são espaços que possibilitam um ativismo político entre os indivíduos, revelando, assim, os seus interesses e a construção de consciências identitárias.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. **As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados** (Gohn, 1997, p. 251, grifo nosso).

O Movimento Brasil Livre (MBL) torna-se um objeto empírico, o qual contempla pilares fundamentais para compreender o campo de força que se estabelecia em um cenário de atualização das estratégias políticas das direitas. Outrossim, esse grupo social suscitou na esfera pública transformações “atípicas” para a participação direta do povo na luta política, instaurada com os ciclos de protestos em 2013, no país (Gohn, 2016; Gallego, 2019; Rocha, 2019). Incentivaram um manifesto político alicerçado às demandas conservadoras e de mercado.

No sentido assinalado, o mapeamento acerca desse ativismo nas ruas apontam para uma novidade para os protestos no país, bem como para ala conservadora, uma vez que as Jornadas de protesto de Junho de 2013 inauguraram um novo modelo de atuação; impactando e transformando pautas que [naquela conjuntura] eram predominantes - alinhado com as massas marginalizadas. Renovaram e organizaram as suas ações políticas e agendas, por meio da comunicação de rede. Gohn (2016) reverbera que,

o desenvolvimento das comunicações e de novas tecnologias tem levado a novas formas de organização dos indivíduos na sociedade, com uso das ferramentas do ciberativismo e novas formas de ocupação do ciberespaço. Trata-se do esboço de novas formas de ação coletiva, que fazem a junção da ação de indivíduos isolados e de coletivo em rede on-line. [...] Estão menos estruturadas a partir de organizações institucionalizadas e mais a partir de uma cultura da virtualidade. Trata-se de um outro momento organizativo da sociedade (Gohn, 2016, p. 133).

A ação política transmuta para o espaço virtual, sendo esse o ambiente hegemônico para os diálogos, organização, identificação com determinadas temáticas e formação política. O indivíduo se torna coletivo no ciberespaço. Meio esse, que faz as informações circularem com rapidez. Contudo, essa organização dos *novíssimos movimentos sociais* (Gohn, 2016) transcorre por pautas, interesses e valores de determinados grupos e/ou coletivos políticos, muitas vezes, já existentes.

Ressaltamos, para fins de uma crítica objetiva sobre o fenômeno, que o “despertar” para a militância não é ocasional, espontâneo e desconectado dos interesses e reivindicações sociais. Assim, assumimos nessa investigação, a noção de *ciberativismo*<sup>40</sup>, como componente basilar para a militância dos atores sociais. Essa reflexão notabiliza a necessidade de relacionarmos o ativismo digital com a própria função dos líderes [intelectuais] como motor da atuação dos sujeitos.

---

<sup>40</sup> O termo deriva do novo espaço hegemônico, as plataformas digitais, compreendido como um fenômeno contemporâneo que se traduz pelo ativismo digital, sobretudo pela conexão entre os indivíduos que ocorre em uma distância e tempo mais curtos.

Os empresários -- se não todos, pelo menos uma elite deles -- devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe. [...] Cada grupo social "essencial", contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou -- pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (Gramsci, 1989, p. 4-5).

A questão colocada por Gramsci (1989) sobre a formação dos intelectuais movimenta-se para reflexões contundentes sobre a formação dos grupos sociais nas redes. Assinalamos que é preponderante pensar acerca desses coletivos como processos dependentes de estruturas pré-existentes, como o caso do Movimento Brasil Livre (MBL) - originado no ano de 2013 e oficializado no ano seguinte. Nesse sentido, a complexidade das reflexões, do filósofo sardo, autentifica que o ofício do intelectual é proeminente, quando é capaz de dirigir e ter capacidade técnica, almejando, desse modo, assegurar os interesses do grupo social ao qual pertence, garantindo um sistema ideológico comprometido com os objetivos de classe dominante.

Alinhado à perspectiva, as direitas ambicionando dar continuidade histórica aos ideários de mercado e conservadorismo, souberam aproveitar do cenário existente [expansão das mídias digitais] apropriando-se das novas regras da luta social. E enquanto tal, buscou mobilizar, conscientizar e ter apoio pelos meios alternativos, que a comunicação em rede promove (Resende, 2019). É nesse horizonte, que a atividade dos intelectuais viabilizam as suas reivindicações [de classe] suscitando um ativismo no mundo virtual.

O ciberativismo é a utilização da Internet por movimentos politicamente motivados com o objetivo de alcançar suas tradicionais metas ou lutas. Ele engloba desde a simples procura e distribuição de informação (conscientização/apoio), até o hackativismo (ação/reação), além de envolver a possibilidade de organização e mobilização de indivíduos a partir da rede em prol de uma causa (organização/mobilização) (Resende, 2019, p. 212).

Esse fenômeno pode ser observado como proeminente ao desencadear uma série de protestos significativos para os anos seguintes no país, sobretudo pela construção de novas subjetividades e consciência política favorecendo, dessa forma, “uma militância conservadora,

que encontrou nas mídias sociais o encorajamento que precisava para levantar suas bandeiras no mundo virtual e nas ruas” (Brugnago; Chaia, 2015, p. 102).

### **3.1 Um terreno fértil para a criação de entidades hegemônicas: a contextualização da origem do Movimento Brasil Livre (MBL)**

A escalada da nova direita internacional e no Brasil utilizam, de forma eficiente, as mídias digitais. Os seus atores usufruíram da nova estetização da política inserida nos anos finais do século XX, que estão levando-os ao protagonismo na política; em outros termos, são frutos de “algo definitivamente favorecido pela internet” (Carapaña, 2018, p. 35).

No Brasil, esses grupos estão estabelecendo um novo jogo político. Segundo Sorj, Cruz, Santos, Ribeiro e Ortellado (2018), as regras se escoram no uso da internet, esta que erodiu as fronteiras entre comunicação oral e escrita, gerando um novo formato comunicativo. Papel esse exercido, principalmente, com a popularização das redes sociais como instrumento de propagação política. Um ambiente de divulgação eficiente, notícias mais velozes e estruturadas em formatos mais exíguos. Sendo assim:

(...) a visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribui para redefinir os termos do debate político no Brasil (Miguel, 2019, p. 21).

É necessário pontuar que essa comunicação é poderosa, mas o seu êxito não advém somente da sua configuração tecnológica. Em razão disso, enfatizamos que os debates disseminados nas redes são estruturados, previamente, por instituições burguesas atuando como aparelhos privados hegemônicos (Casimiro, 2019), os quais elaboram as suas táticas e as divulgam através de fóruns, palestras, debates públicos e congressos. Contudo, privilegiam a difusão dos seus princípios nos espaços virtuais, visto que contribui para uma disseminação de notícias polêmicas “(...) que valorize o conflito e a polarização, fortalecendo uma visão simplista de suas implicações para a vida política do país” (Becker; Cesar; Steigleder, 2019, p. 274).

Os projetos dessas organizações empresariais hegemônicas visam estruturar e constituir no Brasil um programa de poder político neoliberal, que alcance todos os âmbitos das relações sociais. Assim, encontraram no ciberespaço o poder do engajamento político e,

consequentemente, a tática de ação doutrinária (Casimiro, 2019) realizada pelos seus intelectuais. Esse processo tem suscitado um *feedback* social - uma validação (curtidas, compartilhamentos e comentários) dos conteúdos - favorecendo um papel de persuasão do nicho que explora, resultando, em crenças e formação de identidades no meio social (Reiff, 2019).

A comunicação pelas mídias digitais ilustram a crescente influência de indivíduos comprometidos com a política interagindo nesse espaço; buscando, assim, disseminar e conquistar apoio na produção de consenso de sua classe. Segundo Reiff (2019)

A atuação de influenciadores no campo da política [...] podem, ou não, migrar para a esfera pública do país, transformando seguidores e inscritos em possíveis eleitores. Na sexta edição do Prêmio Influenciadores Digitais, cerimônia que acontece anualmente no Brasil desde 2016, houve categorias como economia/política e ativismo. Sabrina Fernandes e Arthur Moledo do Val foram indicados ao prêmio na categoria “Economia e Política”. [...] Estes exemplos ilustram também a conexão entre o digital e mais uma das muitas esferas da vida do indivíduo - a política -, ultrapassando a rede e passando a se fundamentar em outros espaços (Reiff, 2019, p. 46).

O digital se mostra eficiente como ferramenta de possibilidade de conexões, engajamentos e dispersão de notícias, podendo atingir vasta amplitude na sociedade, bem como suscitar determinadas ações políticas. Contudo, salientamos a necessidade de aprofundarmos em outros terrenos que contribuam para o crescimento das ideologias ligadas à direita do espectro político, tangendo-se ao capital investido em líderes e/ou organizações alinhadas à agenda das direitas. Para isso, é substancial integrarmos outra peça nos jogos políticos desses grupos, sendo a presença e interferência de *think tanks*. Para Messenberg (2019):

observa-se, nos discursos dos formadores de opinião e em particular naqueles que defendem com veemência os princípios neoliberais (Kim Kataguirí, Fernando Holiday, Rogério Chequer e Rodrigo Constantino), certa regularidade de formas e conteúdos que indicam uma produção discursiva claramente padronizada. Suspeita-se que a unidade desses conteúdos venha a ser obra da atuação massiva dos think tanks de direita no Brasil, nos últimos anos e, em especial, da Atlas Network”. [...] **O objetivo principal dos *think tanks* ‘ativistas’ de direita na América Latina é o de difundir o ideário liberal de maneira expansiva, de modo a facilitar a proposição de políticas públicas alinhadas à ‘defesa do livre mercado’ e a aprovação desta pelas instâncias estatais**” (Messenberg, 2019, p. 208, grifo nosso).

A reflexão apresentada autentifica o interesse das direitas em formar líderes em prol das suas demandas, para o exercício de ação doutrinária das classes que almeja dirigir. Esses “centros de pensamentos” materializam as suas táticas através de produção de consenso. São associações que convocam “empresários intelectuais” para construir e preparem materiais

fundamentados nos interesses de classe (burguês). E por fim, disseminarem para o âmbito público como um “bem-comum” próspero, aspirando mobilizá-los a favor dessas narrativas fictícias sustentadas sob os argumentos de avanços e melhorias para toda à nação. Ademais, esses “aparelhos privados tornou-se uma espécie de porta-voz de uma nova direita aberta e dura, (...) ao lado de posições de uma subordinação impactante a certos padrões ideológicos (...) com destaque para os Estados Unidos” (Casimiro 2018, p. 47).

Inclusive, a despeito de entidades empresariais, a Atlas Network<sup>41</sup> é, atualmente, uma organização que influencia massivamente as políticas públicas dos países da América Latina, por meio da difusão e financiamento de think tanks “ativistas” das pautas liberais. Evidenciando, desse modo, que o fortalecimento da sociedade civil empresarial brasileira tem suas raízes fincadas na atuação acentuada dessas associações subsidiadas pelos estadunidenses. Para Messenberg (2019), “nos últimos dez anos, mais do que dobrou o número de think tanks ligados à Atlas Network, e entre eles se encontram: (...) o MBL e o Vem pra Rua, ainda que ambos os movimentos não reconheçam formalmente tal filiação” (p. 208).

Apesar de negarem o vínculo com este “metathink tank”, os estudos em torno dos fatos históricos acerca das criações e desenvolvimentos das entidades empresariais hegemônicas brasileiras, revelam, uma discordância em relação à alegação desses movimentos. Ao analisarmos as ações e os financiadores de algumas instituições burguesas e os reflexos que elas têm, principalmente, na constituição do Movimento Brasil Livre (MBL) ficam explícitos os elos e a interdependência com essa associação estadunidense.

Diferentemente do movimento Passe Livre, que não dispunha de financiamento empresarial para o desenvolvimento de suas atividades e para a execução das manifestações que organizava, o MBL, todavia - por ser tratar de um movimento gestado no interior dos Estudantes Pela Liberdade, configurando-se como a sua célula de atuação nas manifestações -, pode contar com a estrutura organizacional e financeira disponível ao EPL. Este, por sua vez, conta com recursos advindo de empresas, financiadores individuais que podem fazer as suas doações do próprio endereço eletrônico ou nos eventos que o EPL organiza e , principalmente, recebeu financiamento de diversas organizações internacionais, como a Students for Liberty e a Atlas Network (Casimiro, 2018, p. 404)

---

<sup>41</sup> A Atlas Network é uma espécie “*metathink tank*” (AMARAL, 2015), devido ao seu caráter de impulsionar a criação de outros *think tanks* pela América Latina e Europa Oriental, principalmente, visando educar e gerar uma juventude de líderes liberais. Além disso, esta organização tem vasta amplitude, em razão dos seus financiadores serem grandes entidades empresariais estadunidenses. “Em 1981, encorajado por Hayek e Milton Friedman, economista liberal e professor na Universidade de Chicago, Fisher decidiu criar uma espécie de ‘organização-mãe’ que pudesse coordenar os think tanks (...) em outros países, e assim surgiu a Atlas Economic Research Foundation, que mudou o nome posteriormente para Atlas Network” (ROCHA, 2017, p. 1).

No sentido assinalado acima, a origem do Movimento Brasil Livre revela uma conexão com a organização Estudantes pela Liberdade (EPL), a qual foi apresentada no Fórum da Liberdade<sup>42</sup>, em 2012. A ação desta instituição é pautada na doutrinação e, direcionada a recrutar especificamente jovens, tanto do ensino médio como do meio universitário (Casimiro, 2018). A formação doutrinária direciona para uma atuação tanto em instituições de ensino, como também “por meio da internet, nas redes sociais (...) no interior das escolas e universidades e, posteriormente, nas mobilizações políticas organizadas pela direita no Brasil (p. 402).

A organização Estudantes pela Liberdade (EPL) é o retrato da “nova direita”, sobretudo, pelos mecanismos de ações políticas e doutrinárias, pois buscam formar jovens líderes - “intelectuais orgânicos” - fundamentados na ideologia da “defesa do livre mercado”, construindo consensos de conteúdos e pautas que privilegiam as classes dominantes, visando consolidar um projeto político neoliberal no país – que empenham-se desde dos anos de 1980.

Toda essa mobilização de setores liberal-conservadores que representam a “nova direita” no Brasil estava em formação desde os anos 1980, com a nova estratégia de organização da burguesia por meio de seus aparelhos privados de hegemonia. De forma direta ou indiretamente todos estes intelectuais coletivos da ideologia de mercado - o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais, [...] o Instituto Von Mises Brasil e o Estudante Pela Liberdade - **articulam-se através de distintas e complexas formas, consciente ou inconscientemente, seja por meio de elaboração e execução de um projeto estrutural único, seja através da organização de eventos da agenda liberal; na replicação de conteúdos ideológicos de doutrinação e recrutamento [...]jou no compartilhamento de quadros dirigentes e intelectuais orgânicos.** Estamos diante, portanto, de uma frente ampla de ação política e ideológica como um verdadeiro *partido*, no sentido gramsciano (Casimiro, 2018, p. 405-406, grifo nosso).

Para enriquecer a verificação da influência e treinamento dos EPL, por centros de pensamentos internacionais, um dos membros da organização, Juliano Torres - fundador e diretor executivo da associação -, cedeu uma entrevista para revista “Apública”<sup>43</sup>, em 2015; em que afirma ter sido treinado pela Atlas Network, bem como revela que a Student for Liberty

---

<sup>42</sup> O Fórum da Liberdade foi criado em 14 de abril de 1988, em Porto Alegre; o objetivo era formularem propostas que solucionassem os problemas do país e, também fosse um espaço de debate e divulgação das pautas do liberalismo, sobretudo, para captarem e formar jovens líderes “intelectuais”. Atualmente, representa um dos principais eventos no Brasil de construção de consenso e difusão do ideário neoliberal. O evento realiza-se de forma anual e reúne empresários de diversos posicionamentos - dentro da matriz liberal -, professores, jovens, universitários, imprensa, políticos e, também é aberto ao público. “O fórum, portanto, enquanto, principal evento da agenda liberal no Brasil, desenvolve um papel tático-operacional de difusão e articulação no quadro de reformulação da classe dominante” (CASIMIRO, 2018, p. 318).

<sup>43</sup> AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. 2015. Disponível: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

(entidade estadunidense) são os seus maiores doadores; tendo recebido em 2012, um orçamento de cerca de 8 mil reais. Já em 2015, essa quantia foi avaliada em um total próximo de 300 mil reais. Juliano conta que tem duas reuniões *on-line* por semana [com a sede americana] e que outros brasileiros participam, anualmente, de uma Conferência Internacional, que oportuniza o encontro de lideranças, em Washington (EUA) (Amaral, 2015).

Esses financiamentos ocasionaram a urgência de uma nova “marca” (Santos, 2019, p. 38) para a instituição relatada, em que Juliano Torres reitera que foi preciso criá-la em 2013, com o objetivo de participar dos protestos daquele ano. Assim, essa marca originou o Movimento Brasil Livre (MBL), no ano em questão. Essa necessidade surgiu decorrente das arrecadações de origens estadunidenses, pois segundo o diretor executivo da entidade Estudantes pela Liberdade, a receita americana não admite que entidades estadunidenses subsidiem ativistas políticos (Amaral, 2015). Em razão disso, os Estudantes pela Liberdade como organização não poderiam participar das manifestações de junho, ocorridas no Brasil.

O Movimento Brasil Livre nasce, portanto, como um “corpo extensor” de uma organização burguesa financiada pela Atlas Network e simboliza o novo caráter das direitas no Brasil, as quais são contundentes nos esforços da reestruturação do regime de acumulação do capital. “O MBL se consolida, assim, enquanto intelectuais, atuando não no processo direto (...) da produção econômica, mas em funções secundárias que garante ao grupo dominante a hierarquia social e do governo político” (Ferreira, 2018, p. 16). Sintetizamos que, as novas formas de operações das direitas são reorganizadas com o apoio dos *think tanks*, mas também direcionam-se para os movimentos sociais, uma vez que estes alcançam uma vasta quantidade de sujeitos e articulam estratégias de mobilização das ruas e das redes [as ágoras da contemporaneidade] (p. 17).

As organizações empresariais brasileiras estão alcançando, cada vez mais, os seus objetivos de uma nova reestruturação do acúmulo de capital. Eficiência essa que, advém da relação dialética entre Estado e Sociedade Civil, uma vez que essa dinâmica se faz crucial para viabilizar o consenso e a coerção (Gramsci, 1989; 2017). Desta maneira, apresentam-se, habitualmente, como entidades sem ligações partidárias e/ou fins lucrativos (Casimiro, 2018). Entretanto, as suas ações só são efetivas e crescentes por estarem no “arcabouço” do Estado, os quais controlam e ditam o funcionamento do país. Estamos diante de uma representação política “não partidária” dos segmentos da direita liberal-conservadora, - atualizada, militante e,

muitas vezes, truculenta na defesa de seus pressupostos assegurados pela classe dominante que integra crescentemente o próprio Estado (p. 19).

As reflexões apresentadas traçam um horizonte que é perceptível, que as direitas estão alcançando as massas por meio de diversas estratégias, ambicionando à luz do controle das democracias, estas que se desvanecem na lógica do mundo neoliberal - por ser reduzida a um fator meramente formal (Gallego; Rocha, 2019). Sendo assim, a nova direita - em destaque, para o Movimento Brasil Livre, está conseguindo fundar e colocar em prática as suas táticas políticas com êxito, proporcionado pelo regime de visibilidade digital.

### **3.2 Uma análise do Movimento Brasil Livre: as mídias digitais como espaço de atuação**

O presente estudo apresentou uma contextualização das novas direitas brasileiras e os seus reflexos para o campo político, sobretudo com a atuação através da comunicação em rede. Esse percurso teórico foi estruturado objetivando analisar a possibilidade de uma construção de consenso por grupos do campo ideológico conservador. Para tal exímio, buscaremos traçar elementos que evidenciam um caráter de formação educativa e ideológica proposta por organizações que se proponha para esse feito. Em razão disso, debruçamos, nesta pesquisa, para o exame do Movimento Brasil Livre (MBL) atuando em plataformas digitais, delimitando a página oficial do movimento no *Instagram* [MBLivre].

Em 2014, quando foi criado na cidade de São Paulo, o MBL comandou uma ferrenha campanha contra a então presidenta, Dilma Rousseff. A primeira manifestação organizada pelo grupo ocorreu no dia 1º de novembro, na capital paulista. As redes sociais foram o principal veículo que possibilitou a criação e a consolidação do MBL enquanto chamamento à ação de tantas pessoas. Um exemplo de como a internet possibilita não apenas a conexão e estruturação de ações, mas é também uma ferramenta para divulgar informações aos movimentos e foi isso que o MBL fez (Reiff, 2022, p. 47)

A organização alcançou vasta visibilidade em um momento de rupturas históricas para o cenário brasileiro, visto que as mobilizações suscitadas por ela desencadearam um ciberativismo da população, mobilizando-os para os ciclos de protestos, em Junho de 2013, resultando em um longo período de mobilizações pública, que estimulou as manifestações pró-*Impeachment* e afastamento da então presidente, Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016 (Resende, 2019). Partindo dessa moção, consideramos que as divulgações disseminadas em suas redes oferecem mecanismos substanciais para capturar símbolos que despertam a

subjetividade do sujeito, contudo estas se apoiam na discursiva para luta “mística” [do ideário de liberdade], movida por “radicalidade utópica” e paixões (Semeraro, 2007, p. 100).

A complexidade da subjetivação política, resgata o alerta que as reflexões gramscianas notabilizou ante esse processo, o qual carece de construção crítica e orgânica, para que os meios de emancipação não se tornem instrumentos de controle das classes dominantes.

A solução era abandonada ao impulso do irracional, do “arbitrário”, ou seja, da “espontaneidade”[...] o oportunismo torna-se a única linha política possível. Mas pode um mito ser “não construtivo”, pode-se imaginar, na ordem de intuições de Sorel, que seja produtor de realidades um instrumento que deixa a vontade coletiva na fase primitiva e elementar de sua mera formação, por distinção (por “cisão”)[...] E isso para não falar que não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido “metafísico”, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido. Neste caso, pode-se ver que se supõe por trás da espontaneidade um puro mecanicismo, por trás da liberdade (arbitrio impulso vital) um máximo de determinismo (Gramsci, 2017, p.13-14).

Consideramos, que a capilaridade do movimento em questão, restringe a subjetivação dos sujeitos por meio de uma linha política primitiva. Oportuniza pautas que suscitam uma conscientização arbitrária, narrativas cercadas de emoções [impulsos e paixões] (Gallego, 2018; 2019). Resultando, assim, em posicionamentos imediatos e idealistas, sem que haja o movimento de *catarse* - ou seja, não ocorre, de fato, uma transformação do sujeito individualista para a ética coletiva (Gramsci, 2017). Logo, viabilizam um o caminho oposto, do que seria uma práxis político pedagógica (Semeraro, 2007) destinada ao alcance da hegemonia pelas classes populares.

Na realidade, o Movimento Brasil Livre forma e divulga o consenso que, em sua totalidade, perpetua e preserva o caráter orgânico da burguesia, em nosso país. Por isso, adquirem uma construção de consenso pautada no despertar das paixões (Ferreira, 2018; Resende, 2019), as quais desvanecem o caráter crítico e limitam a subjetividade às novas formas de exploração. Neste ditame, produzem ações e discursos simplistas, que não tem aplicabilidade teórica, mas um projeto de serventia prática (Semeraro, 2007). Estratégia eficiente aos dirigentes, dado que “a luta política transforma-se assim numa série de episódios pessoais entre quem é bastante esperto para se livrar das complicações e quem é enganado pelos próprios dirigentes e não quer se convencer disso por causa de uma incurável estupidez” (Gramsci, 2017, p. 51).

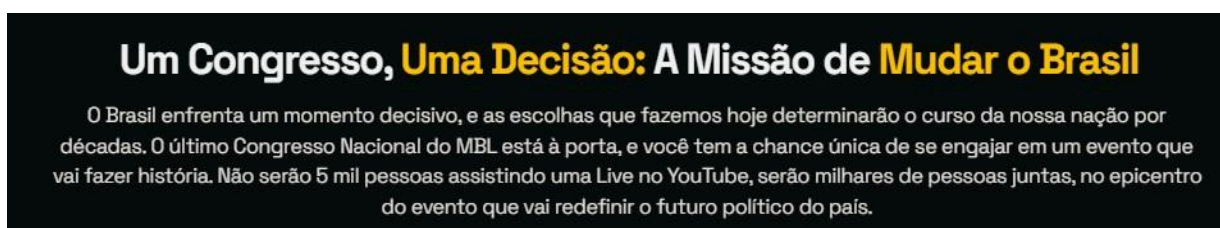
Esse arcabouço de reflexão sobre a construção de consenso se faz necessária, para alcançar o objetivo proposto, neste trabalho, tangendo-se a análise de ideias e narrativas disseminadas na página oficial no *instagram* do MBL, como instrumento educativo para a formação de um consenso alinhado às ideologias conservadoras. Essa inquietação advém da forma de operacionalização do movimento, que tem se mantido no sistema político, mesmo após 10 anos de fundação. Ainda que a sua popularidade tenha tomado novos rumos, a manutenção como líderes nas mídias digitais não deve ser negligenciado, pois é no domínio dessas que tem perpetuado como ator coletivo à direita, bem como ativistas digitais.

Uma característica importante do ativismo online do MBL é a convivência com o espaço *offline* numa relação de continuidade. Isso é, a mesma manifestação de rua que ocorre em um espaço físico, também pode ser acompanhada por meio das mídias sociais. A instantaneidade da circulação de informação dentro de um ato comunicacional entre dois ou mais indivíduos fica evidente em alguns vídeos do MBL, que são transmitidos ao vivo através do YouTube, e após o fim da transmissão, ficam disponíveis para acesso em qualquer momento posterior. O “MBL NEWS”, programa em que os membros do movimento comentam notícias, é um desses exemplos (Mattos, 2018, p. 117).

Essa continuidade relatada por Mattos (2018) pode ser constatada na criação de projetos que divulgam o propósito e interesses do movimento. A título de conhecimento, o movimento organiza a cerca de 10 anos, o Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, que utiliza o slogan: “Um Congresso, Uma Decisão: A Missão de Mudar o Brasil” (MBL, 2024). A intenção desse evento é celebrar “triumfos” alcançados, bem como reunir as suas lideranças para projetar novos anseios para, segundo o seu site, “recalibrar a rota do movimento” (MBL, 2023). Para mais, retratam esse espaço como um congresso “acadêmico”, como também um festival dedicado aos recentes líderes formados.

Ao acessar o site, dedicado ao 10º Congresso Nacional do MBL é encontrado o material abaixo:

**Figura 1 - Conteúdo pertencente ao site do Congresso Nacional do MBL**



Fonte: Site oficial do Congresso Nacional do MBL

**Figura 2 - Participantes (palestrantes do evento):**



Fonte: Site oficial do Congresso Nacional do MBL

Na imagem acima, destacamos alguns palestrantes que atuam, diretamente, em cargos públicos, sendo (I) Kim Kataguiri, Deputado Federal, eleito em 2022, pelo partido União Brasil [um dos co fundadores e coordenador do movimento]; (II) Amanda Vettorazzo, eleita a vereadora de São Paulo, em 2024, pelo também partido União Brasil e (III) Guto Zacarias, Deputado Estadual de São Paulo (2022), o qual foi indicado, em 2023, pelo governador do estado, Tarcísio Freitas, a vice-liderança da Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo). São considerados ativistas do MBL, que já coordenaram os núcleos municipais do grupo - espaço que organiza manifestações, pautas e formação pedagógica e política de novos líderes (Barbosa, 2017).

O acesso de membros do MBL ao sistema político demonstra a sua capacidade de formar novas lideranças para o campo da direita brasileira. Isso é fundamental para perceber o movimento de ação doutrinária e orgânica, que busca traçar na sociedade civil. Estratégias como essas, são efetivas para uma formação política e educativa entre os seus seguidores,

oferecendo suporte e material para educação de base nas redes (Barbosa, 2017). Ademais, mobilizam os seus integrantes a serem ativos em suas causas através de iniciativas com direito a “livros, boletins de análise de conjuntura [...] cursos presenciais *on-line* e presenciais e, direito a voto e algumas deliberações da organização (p. 8).

Colocamos o Movimento Brasil Livre como um grupo político que pratica um ciberativismo com potência de sobressair desse universo para transformar o social. Assim, a orientação dispersa nas redes é colocada para a construção ideológica dos seus seguidores. Nesse sentido, apontamos a seguir alguns princípios que são a base do movimento, sendo essas bandeiras<sup>44</sup>: (I) Promover o liberalismo como filosofia política, (II) Flexibilização das leis trabalhistas; (III) Liberdade para a criação de partidos; (IV) Autonomia contratual do trabalhador; (V) Fim dos monopólios estatais e privatização de empresas públicas; (VI) Revogação do estatuto do desarmamento e reconhecimento de autodefesa do cidadão e (VII) Educação, Saúde, Infraestrutura e entre outros serviços públicos passíveis de gestores de órgãos privados; (VIII) Combate aos privilégios da elite do funcionalismo público (MBL, 2022).

Esses princípios e valores defendidos pelo movimento são premissas que objetivam estruturar uma realidade política, cultural, social e econômica orientada em proximidade com a ótica neoliberal, onde o aparelho estatal reduz apenas deveres burocráticos (Reiff, 2022). Premissa essa, que reduz todos os âmbitos da vida pública ao individualismo em detrimento do coletivo. Logo, equipararmos a ação doutrinária do MBL destinada para a valorização da propriedade privada, a inexistência de cooperação entre indivíduos e impugnação da ideia de sociedade, por equipá-la a uma “entidade fictícia” que “ofusca o processo” (Rothbard, 2013, p. 55).

### **3.3 Percurso metodológico: uma análise do MBL em sua página oficial do *Instagram***

O presente estudo busca contribuir, através de uma abordagem exploratória, com o entendimento acerca do ativismo das direitas brasileiras no mundo das redes. Por isso, tomamos o Movimento Brasil Livre (MBL) como objeto empírico para averiguar a

---

<sup>44</sup> MBL. Disponível em: <https://mbl.org.br/valores-principios>. Acesso em: 5 setembro de 2022.

possibilidade dessa organização buscar o domínio do poder hegemônico através de uma práxis política orientada para uma formação e educação dos seus seguidores na rede.

### **3.3.1 Caminhos traçados para a investigação da análise do MBLivre**

No decorrer do trabalho procurou-se evidenciar o conceito de hegemonia, nos termos gramscianos, como aparato teórico para sustentar a contextualização do fenômeno Nova Direita brasileira. Esse percurso foi trilhado para demonstrar um cenário de conjunturas que possibilitou o desenvolvimento da mesma em nossa sociedade. Assim, associamos o termo “nova” ao critério de atualização e reorganização dos instrumentos de domínio das direitas, para assegurar a manutenção e participação hegemônica no campo político brasileiro.

Realizado esse reerguimento histórico, colocamos em evidência a comunicação em redes de Internet como situação de transformação e atualização dos jogos políticos no país. Um meio de rápida ascensão, que provocou uma participação pública nos debates políticos; fato esse que tratamos como ativismo político e/ou ciberativismo. As práticas fundamentais advindas dessa temática possibilita debruçarmos sobre conteúdos dispersos, em nosso espaço de investigação, as redes sociais de Internet.

As discussões teórico-metodológicas desenvolvidas - para o estudo de fontes digitais como primárias - são contemporâneas e em exercício de expansão e compreensão. Ainda assim, requer das ciências humanas e sociais um desdobramento que não abdique da própria contemporaneidade, onde a interação entre pessoas e páginas das redes sociais *online* estão sendo proeminentes para o consumo de informações, formação política e transformações sociais. Na tentativa de aprofundar nessa atuação militante dos indivíduos nas redes digitais, identificamos no Movimento Brasil Livre (MBL) um espaço para tratar nuances e meios que materializam uma possibilidade educativa e formativa deste, em prol da manutenção e/ou domínio do poder hegemônico.

Ressaltamos que a temática oferece múltiplos enfoques, todavia nos restringimos a uma análise das publicações do MBL, disseminadas em sua página oficial do Instagram, no período de 2019 a 2021. Essa delimitação sucedeu pela vastidão de material que a análise de redes sociais pode oferecer, bem como preocupamos com a sistematização de análise do material escolhido, objetivando:

- Entender como são elaborados os conteúdos na rede social do movimento.
- Analisar se existem padrões dos conteúdos divulgados no *Instagram* como instrumentos que materializam a noção de consenso de classe, nos termos gramscianos.
- Identificar se a comunicação dispersa nas plataformas digitais busca trilhar anseios que simbolizam uma prática educativa e formação de base para as novas direitas.

Para a composição de um olhar mais focado no objeto, optamos pela rede social *Instagram* associando a hegemonia dessa no contexto histórico do país, onde foi um espaço de alta mobilização dos atores sociais desencadeada com as eleições de 2018<sup>45</sup>. Dessa maneira, orientamos para análise de construção do consenso após o “regresso” das direitas com a chegada de Jair Messias Bolsonaro no cargo de executivo, no Brasil. Essa conjuntura promoveu um quadro de ativismo digital bastante entusiasta com o “retorno” das direitas no cenário político, bem como o engajamento de discursos alinhados ao conservadorismo reacionário. Contudo, almejamos apresentar as pautas e agendas de defesa que sucederam, após a chegada da nova direita (Gallego, 2018; Rocha, 2019).

A rede social *Instagram* é a fusão de duas palavras, sendo *instant* referência a possibilidade de publicação instantânea e *telegram* retrata a natureza da comunicação que ela oferece, sobretudo por partilhar momentos e/ou situações visuais. Embora a sua origem, pelos seus fundadores Mike Krieger e Kevin Systrom, ocorreu em 2010; no Brasil é lançada, em 2012 (RedaçãoInvestnews, 2024).

O lançamento do Instagram no Brasil não foi apenas a introdução de uma nova rede social, mas o estabelecimento de uma plataforma que se tornaria parte integrante da cultura digital do país. A rede chegou ao país em 2012, com uma proposta inovadora de compartilhamento visual. Assim, a plataforma rapidamente cativou a audiência brasileira, apaixonada por expressão criativa e interação

---

<sup>45</sup> A eleição presidencial de 2018 foi um espaço de alta polarização política, entre o candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT) da ala progressista, e Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) com caráter conservador e reacionário. Foi um contexto de aprofundamento da radicalização política, no qual tem os seus primórdios nas disputas presidenciais de 2014. “O brasileiro, a partir de 2014, tem se posicionado mais na esquerda-direita” (Fuks; Marques, 2020, p. 417), enquanto em 2018, “é nítida a presença do voto ideológico” (p. 417).

online. O Brasil é hoje o 2º país em número de usuários de Instagram, atrás apenas dos Estados Unidos (RedaçãoInvestnews, 2024).

Para além de uma compreensão do espaço de investigação escolhido, justificamos que a estruturação dos conteúdos só foi possível, por meio dos componentes que o ciberativismo oferece como análise metodológica, em que os componentes advindo desse conceito é suscetível de análise de conteúdo (Viana, 2015; Resende, 2019; Reiff, 2022). Consideramos, que “o ciberativismo, que é dito, escrito, e praticado, pode também ser analisado por esta régua metodológica” (Reiff, 2022, p. 55).

Para exercer o exercício de análise do conteúdo, por meio dos aparatos oferecidos pelos componentes do ciberativismo, assumimos alguns critérios estruturais, previamente estabelecidos. Para tanto, amparamos na Organização de Análise em polos elaborada por Bardin (2011, p. 95), sendo:

**(I) Pré-Análise:** Delimitação de temáticas para escolher as publicações da página do MBL, no ano de estudo;

**(II) Exploração do Material:** Executamos a seleção de publicações que apresentavam padrões nos conteúdos.

**(III) Tratamento dos Resultados:** Buscando evidenciar características de cunho formativo e educativo voltada para o consenso político das direitas.

O primeiro polo foi determinante para averiguar a página oficial do MBL, visto que não há uma ferramenta (aplicativo) e/ou configuração dentro da plataforma investigada, que possibilitasse um “filtro” das publicações. Em razão disso, delimitamos o conteúdo por meio de temas-eixos (Bardin, 2011), sistematizado:

**(I) “Não foi Golpe”** - publicação destinada ao debate de defesa da narrativa

Impeachment em detrimento da noção de Golpe;

**(II) Divulgação de ideias/ideologia do movimento** - publicação destinada ao debate que promova a disseminação e formação política e pedagógica em prol das suas crenças;

**(III) Divulgação de opositores políticos** - publicações destinada a referência de nomes protagonistas na arena política brasileira, sendo Dilma Rousseff, Luiz Inácio da Silva (Lula) e Jair Messias Bolsonaro;

No segundo momento, traçamos uma linha de estudo que pudesse revelar um *feedback social* [conceito já explorado neste estudo], isto é, uma validação pelos seguidores da página, por meio da quantidade de curtidas na publicação. Uma vez que, essas páginas se alimentam de engajamentos como estratégia de mobilização e maior alcance de seguidores (Reiff, 2022). No último passo, analisamos o conteúdo, com um olhar posicionado, aos ditames de uma objetividade propensa a influenciar e/ou educar para um consenso liberal-conservador.

É importante referir que as publicações não foram selecionadas de forma arbitrária, pois objetivou identificar padrões nas narrativas divulgadas, bem como uma lógica de comportamento do movimento dentro das redes. Isso se mostrou, sobretudo, pelos números de curtidas, em post com determinadas temáticas. Para Bardin (2011):

Fazer uma análise temática, consiste em descobrir <<núcleos de sentido>>que compõem a comunicação e cuja a presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido. [...] O tema geralmente é utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendência (p.104-105).

Foram, portanto, selecionadas 12 publicações entre o período de estudo, sendo 6 post de cada ano. A coleta dos dados e tratamentos desses utilizou meios quantitativos acerca do número de curtidas, mas destacamos que essa abordagem serviu somente de amparo para a seleção, pois não é o intuito da investigação uma comparação numérica ou analisar as formas dos comentários.

Neste estudo, orientamos uma investigação voltada para identificação de conteúdo amparado na estratégia de unidade que provoca ações de educar e formar os seus adeptos, conforme os ideais do movimento. Por essa razão as publicações selecionadas foram determinadas mediante o aparecimento frequente de temas, pois há uma média de 7 *posts* por dia - não sendo uma métrica regular, mas demonstrando sempre um grande volume de produção de conteúdos. Acreditamos ser um viés que trilha a identificação dos objetivos em

torno de certos conteúdos, a fim de verificar a hipótese de construção de consensos por esse movimento.

É nesse contexto que se encaixam Líderes de Opinião, pessoas comuns ou comunicadores profissionais que, através da postagem de informações na internet, se tornam influenciadores no processo de tomada de decisão. Estes, à medida que seus conteúdos vão sendo distribuídos, ganham seguidores e assumem posição de líderes. E, assim, levantam discussões sobre assuntos públicos em um espaço público - a internet - e começam aí um processo de formação de opiniões. Quem os assiste também participa desse processo, visualizando o conteúdo, interagindo com o líder e demais pessoas que estão acompanhando aquela discussão (Maia, 2016, p. 164).

Nesse contexto hodierno, da popularização das redes e influenciadores digitais, demonstra a proeminência desse processo para a formação de novos líderes na cena pública. Ditame esse, que encontramos na ação do MBL, a representação de líderes, que em contexto histórico de urgência da atualização dos mecanismos de manutenção do poder, pelas direitas brasileiras, souberam formá-los como um movimento que usa o dom da palavra e com a capacidade de discursos (Maia, 2016).

### 3.3. 2 Categorias e análise das publicações do MBLivre

A análise foi realizada a partir da observação de publicações realizadas entre o ano de 2019 e 2020. Considerando o objetivo da análise, selecionamos diversas publicações publicadas no ano em questão, contudo para uma investigação mais pertinente ao estudo dos eixo-temático escolhemos 6 publicações de cada ano, buscando um debate que revela padrões no conteúdo. Assim, coletamos as postagens que se associavam aos marcadores que propõem uma sistematização de consenso, como meio de influenciar as opiniões. E organizamos em eixo-temático, buscando compreender quais temas suscitam maior engajamento dos seus seguidores. Abaixo, segue a apresentação do perfil oficial do Movimento Brasil Livre, no Instagram.

**Figura 3 - Página oficial do MBL, o MBLivre**



Fonte: Instagram

O perfil acima retratado, possui no ano de 2024, 840 mil seguidores e 16,5 mil publicações, desde a sua criação em abril de 2015. Portanto, o movimento teve a entrada para essa plataforma digital em um contexto de manifestações pró-Impeachment, da ex-presidenta Dilma Rousseff. Enfatizamos mais uma vez, que o MBL foi oficializado em 1º de novembro de 2014 e trata-se de um movimento político brasileiro conservador, de defesa ao liberalismo e caracterizado como uma direita militante (Teodoro; Peter, 2019). Ademais, para título de informação, em 2019, a página alcançava 855 mil seguidores.

Para um corpus de análise alinhado ao propósito do estudo, organizamos na quadro abaixo categorias de análise para cada ano em estudo. Objetivo esse, que evidenciou eixos-temáticos, bem como o engajamento [maiores ou menores quantidades de curtidas] dos seguidores acerca desses.

**Quadro 1 - Organização dos materiais coletado em 2019**

<b>Data da publicação</b>	<b>Eixo-temático centrais:</b>	<b>Curtidas</b>	<b>Post</b>
16 jun. 2019	“Não foi Golpe”	6.579	1
6 dez. 2019	“Não foi Golpe”	4.780	2
24 abril 2019	Divulgação da ideias/ideologia do movimento	45.147	3
30 jul. 2019	Divulgação da ideias/ideologia do movimento	6.846	4
7 ago. 2019	Divulgação de opositores políticos	12.700	5
31 ago. 2019	Divulgação de opositores políticos	12.700	6

Fonte: elaborado pela autora

**Quadro 2 - Organização dos materiais coletado em 2020**

<b>Data publicação da</b>	<b>Eixo-temático centrais:</b>	<b>Curtidas</b>	<b>Post</b>
10 fev. 2020	“Não foi Golpe”	18.400	7
8 out. 2020	“Não foi Golpe”	4.780	8
3 set. 2020	Divulgação da ideias/ideologia movimento	16.600	9
25 jul. 2020	Divulgação da ideias/ideologia movimento	6.727	10
4 out. 2020	Divulgação de opositores políticos	12.700	11
11 jul. 2020	Divulgação de opositores políticos	11.400	12

Fonte: elaborado pela autora

Os quadros foram organizados, de acordo, com o percurso metodológico de pré-análise esquematizada por Bardin (2011), pois a imensa quantidade de publicações realizadas, anualmente, pelo movimento é inábil para a competência do estudo que propomos. Contudo, na pré-seleção dos post - dentro do recorte temporal - demonstrou, aparições de padrões temáticos, os quais sintetizamos em eixos norteadores e guia para a escolha dos dados.

### **3.3.3 Análise dos eixos-temáticos dos post do MBL**

Nessa parte da investigação, dedicamos a estratégia de análise dos conteúdos relacionados com o engajamento expressos nos posts. Em razão de propiciar um debate de análise que mais suscita a participação e interação social - aquilo que denominados de

ciberativismo. Assim, para cada eixo temático, de cada ano, agrupamos 2 post para a análise. Iniciando com o ano de 2019, o primeiro eixo temático foi a categoria “Não foi Golpe”.

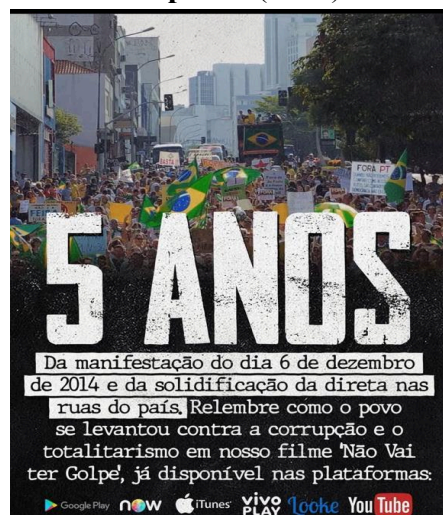
**Figura 4 e 5 - Postagem de número 1 e 2 do eixo-temático “Não foi Golpe”**

**post 1 (2019)**



Fonte: Instagram MBL

**post 2 (2019)**



Fonte: Instagram MBL

O primeiro post foi uma publicação destinada ao ataque acerca do lançamento do documentário “Democracia em Vertigem”, de Petra Costa, a qual retratou a derrubada da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, como um processo de Golpe de Estado<sup>46</sup>. É importante lembrar que o ativismo digital e nas ruas do MBL foi um dos maiores mobilizadores para esse processo, sobretudo alicerçado no resgate do discurso antipetista e anticorrupção (Gallego, 2018), pautas essas, que evidenciam uma luta na construção de fatos históricos do país, em razão de ser um tema publicado, inúmeras vezes, no ano de 2019.

A ambição de disputar pelo domínio dos eventos históricos se mostrou não só como uma utopia, mas uma ambição prática, sendo verificada no post 2 com a divulgação do documentário “Não vai ter Golpe” organizado pelo movimento e lançado 8 meses, após da produção de Petra Costa, em 02 setembro de 2019. Partindo dessa ideia, argumentamos que o MBL utiliza as suas redes para disseminar crenças e instigar um engajamento, que ofereçam uma base de apoio alinhados com os seus valores, “favorecendo, assim, o contínuo reajuste do sistema” (Semeraro, 2006, p. 375).

<sup>46</sup> É uma referência a tomada ilegal do poder, em um sistema democrático, de um governo eleito de forma constitucional e legítima.

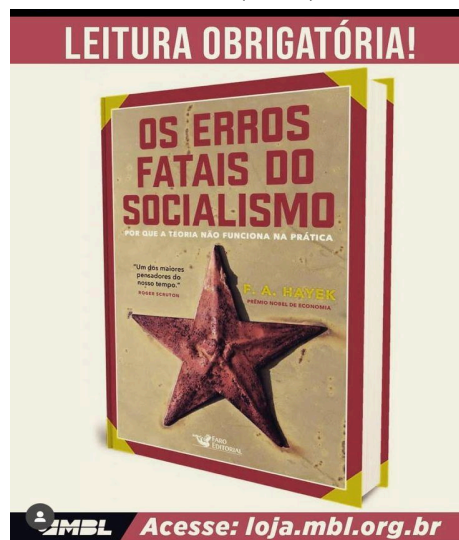
**Figura 6 e 7 - Postagem de número 3 e 4 do eixo-temático “Divulgação da ideias/ideologia do movimento**

**Post 3 (2019)**



Fonte: Instagram MBL

**Post 4 (2019)**



Fonte: Instagram MBL

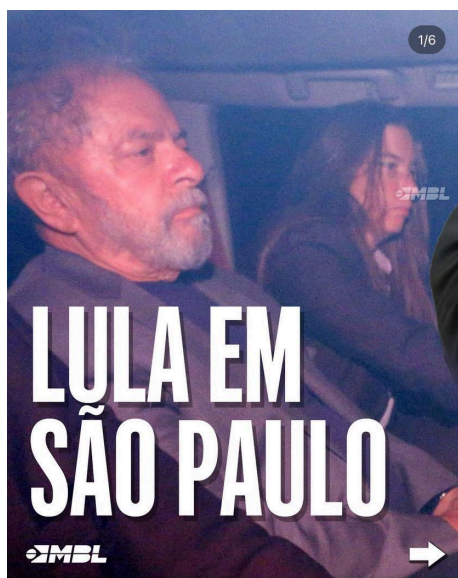
As duas publicações retratam um padrão - corriqueiro - na página do MBL, uma vez que as defesas das suas pautas nem sempre são diretas e competentes aos conceitos e ideologias defendidas por eles. Em outros termos, quando retratam as suas ideias, esquematizam por meio de imagens e/ou narrativas polêmicas. É possível inferir que, o MBL utiliza dispositivos discursivos simples e sem compromisso com a objetividade (Teodoro; Peter, 2019).

Nesse sentido, escolhemos os dois post acima para ser comparados ao engajamento que suscitaram por meio dessa articulação, em que o post 3 recebeu 45 mil curtidas, enquanto o post 4 obteve, aproximadamente, 7 mil curtidas. Esse contraste na interação nas publicações são marcas, constantes, no material investigado. Revelando, dessa forma, que o engajamento se torna mais eficaz ao utilizar figuras da ala progressista, sobretudo do Partido dos Trabalhadores (PT). Por isso, os seus compartilhamentos de conteúdos ideológicos têm mais aceitação quando há, uma combinação com menções [implícitas] ao antipetismo. Logo, investem em uma ideia de que o povo é a maior vítima da decadência da nação causada pela esquerda - vista com o âmago dos males do país (Teodoro; Peter, 2019; Gallego, 2018). Esse dispositivo imaginário divulgado por eles pode ser, nitidamente, identificado no próximo

eixo-temático a ser observado.

### Figura 8 e 9 - Postagem de número 5 e 6 do eixo-temático “Divulgação de opositores políticos”

post 5 (2019)



Fonte: Instagram MBL

post 6 (2019)



Fonte: Instagram MBL

As duas publicações, em questão, alcançaram o mesmo total de curtidas (cerca de 12 mil) algo, extremamente, relevante para alguns critérios de análise, visto que, em sua grande parte, quando há imagem do atual presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) e o ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, o alcance é mais significativo. Essa alusão abre caminho para algumas reflexões sobre a estratégia de escassos debates sobre as suas ideologias, mas intenso investimento em direção de uma narrativa de “novos” militantes e gestores políticos (Gallego, 2018) se mostrando como organização “desconectada” da elite política no âmbito brasileiro, como estratégia de influência e adesão de “novos” militantes, isto é, uma direita alternativa, descolada e anti-*establishment* (p. 23).

Embora não seja o objetivo presente nesse eixo-temático, pode-se especular que, desde de 2019, as suas publicações ao longo do ano, foram assumindo um discurso crítico e desmoralização do Jair Bolsonaro [no contexto em questão ocupava o cargo executivo do país] evidenciando uma orientação discursiva disruptiva ao bolsonarismo e promovendo uma ideia de líderes de uma terceira via, algo que ficou mais evidente nas publicações do ano de 2020. Lançaram uma mobilização “Nem Lula, Nem Bolsonaro”, sugerindo uma reorganização estratégica em busca pela hegemonia, de forma mais direta.

Relembramos que, as redes são um grande diferencial para facilitar a formação de ideias coletivas e suscitar um ativismo do sujeito (Maia, 2016). Para mais, a produção de conteúdo, símbolos, informações nas redes são proeminentes para criar consenso ou dissenso *online*, já que o ciberespaço é uma comunicação com maior proximidade entre as pessoas (p. 159).

**Figura 10 e 11 - Postagem de número 7 e 8 do eixo-temático “Não terá Golpe”**

**Post 7 (2020)**



Fonte: Instagram MBL

**Post 8 (2020)**



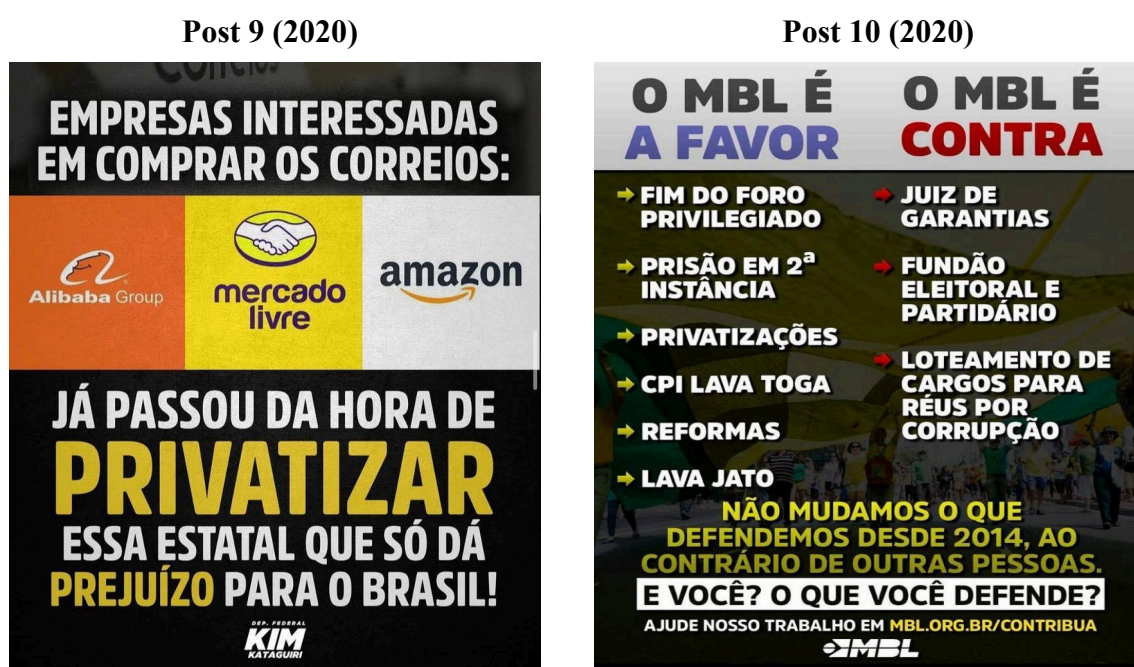
Fonte: Instagram MBL

Selecionamos nessa amostra, um retorno do eixo-temático “Não terá Golpe”, visto que o documentário que refuta a ideia de *Impeachment* [defendida pelo grupo] foi indicado ao Oscar. Como é possível identificar na construção da chamada do post 7, eles comemoram o fato de não vencerem na categoria indicada, contudo para além dessa estética de utilizar opiniões rudes, apelativas e meméticas [humor] (Santos, 2019) observamos que a referência “A queda do socialismo no Brasil” carrega símbolos conveniente ao movimento, o qual divulga sensos comuns sobre conceitos complexos [no caso o socialismo] englobando toda a esquerda como sinônimo de comunismo.

O perigo do esvaziamento do debate político acarreta uma formação inidônea e rudimentar - a qual acreditamos ser um propósito consciente realizado por eles. Argumentos disruptivos e a provocação hostil é um dispositivo de saber que seduz a mobilização, alcançando uma legitimação e credibilidade. Afinal, as próprias redes possuem esse novo mecanismo de comunicação, já que as imagens e argumentos sintetizados tem uma alta

demanda de consumo, facilitando, assim, o rápido compartilhamento (Teodoro; Peter, 2019). Por fim, o post 8 demonstra algo usual em seus conteúdos, o uso de memes e montagens que propicia um recorte cômico e de “lacrção” almejando mais a ridicularização do outro, do que de fato um compromisso com a agenda de interesses.

**Figura 12 e 13 - Postagem de número 9 e 10 do eixo-temático “Divulgação da ideias/ideologia do movimento”**



O debate estabelecido acerca de ambas postagens carregam o debate das suas ideologias e defesas políticas, de forma mais latente. As aparições em torno de temas associados ao campo das direitas são mais raras, contudo sublinhamos que em relação a 2019, elas tiveram mais destaque. Levantamos algumas hipóteses que dialogam com o contexto social do período, a pandemia do covid-19 e os desafios frente ao incentivo às vacinas e o debate acerca do aumento do Fundo Eleitoral. Destacamos que essas duas temáticas foram encontradas em diversos post do período, que devido a vastidão de material não houve uma coleta mais profunda, todavia apontaram como possíveis conjunturas que motivaram produzir publicações com tons mais agressivos acerca do ex-presidente Bolsonaro.

É importante ressaltar que, o engajamento do público se faz mais proeminente em relação às propostas que reverbera sobre privatização, pois acreditamos que acreditam em narrativas rudimentares sobre empresas estatais - símbolo de “rombos” aos cofres públicos e

“monopólio”. Consenso esse, que se relaciona com as crenças economicistas do movimento, o liberalismo econômico. Para mais, o post 9 obteve aproximadamente 17 mil curtidas e o post 10 alcançou 6.727 curtidas.

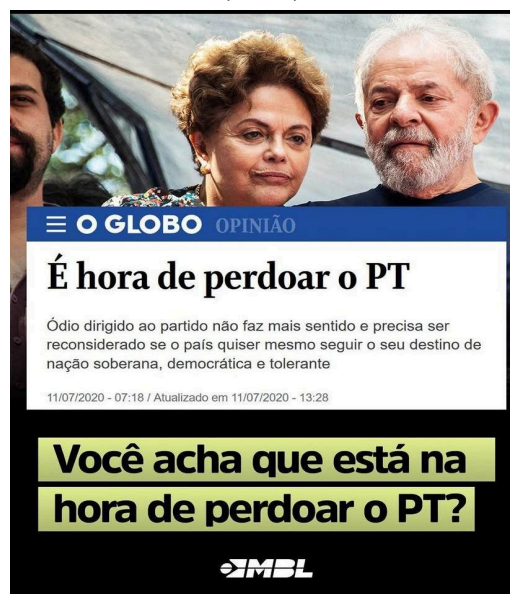
**Figura 14 e 15 - Postagem de número 11 e 12 do eixo-temático “Divulgação de opositores políticos”**

**Post 11(2020)**



Fonte: Instagram do MBL

**Post 12 (2020)**



Fonte: Instagram do MBL

É possível identificar com essas duas publicações, novamente, o alcance que as publicações acerca de “rivais” políticos, atinge uma mobilização vasta. A título de conhecimento, o post 11 foram, aproximadamente, 16 mil curtidas, enquanto o post 12 obteve uma média de 12 mil curtidas. Para além dessa dimensão, percebemos que no ano de 2020 há uma predisposição em opinar e divulgar mais imagem, do ex-presidente, Jair Bolsonaro. Foi possível assimilar esse aumento quando coletamos os post e, diferente de 2019, há um conteúdo de ataque, ridicularização e opiniões polêmicas acerca desse.

Assim, denotamos que houve uma equiparação mais próxima dos conteúdos feitos com Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro demonstrando uma estratégia discursiva que os colocam todos dentro da ótica do populismo - termo assumido pelo movimento como símbolo de algo ruim e incompatível aos seus ideais. Por fim, no post 12 há uma centralidade, novamente, no Partido dos Trabalhadores(PT), visto como uma tentativa de englobar e reduzir todos ao pacote de “culpados” das atrocidades ocorridas e permanentes no país.

Esse mapeamento revelou que o ativismo digital praticado pelo MBL está associado a disputar por construções de narrativas históricas, como a defesa de Impeachment em detrimento do Golpe, divulgam as suas ideologias de forma mais superficiais, e geralmente, utilizam símbolos ou pessoas alinhado à esquerda, pois entende que é um elemento que suscita mais interação. Resultando em uma configuração de consenso que ambiciona desmoralizar “inimigos” políticos, principalmente, ridicularizando e inferiorizando os seus oponentes, tendo um *feedback* social, em que são, a maior parte, no período investigado, validados e legitimados.

## Considerações Finais

No decorrer desta pesquisa, além de propor um enquadramento teórico acerca do conceito Hegemonia, amparado nas reflexões gramscianas, buscou-se propor um debate sobre as atualizações das direitas brasileiras, dentro de um contexto histórico de ascensão da comunicação em redes, sob uma ótica de ativismo digital retratado como ciberativismo. Esse quadro teórico foi necessário para: Analisar o Movimento Brasil Livre (MBL) como um grupo social símbolo da Nova Direita, e enquanto tal, identificar nos conteúdos divulgados na plataforma digital [Instagram] se há um direcionamento de formação política e educativa em prol de um consenso que os possibilitem o domínio hegemônico.

A comunicação digital, ainda uma ágora da contemporaneidade, oferece diversos percursos metodológicos e enfoques ao estudá-las e, diante da vastidão de material delimitamos em eixos temáticos de estudo para o tratamento dos dados. Ao total foram 12 publicações selecionadas com intuito de revelar estratégias discursivas e possíveis padrões na comunicação digital. A identificação dos dispositivos que mobilizam os atores sociais para os ideais contribuiu para as reflexões de uma afirmação sobre a construção de consenso. O desafio se fez com a complexidade analítica dos conteúdos. Todavia, a segmentação em eixos temáticos ofereceu um espaço em profundidade dos interesses por trás da divulgação.

Acreditamos, que com o aparato teórico apresentado, bem como as análises das postagens no recorte de 2019 e 2020 revelou uma construção de informações que ora se alimenta de posturas que priorizam o engajamento, como antipetismo e menções a políticos “rivais”, por outras vezes disseminam convicções que trilham os seus ideais para uma sociedade, tangendo-se a assuntos voltado para a economia [a exemplo a privatização, fundo partidário e reforma tributária]. Ademais, encaramos como líderes pertencentes ao espectro político à direita, que ainda tem influência na formação das opiniões dos seus seguidores, uma vez que praticam um ativismo mantenedor de uma certa audiência para determinado assunto.

Os veículos de comunicação são um meio que tem contribuído para a manutenção do movimento, resultado da produção descentralizada que ela oferece. Demonstrem um domínio da ferramenta, visto que há produção intensa de conteúdos, como já dito, em uma média de 7 postagens por dia. Consideramos que o poder de construção que essa comunicação em redes oportuniza, os fazem terem conexões multidimensionais e integrarem diversos espaços.

Por fim, a medida que divulgam as suas ideias permite alcançarem mais âmbitos para

discussões, exercendo, um direcionamento político e cultural de preponderância na sociedade civil. Com isso estão se mantendo há quase 10 anos como líderes[influenciadores], que constrói, divulga e desenvolve projetos para uma formação de base. Nos termos gramscianos, essa ação de suscitar e sistematizar a produção de conteúdo está, diretamente, alinhada com a manutenção de construir um projeto de sociedade que sustente um consenso de classe, em razão de ser um espaço de controle pelo domínio ideológico, político e cultural.

Na verdade, o MBL é capaz de se colocar para uma práxis político-pedagógica (Gramsci, 2017) em conformidade com a ideologia liberal, conservadora e reacionária, destinada a renovar novos mecanismos de controle das massas. Nem sempre é a violência explícita e física que protege o poder da burguesia do mundo moderno, porquanto, o domínio e a construção das subjetividades são armas poderosas para subjugar e anular os direitos e dignidade das classes populares. Para mais, as redes sociais inaugurou um terreno vital para mobilizar sujeitos, o qual é atraído pelo alto consumo de informações instantâneas facilitando a dominação das formas pedagógicas, uma vez que esse indivíduo mergulha num universo de narrativas simplistas e rudimentar - às distanciando do rigor crítico, de propostas humanizadas e sem oferecer uma elevação intelectual. Logo, essa organização influencia para uma militância desconectada com a visão das classes e/ou grupos subalternos, em prol da perpetuação de acúmulo de riquezas.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Marina. A nova roupa da direita. 2015. **Apública**, [S.I.], 23 jun. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ADAMS, J.R.B.; PFEIFER, M. **O Estado ampliado de Gramsci**. Revista Mosaico Social, ano 3, n. 3, p. 239-248, 2006.

ALBUQUERQUE, M. L.; ARAÚJO, J.; DINIZ, G.; MEDEIROS, A.; OLIVEIRA, P.; SILVA, S.; SOUZA, R.. A identidade da nova direita brasileira em narrativas de seus militantes. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1-11, 2022.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**, Porto Alegre, n. 8, v. 3, p. 9-30, jan.-jun. 2011.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. "Movimento Brasil Livre (MBL)" e Estudantes pela Liberdade (EPL)": ativismo político, think tanks e protestos da direita no Brasil Contemporâneo. In: 41º ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 41., 2017, Caxambu, Mg. **GT 11 - Entre as Ruas e os Gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais**. Caxambu, MG: Anpocs, 2017. p. 1-30.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2018.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. Tradução de Nogueira. 2 ed. São Paulo: FUNDUNESP, 1995

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Unb, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. A Questão da Ideologia em Antonio Gramsci . **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 81-98, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8770>. Acesso em: 10 maio. 2023.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, 2015.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEPÊDA, V. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações** - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018.

CHALOUB, J.; PERLATTO, F. **Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política**. Insight Inteligência. Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016.

CHALOUB, J.; LIMA, P.; PERLATTO, F. Apresentação: Direitas no Brasil Contemporâneo. **Revista Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, p. 9-21, 2018.

COUTINHO, C.N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D.. **Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FERREIRA, Isabelle Azevedo. Movimento Brasil Livre (MBL): dinâmicas e repertório de ação coletiva na disputa por hegemonia. **XXXI CONGRESSO ALAS**, Uruguai – 2017. Disponível em: <[http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/2347\\_isabelle\\_azevedo\\_ferreira.pdf](http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/2347_isabelle_azevedo_ferreira.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2022.

FREIXO, A.; MACHADO, R. (org.). **Brasil em transe: Bolsonaro, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FUKS, M.; MARQUES P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, vol. 26, nº 3, p. 401-430, set.-dez. 2020.

GALLEGO, Esther. “Apresentação”. in E. Solano (org.), **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2018.

GENTILE, Fábio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Plural**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 92–110, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017>. Acesso em: 30 mar. 2023.

GOHN, Maria.. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos** São Paulo: Edições Loyola, p. 241-267, 1997.

GOHN, Maria. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 431-441, 2014.

GOHN, Maria. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. Campinas, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e Política. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

MAIA, Maíra Carneiro Bittencourt. **O príncipe digital**: estruturas de poder, liderança e hegemonia nas redes sociais. Universidade de São Paulo, 2016.

MARQUES, Ângela. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.

MARTINS, Ana A.; MARTELETO, Regina. **Cultura, ideologia e hegemonia**: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. *Revista InCID*, n. 1, p. 5-24, 2019.

MARTINS, Marcos Francisco. Apontamentos sobre o conservadorismo contemporâneo: os movimentos sociais e os eventos de multidão à luz de Gramsci. In: VARES, Sidnei Ferreira de e POLLI, José Renato. **Democracia em tempos de conservadorismo**. Jundiaí: Editora In House, 2016, p. 133 a 156. tentar achar

MARTINS, M.; GROppo, L.; Barbosa, J.. Apresentação do dossiê temático “movimentos sociais conservadores e educação”. **Crítica Educativa**, Sorocaba/SP, v. 4, n. 2, p. 3-6, 2018.

MARTINS, M. F. Educação, cidadania regressiva e movimentos sociais regressivos: o MBL em questão. **Crítica Educativa**, Sorocaba-SP, v. 4, n. 2, p. 41-68, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/364>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MARTINUZZO, José Antônio; RIBEIRO, Renata. A opinião na rede: influência e dinâmica no facebook. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 120-144, maio 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/19448>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Renan. O Movimento Brasil Livre e o Ativismo Online de Inspiração Liberal/Conservadora. **Caderno de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 105-120, 2018.

MBL – Movimento Brasil Livre. Manual de Instruções para Filiais Municipais. 2015b. Disponível em: [https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL?fbclid=IwAR2mEcr21uKZjsRzLuW-I410-Do7axq3Z8\\_mXRKIU8t25crlmLRZiM\\_Wue0](https://pt.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL?fbclid=IwAR2mEcr21uKZjsRzLuW-I410-Do7axq3Z8_mXRKIU8t25crlmLRZiM_Wue0). Acesso em: 24 set. 2022.

MBL – Movimento Brasil Livre. Propostas Aprovadas no Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em novembro de 2015. 2015a. Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

MENDES, Valdenésio. **Alcances e limites do conceito de sociedade civil em Antonio Gramsci**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, p. 40-89, 2006.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, v. 32, n.3, p. 621-647, 2017.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, 2010.

NISHIMURA, Katia. Democracia e Conservadorismo: a experiência democrática na sociedade brasileira conservadora. *In: Encontro Internacional Participação, Democracia e Política Públicas*, n.1, Araraquara-SP, 2013.

NETO, O. C. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2060>. Acesso em: 25 jan. 2023.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. **Cadernos do Tempo Presente**, [S. l.], n. 26, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/6144>. Acesso em: 05 jan. 2023.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 11, 2016.

PIERUCCI, Antonio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 19, p. 26-45, 1987.

PUGLIA, L. S. **Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo**. Revista Teoria e Cultura, v. 13 n. 2; Juiz de Fora, 2018.

REDAÇÃO INVESTNEWS. A rápida ascensão do Instagram a ‘indústria’ de cliques e celebridades. **Investnews**, 9 jan. 2024. Disponível em: <https://investnews.com.br/negocios/historia-do-instagram/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RESENDE, Natália. Semiótica, ciberativismo e paixões nos comentários da fanpage do Movimento Brasil Livre (MBL). *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, v. 12, n. 3, p. 209-225, 8 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16864>. Acesso em: 23 out. 2020.

ROCHA, C. **Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros**. Nuevo mundo, mundos nuevos. [En ligne] Colloque, Penser las derechas en América latina, siglo XX, Paris, 2017.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Doutorado em Ciência Política, Programa de Pós-graduação em Ciência Política/ USP, São Paulo, 2018.

ROCHA, C.; SOLANO, E. (org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RODRIGUES, Lidiane. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002-2016). **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 39, 2018, p. 277-312.

SANTIAGO, Ana Carolina. A nova direita brasileira e sua atuação nos meios de comunicação e na web. **Trabalho de Conclusão de curso de Graduação em Ciência Política e Sociologia** – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2017, p. 36.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 99, p. 151-186, 2019.

SANTOS, Allan Carlos. **Os “Memes do MBL” e a Vinculação de Públicos Afetivos em Rede durante o Impeachment de Dilma Rousseff**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Fabrício Pereira da. A tradição do pensamento político na nova hegemonia das direitas: algumas questões preliminares. **Opinião Pública**, 2018.

SILVA, Daniel Gobbi da. **Identidade em ambiente virtual**: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade. Dissertação em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UNB, Brasília, 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, S. V.; CODAS, G; KAYSEL, A. **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 213-230.

SOLANO, E. **Crise da Democracia e Extremismos de Direita**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2018.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 mar. 2023.

TATAGIBA, Luciana. “Protestos à direita no Brasil (2007-2015)”. In: CRUZ, Sebastião Velasco et al. (Org.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

TELLES, Helcimara. Corrupção, antipetismo e nova direita: elementos da crise política institucional. **GV EXECUTIVO**, v. 14, n. 2, p. 36-39, 2015.

TELLES, Pedro. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 270-296, 2016.

TEODORO, Erick; PETER, Bianca. O discurso "liberal" no Facebook: MBL e LIVRES. **Revista EDICC**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 226-236, 2019.

VIANA, Natália. A direita abraça a rede: A ascensão dos grupos conservadores nas redes sociais - da revolta 'pop' ao uso de perfis fake e robôs importados da campanha eleitoral. 2015. **Apública**, [S.I.], 22 jun. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-direita-abraca-a-rede/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita, volver**. O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.